

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
MARAGOGI, ALAGOAS**

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

**MACEIÓ
2012**

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
MARAGOGI, ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo

MACEIÓ
2012

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

- K19d Kaspary, Manuela Grace de Almeida Rocha.
O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico do município de Maragogi, Alagoas / Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary. – 2012. 138 f. : il.
- Orientador: Lindemberg Medeiros de Araujo.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2012.
- Bibliografia: f. 127-138.
1. Maragogi - Turismo. 2. Maragogi - Desenvolvimento. 3. Maragogi – Qualidade de vida. 4. Maragogi – Infraestrutura. I. Título.

CDU: 711.4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

**O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
MARAGOGI, ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e
Urbanismo da Fau/Ufal, área de concentração
em Dinâmicas do Espaço Habitado, como
requisito final para a obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em 23/04/2012

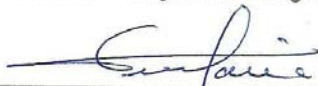
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio ambiente – UFAL



Prof.ª Dr.ª LUZIA NEIDE MENEZES TEIXEIRA CORIOLANO
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UECE



Prof. Dr. GERALDO MAGELA GAUDÊNCIO FARIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof.ª Dr.ª JOSEMARY OMENA PASSOS FERRARE
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

MACEIÓ
2012

Dedico este trabalho ao meu filho Augusto pelo seu companheirismo e compreensão as minhas ausências, ao longo do percurso dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

A conquista deste momento resulta do apoio coletivo dado por aqueles que de algum modo contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e intelectual. As colaborações intelectuais recebidas pelos mestres e colegas foram primordiais neste processo evolutivo.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Lindemberg Medeiros de Araujo, pelo seu voto de confiança desde o meu ingresso ao Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado. Eu trago uma gratidão enorme por sua primorosa orientação, sua parceria e sua transmissão do conhecimento.

Aos meus pais, Niedja e Waldir, pela confiança às minhas escolhas e atitudes. Agradeço também a minha família em especial a minha Tia Audiney e a minha avó D. Francisquinha.

À professora Josemary Ferrare, ao Professor Geraldo Magela e à Professora Luzia Neide Coriolano por terem contribuído de forma decisiva no aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço, grandes responsáveis pela minha paixão à descoberta do conhecimento. Em especial ao Professor Sávio de Almeida, ao Professor Walter Matias, à Professora Gianna Barbirato, à Professora Regina Dulce, e ao auxílio de Larisse. Aos colegas do Programa pelo conhecimento e as angústias compartilhadas, em especial atenção a Jouse, Luciano e Débora.

Agradeço à Fapeal pelo auxílio financeiro que contribuiu de forma decisiva para a concretização deste trabalho.

Meu muito obrigado aos amigos Dennis, Dan, Marina, Deividson e Lua, por sempre me estimularem a seguir e acreditarem na minha capacidade de hoje estar aqui. Pelo mesmo motivo sou grata a Tayra e a Marcelo (*in Memoriam*). Não poderia deixar de esquecer de Gisela, que me auxiliou na edição das imagens aqui expostas.

Gostaria de agradecer ao Prof. Cícero Péricles, à Verginia da AHMAJA, à Anna Claudia do APL do Turismo Costa dos Corais e ao Francklin e Mell da SETUR.

Agradeço aos moradores de Maragogi, que me receberam em suas casas e compartilharam seu tempo e um pouco de si através dos seus depoimentos que me ajudaram nesta empreitada na busca do conhecimento, em especial a D. Bitinha, D. Zita, D. Leda, D. Célia, Seu Amor, D. Terezinha, as irmãs da Congregação Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Esses habitantes, que no simples viver encontram a felicidade.

Acima de tudo sou imensamente grata à Força Divina e a todos que estiveram comigo, de uma forma ou de outra, no decorrer desta trajetória.

“As oportunidades do indivíduo não as definiremos em termos de felicidade, mas em termos de liberdade.” (Simone Beauvoir)

RESUMO

Este estudo busca entender se a inserção da atividade turística no município de Maragogi, Alagoas, contribuiu para o desenvolvimento local, expresso por uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes preexistentes à inserção do turismo neste município. Maragogi vem passando por diversas transformações socioespaciais ao longo das últimas décadas associadas ao desenvolvimento turístico que se inseriu localmente como resultado da perda do isolamento geográfico pela construção da rodovia AL-101 Norte. Com efeito, populações tradicionalmente pesqueiras vêm sendo expropriadas da sua condição territorial para dar vazão à espacialização de empreendimentos turísticos. As políticas públicas federais do turismo elegeram esta atividade como vetor de desenvolvimento da região Nordeste do Brasil, tendo em vista a sua alegada capacidade de dinamizar a economia, ampliar o mercado de trabalho e contribuir para melhorar a renda dos lugares. No entanto, a frequente perda territorial, a limitada inserção dos residentes no mercado de trabalho, e o crescimento de problemas urbanos - aumento do lixo, tráfego, barulho, criação de bolsões de pobreza, entre outros - demonstram que o reflexo do desenvolvimento do turismo no território nem sempre é positivo. Este contexto, compartilhado com inúmeras destinações da zona costeira nordestina, permite se sugerir um descompasso entre o discurso do desenvolvimento com base no turismo e a realidade empírica em tais municípios. Nesse sentido, para examinar a situação da destinação Maragogi, adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa. Inicialmente, estabeleceu-se um referencial teórico com base nos conceitos de turismo, desenvolvimento, território e qualidade de vida. A coleta de dados foi realizada com base em documentos oficiais (*sites* e impressos), com um recorte temporal de trinta anos, entrevistas abertas, observação e levantamento fotográfico. Os resultados apontam os efeitos do turismo são reflexo de duas tipologias turísticas existentes no território, uma excludente e segregadora – a segunda residência – e a outra que vem apresentando uma maior relação com o entorno e desencadeando efeitos positivos e negativos – o turismo de "sol e mar". Os habitantes reconhecem apenas a tipologia de "sol e mar " como 'verdadeiro' turismo e o percebe como o responsável pelas melhorias na sua qualidade de vida e pelo desenvolvimento que estaria ocorrendo em Maragogi. Entretanto, há também evidências segundo as quais os efeitos positivos do turismo nas condições de vida dos entrevistados ocorreram apenas de forma pontual, sem contribuir de forma abrangente para o desenvolvimento, quando se extrapola a análise para além da dimensão estritamente econômica.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Território. Qualidade de Vida. Maragogi.

ABSTRACT

This study examines if tourism development in the municipality of Maragogi, Brazil, has contributed to local development measured based on the eventual contribution of tourism to improvements in the quality of life in the host communities. Maragogi has gone through wide socio-spatial changes over the last decades resulting from tourism development. In fact, traditional fishermen communities have often been displaced from their land to give way to tourism equipments. Brazil's federal government has elected tourism as an instrument for the development of the country's North-east region based on tourism's alleged capacity to boost the economy, to create jobs, and to improve the income of the population of host communities. However, the displacement of poor residents, poorly-trained workers, and increasing urban problems - such as garbage, traffic, noise, the creation of enclaves of have-nots, among other problems - show that the contribution of tourist activities for local development has been relative. Such context, similar to many other destinations in the North-east of Brazil, reveals a gap between the rhetoric that has been used both by the government and the private sector of tourism as a development inductor and the empirical reality of many municipalities. The study used a qualitative approach in order to examine the case of Maragogi. The theoretical approach was derived from the concepts of tourism, development, territory, and quality of life. Data collection instruments included the examination of official documents, open interviews, field observation and a photographic survey in order to understand the local changes that Maragogi has experienced over the last thirty years. Results provide evidence that tourism development has had two main types of influences in the host communities of Maragogi. On such type - the influence of second homes - has excluded local interests from development benefits, and the other type - the influence of sun and sea tourism - has caused both positive and negative impacts. Local residents recognize the sun and sea tourism as being the "true" tourism, which is often seen as being responsible for improvements in their quality of life and for the development that Maragogi has experienced over the last years. However, there is also evidence that the local benefits that have been delivered by tourist activities, with improvements in the quality of life of residents, are not widely spread in the communities. In fact, tourism benefits do not appear to be significant when the analysis includes several dimensions other than strictly the economic aspect.

Key-words: Tourism. Development. Territory. Quality of Life. Maragogi.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Vista aérea da zona litorânea de Maragogi.....	19
Figura 2	Polo de turismo do Prodetur/Ne.....	66
Figura 3	Polo de Turismo Costa dos Corais.....	74
Figura 4	Mapa da localização do município de Maragogi.....	77
Figura 5	Cronologia da Criação dos municípios do litoral norte de Alagoas.....	80
Figura 6	Ruínas do mosteiro de São Bento.....	81
Figura 7	Orla da praia da sede municipal de Maragogi com equipamentos turísticos.....	86
Figura 8	Vista aérea da zona litorânea de Maragogi.....	88
Figura 9	Núcleo urbano de Maragogi com equipamentos e serviços urbanos.....	89
Figura 10	Sede municipal de Maragogi.....	90
Figura 11	Segundas residências fechadas.....	92
Figura 12	Condomínios de veraneio localizados em Barra Grande e Peroba.....	94
Figura 13	Placas de condomínio de veraneio localizadas em Barra Grande e Peroba.....	96
Figura 14	Povoado de São Bento.....	98
Figura 15	Venda e fabricação de bolo de goma em São Bento.....	98
Figura 16	Hotel Salinas e Hotel Miramar.....	100
Figura 17	Instituto Federal de Alagoas – Pólo de Maragogi.....	102
Figura 18	Vendedores ambulantes na sede municipal de Maragogi.....	108
Figura 19	Esgoto correndo a céu aberto em Maragogi.....	112
Figura 20	Serviço de limpeza na sede urbana de Maragogi.....	113

FOTOS

Foto 1	Imagem panorâmica da rodovia estadual AL-101 Norte.....	87
Foto 2	Vista aérea de Maragogi, porção Sudoeste.....	91

QUADROS

Quadro 1	Diretrizes da OMT para o desenvolvimento do turismo sustentável.....	32
Quadro 2	Efeitos positivos e negativos do turismo no território.....	47
Quadro 3	Programas do Plantur previstos para a promoção do desenvolvimento regional.....	62
Quadro 4	Metas e Macroprogramas do PNT 2007/2010.....	64
Quadro 5	Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil.....	65
Quadro 6	Dados Gerais de Maragogi, Alagoas.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Entrevistados distribuídos por Profissão, sexo, faixa etária e tempo de Residência em Maragogi, Alagoas.....	22
Tabela 2	Representação do turismo no Produto Interno Bruto em Países desenvolvidos.....	26
Tabela 3	Relação das atividades econômicas e população na Década de 1970 em Maragogi.....	84
Tabela 4	Evolução do número de domicílios ocupados no município de Maragogi: 1980 e 2010....	85
Tabela 5	Cronologia da implantação dos meios de hospedagem em Maragogi.....	99
Tabela 6	Demonstrativo demográfico por zona e faixa etária da década de 1970 à 2010.....	102
Tabela 7	Distribuição da renda do município de Maragogi pela quantidade de domicílios.....	105
Tabela 8	Quantidade de funcionários empregados no empreendimentos turísticos AHMAJA.....	107
Tabela 9	População e índice de abastecimento de água de Maragogi.....	111
Tabela 10	Índice de domicílios que são atendidos pela infraestrutura Básica de Maragogi.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 – REVISÃO DE LITERATURA	25
1.1 Desenvolvimento do Turismo	25
1.1.1 Turismo: definições e histórico.....	25
1.1.2 Turismo no mundo contemporâneo.....	28
1.2 Desenvolvimento Turístico e Desenvolvimento Local	33
1.2.1 O paradigma do desenvolvimento	33
1.2.2 Qualidade de vida e sua relação com o desenvolvimento	40
1.2.3 O turismo como vetor de desenvolvimento	43
1.3 Território e turismo	50
1.3.1 <i>Turistificação</i> do território	50
2 – DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE TURISMO AO NÍVEL ESTADUAL	60
2.1 O contexto brasileiro	60
2.2 Turismo na zona costeira nordestina	66
2.3 Turismo em Alagoas	70
3 – MARAGOGI, ALAGOAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESTUDO	76
3.1 Caracterização de Maragogi	76
3.2 Breve histórico de Maragogi	78
3.2.1 Formação socioespacial da costa litorânea de Maragogi.....	82
3.2.2 <i>Turistificação</i> : A inserção do turismo no território de Maragogi.....	86
3.2.2.1 Sede Municipal	89
3.2.2.2 Barra Grande e Peroba.....	93
3.2.2.3 São Bento	97
3.2.3 Do veraneio incipiente a segundo maior destino turístico de Alagoas.....	99
3.3 Caracterização socioeconômica de Maragogi	104
3.3.1 Sistema de saúde de Maragogi	109
3.3.2 Infraestrutura básica de Maragogi	109
3.3.2.1 Sistema sanitário de Maragogi.....	110
3.3.2.2 Sistema viário e de transporte de Maragogi.....	114
3.3.2.3 Sistema de energia elétrica de Maragogi.....	115
3.3.3 Plano diretor de Maragogi	116
3.4 Maragogi e o processo de desenvolvimento	119
4 – CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	121
4.1 Turismo e melhoria da qualidade de vida em Maragogi: as vozes dos antigos moradores	121
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo central compreender os efeitos do desenvolvimento turístico na melhoria da qualidade de vida da população preexistente ao turismo, no município de Maragogi. Trata-se de um município litorâneo, localizado no extremo Nordeste do estado de Alagoas (Figura 4, p.77), equidistante 125 Km de duas capitais nordestinas, Maceió e Recife. Este município ocupa, atualmente, o posto de segundo maior receptor de turistas de Alagoas, uma posição conquistada pela junção de dois fatores principais: apreciável patrimônio paisagístico natural e a parceria público-privada.

Maragogi preteritamente era território socioeconômico e político quase exclusivo da cana de açúcar. As elites dominantes da cana de açúcar pouco valorizavam a região litorânea e justamente por causa disso tornou-se *habitat* daqueles que estavam à margem do sistema canavieiro. Esse contexto favoreceu a formação e a apropriação do espaço por parte de populações tradicionais de pescadores até a década de 1980. Esta realidade começou a se transformar com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979. A região encontra-se em processo de urbanização e crescimento demográfico acelerado, tanto em sua área rural, justificado pelos 22 assentamentos rurais existentes no município de Maragogi; como em sua área urbana, consequência, em parte, da propagação de segundas residências, hotéis, pousadas, barracas de praia, restaurantes, e diversos tipos de comércio voltados à prestação de serviços turísticos.

Entre os anos de 1980 e 2010 a população do município de Maragogi chegou quase a duplicar, crescendo de 14.690 para 28.749 habitantes. Entretanto, neste mesmo período a população urbana mais do que triplicou, de 5.719 para 18.625 habitantes (IBGE, 1980; 2010), isso somado a uma população flutuante que em períodos de alta estação chega a triplicar o número de pessoas residentes (SETUR, 2010). No mesmo período, a infraestrutura do município ampliou, porém insuficientemente para a atual demanda local, que se ampliou de forma significativa com o crescimento das atividades turísticas. Este desequilíbrio entre a demanda e a oferta de infraestrutura pode sugerir a ocorrência de deterioração das características

urbanas, o agravamento dos problemas ambientais e a consequente perda nos níveis da qualidade de vida da população residente.

Maragogi tem 70% do seu PIB formado pelo setor de serviços (IBGE 2008) e possui forte dependência do setor turístico. Porém, sua realidade social apresenta índices drásticos: incidência de pobreza em 64,12% da população (IBGE, 2003), 70% da sua população vive com renda abaixo de um salário mínimo e 80% das famílias residentes possuem dependência econômica do assistencialismo do Estado (CARVALHO, 2010). Este município acompanha a realidade do Estado de Alagoas, que apresenta um dos piores IDH do país. Mesmo com um terço da área territorial de Maragogi pertencendo a assentamentos rurais, ainda assim a produção agrícola é insuficiente para o próprio suprimento do lugar.

A região em estudo, herdeira da dependência econômica da monocultura da cana de açúcar e dominada político-administrativa e economicamente por latifundiários, coexistia com a ocupação de trabalhadores rurais e povos tradicionais, neste caso, pescadores artesanais. Atualmente, encontra-se apropriada, como consequência do desenvolvimento turístico, por: diversos segmentos socioeconômicos, principalmente do setor terciário; uma população flutuante, de passagem efêmera pelo lugar e que deixa as mais variadas marcas no território; como também os sujeitos que vieram, ficaram e criaram raízes. Todos juntos, antigas e novas populações, em um constante processo de mudança, alteram a lógica territorial da zona costeira do município de Maragogi, um fenômeno que tem se manifestado em maior ou menor grau em todo o litoral nordestino. O ambiente natural litorâneo, anteriormente pouco modificado, a não ser pela cultura do coco da baía, deu lugar ao espaço construído, através da forma-função turística. A mudança paisagística operada no litoral de Maragogi representa em grande parte a lógica turística.

Segundo Luchiari (1999), a mudança espacial nada mais é que reflexo da mudança social, as quais ocorrem através de práticas e interações sociais, sejam elas impostas ou espontâneas, em constante processo de transformação espacial.

As elites dirigentes apontam a espacialização turística como necessária para o alcance do desenvolvimento socioeconômico, que em geral ocorreria devido ao crescimento da economia e pela consequente criação de postos de trabalho associados às atividades turísticas.

Esta forma de ver o papel do turismo no desenvolvimento nasceu da potencial capacidade que esta atividade tem de dinamizar economicamente territórios detentores de patrimônio natural ou construído, de interesse para o turismo. Segundo Beni (2002), a consolidação da atividade turística em uma localidade implica: (1) efeito positivo na balança de pagamentos, (2) redistribuição de renda pelo excedente que transfere de um local para outro, (3) impacto na geração de emprego, (4) receita tributária para o setor público, (5) estímulo a investimentos externos, (6) atração de setores e serviços periféricos como o imobiliário e o comércio, (7) efeito difusor na medida em que a renda gerada vai se propagar além das fronteiras locais. Todos estes argumentos sugerem o porquê desta atividade ser na atualidade uma das mais rentáveis mundialmente, e sendo vista por governantes de sociedades em desenvolvimento, desprovidas de outras atividades produtivas, como solução para o alcance do desenvolvimento socioeconômico.

No Brasil, o governo federal, ciente das possibilidades de desenvolvimento ocasionadas pelo turismo, encontra na procura pelas praias tropicais da zona costeira nordestina um contexto favorável ao fomento de crescimento deste setor. Por isso, desde o início da década de 1990 investimentos em infraestrutura estão sendo realizados para tornar a região atraente para o capital privado. Esta ação, somada à mudança de hábitos e ao crescimento da classe média brasileira, favoreceu o aumento da demanda turística. Como consequência, a zona costeira nordestina em um espaço temporal de aproximadamente 30 anos passou por uma significativa reordenação do seu território, com impactos significativos sobre a sociedade. Por meio de planos, programas e projetos, diversas ações têm sido desenvolvidas, de maneira longitudinal, para o desenvolvimento deste setor.

O governo justifica as políticas oficiais de turismo como necessárias para o desenvolvimento de regiões litorâneas socioeconomicamente frágeis, alegando que o turismo possibilita a criação de empregos, aumento da renda e melhoria da *qualidade vida* da população residente. Com base nesses argumentos, a iniciativa privada, diante de um ambiente favorável apropria-se de territórios ocupados por populações tradicionais preexistentes. As populações residentes, aspirando por oportunidades de empregos, também favorecem a espacialização desta atividade, cedendo parte do seu território para a rápida especulação dos agentes do mercado imobiliário. Dessa forma, espaços litorâneos são modificados e reconstruídos com

base no processo de urbanização, para que áreas de características cênicas relevantes tornem-se mais um item de consumo para o turismo.

Em diversas cidades da zona costeira nordestina, fenômenos normalmente repetem-se após a “descoberta” da vocação turística dos lugares litorâneos. Cidades outrora “desconhecidas” no âmbito nacional e regional, de um momento para outro se tornam conhecidas globalmente, e passam a deparar-se com ampla exploração midiática e acelerados fluxos humanos e financeiros. Cidades litorâneas nordestinas antes de certa forma isoladas, agora estão, em maior ou menor grau, conectadas. Preteritamente, acessos restritos às cercanias e/ou direcionados ao atendimento dos interesses de pequenos e seletos grupos, na atualidade são ampliados e difundidos para seguirem a lógica global de conexão dos lugares.

O território do cotidiano e das relações *identitárias* preteritamente existentes, passam a coexistir com o território apropriado pela atividade turística. E neste cenário se delinea a inserção de novos objetos que, conduzidos pela nova lógica funcional, inserem novos usos e práticas ao território. Desta forma, sociedade e espaço, bem como cultura e valores, se redefinem. Toda esta dinâmica, que resulta do desenvolvimento turístico ao longo do litoral, interfere de várias formas na realidade do lugar. A expectativa de uma melhoria na qualidade de vida ocasionada pelo turismo acarreta diferentes tipos de respostas por parte da sociedade frente à nova lógica e ao surgimento de novas relações que nem sempre se apresentam harmônicas.

Segundo Haesbaert (2002), o processo de estabelecimento de territorialidades nos lugares ocorre por dois caminhos, o primeiro encetado pelo sentimento de pertença ou de apropriação pelos hegemônicos; e o segundo pela dominação dos hegemônicos e o caráter de troca associado a essa dominação. Compreender a formação socioespacial de localidades da zona costeira nordestina atual, especificamente naquelas localidades submetidas ao turismo, é compreendê-la levando-se em consideração o espaço associado a diferentes escalas (local, regional e global) e sua sociedade (através do híbrido entre o tradicional e o contemporâneo).

Diante desse contexto, se faz necessária uma *análise dos efeitos do desenvolvimento turístico na melhoria da qualidade de vida da população preexistente ao turismo*, no município de Maragogi. A compreensão desses efeitos é

o *objetivo central* deste estudo. Para isto, o primeiro passo foi entender o que é qualidade de vida.

O discurso embutido na atual política pública brasileira de turismo coloca a melhoria na qualidade de vida das comunidades receptoras como objetivo final de suas ações. Entretanto, adota uma postura parceira do mercado dentro de um modelo neoliberal que vem contribuindo para a segregação e desarticulação de sociedades litorâneas preexistentes. Então, observa-se que a reconhecida aptidão da atividade turística para difundir e movimentar a economia local, nem sempre se reflete de forma significativa em benefícios e melhorias na qualidade de vida dos residentes dos lugares nos quais o turismo se desenvolve.

O conceito de qualidade de vida está associado à busca do indivíduo por um viver melhor, tanto em relação a aspectos subjetivos como em relação a aspectos objetivos. Segundo Barbosa (1996, p.6), “o indivíduo busca sempre melhorar suas condições objetivas e subjetivas de vida e é esta necessidade que o movimenta ao longo da sua vida”. Para Veiga (2005), a qualidade de vida tende a andar junto com o desenvolvimento, os quais somente são alcançados pela crescente satisfação das necessidades básicas - materiais e imateriais -, obtidas a partir da repartição mais equitativa de bem-estar, e não necessariamente pela transferência de recursos.

Segundo Cruz (2000, p. 25), a definição de desenvolvimento ainda se baseia largamente na conotação do paradigma anterior, isto é, desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, em que se acredita no "efeito dominó" da economia, que na medida em que ocorre o seu crescimento ele se reflete, direta e indiretamente, no desenvolvimento da própria sociedade.

O paradigma de desenvolvimento anterior, apontado por Cruz (2000), passou a ser questionado a partir da década de 1960, quando o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) em determinados países subdesenvolvidos, durante a década de 1950, não se refletiu na diminuição das desigualdades sociais. Pelo contrário, o atual modelo capitalista tem contribuído para acentuar ainda mais os desequilíbrios sociais existentes, mesmo nos ditos países desenvolvidos (VEIGA, 2005).

Corroborando o pensamento de que somente o impacto econômico não é responsável pelo desenvolvimento, este estudo levanta os seguintes questionamentos relacionados ao desenvolvimento do turismo no município de Maragogi, os quais orientaram o desenvolvimento da abordagem teórico-metodológica deste estudo: 1) Como uma atividade que seleciona territórios

específicos e nestes concentra todos os equipamentos e serviços, pode contribuir para o desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da população residente? 2) Como é possível políticas setoriais proporcionar todos parâmetros necessários para o desenvolvimento local? 3) Até que ponto os investimentos públicos e privados têm beneficiado a população residente? 4) Em que a urbanização trazida pelo turismo está sendo benéfica para a população residente? 5) Qual a percepção de melhoria na qualidade de vida por parte da população preexistente ao advento do turismo nesse município, após a inserção do turismo?

Para entender tais questões, este estudo adotou a seguinte abordagem teórico metodológica: num primeiro momento, foi realizada uma busca exploratória do conteúdo teórico acerca dos principais conceitos que fazem parte desse estudo. A análise conceitual sobre qualidade de vida, desenvolvimento, e turismo e território foi realizada a partir de discussões existentes nas ciências humanas e sociais aplicadas que se seguem: urbanismo, geografia, economia, antropologia, sociologia e turismo.

Para a compreensão da relação da atividade turística com a melhoria da qualidade de vida, pelas perspectivas objetivas e subjetivas, utilizou-se dois caminhos, a saber: 1) através da expansão da infraestrutura e de serviços e sua relação com turismo; e 2) através da percepção da população preexistente ao turismo em Maragogi. Para efeito da análise da percepção dos entrevistados utilizou-se o método qualitativo nas entrevistas, o qual, segundo Veal (2011, p. 267) “é [o método] mais capaz de favorecer a percepção de mudanças pessoais ao longo do tempo”.

De forma complementar, para a compreensão da realidade de Maragogi como um lugar turístico, utilizou-se no trabalho de campo a observação e entrevistas abertas como instrumentos de coleta de dados. Segundo Marconi & Lakatos (2010), a observação possibilita a obtenção de determinados aspectos da realidade não presumíveis através de outras técnicas. Porém, a observação apresenta limitações relacionadas ao período pretérito e a dificuldade de vivência integral com o universo de pesquisa, portanto necessita ser associada a outras técnicas que revelem elementos do todo a ser investigado.

A entrevista aberta, segundo Marconi & Lakatos (2010) é indicada na investigação social como meio para que os entrevistados melhor expressem o que *pensam, acreditam, sentem e compreendem* sobre a realidade investigada. A

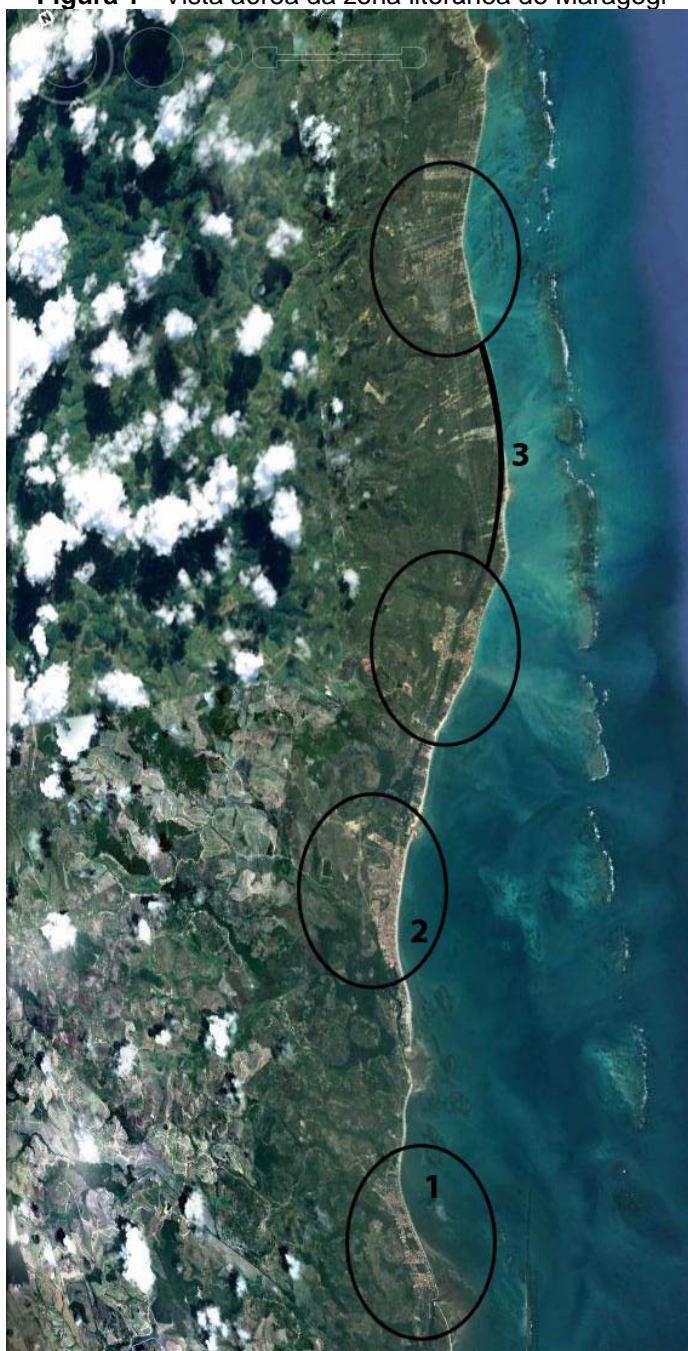
adoção desta técnica se fez pertinente, neste estudo, para que as vozes pudessem expressar elementos que não são possíveis de ser captados em entrevistas estruturadas. A entrevista aberta seria o melhor caminho para aflorar a percepção dos entrevistados. O perfil dos candidatos é outra vantagem no uso desta técnica. Como em sua maioria são pessoas que pertencem a classes sociais mais baixas e de baixo nível de escolaridade, faz com que este tipo de entrevista apresente o aspecto de um diálogo informal, com uso de uma linguagem coloquial e compreensível para o entrevistado.

Segundo Minayo (1998), esta técnica facilita o rompimento da barreira no contato entre entrevistador e entrevistado, o que permite uma maior liberdade para que os entrevistados expressem seus pensamentos e sentimentos sobre o fenômeno de maneira espontânea. Para o direcionamento da pesquisa, inicialmente apresentou-se para o entrevistado o objetivo da entrevista. Mesmo sendo aberta, foram inseridas algumas questões com o objetivo de manter a entrevista no foco da investigação com a inserção de perguntas esporádicas sobre: Como era Maragogi no passado? Como se apresenta hoje o cotidiano? O que mudou em relação a 30 anos atrás? O que melhorou? O que piorou? O senhor(a) acha que o turismo tem alguma influencia, por quê? O senhor(a) acredita que houve melhora da qualidade de vida, por quê?

Além do uso de observação e de entrevista aberta, também se realizou a coleta e análise de documentos. Na coleta documental buscou-se como fonte: dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; documentos oficiais de órgãos da administração pública; levantamento fotográfico de acervos particulares; a legislação municipal vigente; e imagens de satélite do Google Earth.

Este estudo adotou três áreas específicas município de Maragogi como recorte espacial, todas situadas na região litorânea deste município: Povoado de São Bento, Sede municipal de Maragogi e Barra Grande, juntamente com o povoado de Peroba (Figura 1).

Figura 1 - Vista aérea da zona litorânea de Maragogi



1- Distrito de São Bento; 2 - Sede municipal; 3- Povoado de Barra Grande e Peroba.
Fonte: Google Earth (27/01/12) adaptado por Manuela Kaspariy

Primeiramente, pensou-se em realizar uma pesquisa centrada somente na sede municipal, onde se acreditava que a realidade do lugar poderia revelar todo o contexto existente da faixa litorânea, no que diz respeito aos efeitos do desenvolvimento turístico. Mas com base no reconhecimento do território, ocorrido nas primeiras visitas a campo, percebeu-se a ocorrência de três realidades distintas naquele município, relacionadas aos efeitos do turismo nas comunidades locais. Estes três contextos devem-se em parte pela formação socioespacial pretérita que influenciou na predominância da especialização de tipologias turísticas diferentes

nas três porções territoriais identificadas na Figura 1 a partir final da década de 1970. O início destas transformações determina o recorte temporal deste estudo, que se estende do início dos anos 1980 ao início da década de 2010.

O trabalho de campo foi implementado no período julho/novembro de 2011, com visitas alternadas quinzenalmente e de permanência média de cinco dias a cada visita. O primeiro passo foi explorar e conhecer a zona litorânea do município para a posterior delimitação do recorte espacial a ser incluído no estudo. O ponto de partida foi na sede municipal de Maragogi porque nela concentram-se serviços e equipamentos urbanos e turísticos, e onde também as transformações socioespaciais são mais visíveis. Neste núcleo urbano estabeleceu-se contato com várias atividades locais e frequentou-se estabelecimentos do cotidiano do lugar: farmácias, panificações, mercadinhos, postos de saúde, correios, casa lotérica, estabelecimentos bancários, biblioteca municipal, escolas, o Pólo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), salas do SENAC, praças, Associação do *Trade* Turístico de Maragogi e Japaratinga (AHMAJA), Congregação Filhas do Sagrado Coração de Jesus, Associações de Pescadores, igrejas, feiras de artesanato, a prefeitura, diversas Secretarias (Educação, Saúde, Finanças, Infraestrutura, Turismo, Esportes, Cultura); visitou-se a orla marítima, os estabelecimentos de hospedagem, bares e restaurantes, agência de mergulho; conheceu-se também a periferia e as favelas. Neste período foi possível estabelecer relações com diversas famílias maragogienses, participou-se de eventos e reuniões organizadas pelo poder público e pela iniciativa privada, com interesses no desenvolvimento do território do município de Maragogi, mais no que diz respeito às atividades turísticas: seminários do master Eco-Polis¹; reuniões do Arranjo Produtivo Local (APL) do Pólo de Turismo Costa dos Corais; das oficinas para a formulação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo de Turismo Costa dos Corais e reuniões do AHMAJA.

Em seguida, com base em informações colhidas junto a entrevistados na sede municipal de Maragogi, decidiu-se conhecer Barra Grande, povoado litorâneo localizado a aproximadamente 3 Km da sede municipal de Maragogi e o povoado denominado Peroba, localizado nas proximidades do rio Persinunga, divisa com

¹ Master Eco-Polis trata-se de um curso itinerante de pós-graduação internacional organizado pela Universidade de Ferrara, Itália, e formado por alunos de diferentes áreas de conhecimento. Este curso tem como proposta efetuar um estudo dos lugares selecionados e a partir das características locais sugerir caminhos para o desenvolvimento local. Foi feita uma parceria com o Estado de Alagoas, através da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento (SEPLANDE) pelo período de dois anos consecutivos (2010 e 2011).

estado de Pernambuco. Esses dois lugares formam a segunda área incluída neste estudo. Identificou-se no trabalho de campo que esses dois lugares, apesar de não serem contíguos, apresentam características semelhantes em relação aos efeitos do turismo e à resposta da população local à turistificação. Essas áreas apresentam grandes áreas ocupadas por condomínios e casas de veraneio, porém rarefeitamente ocupado, se comparado com a cidade Maragogi. Neste território, deparou-se com duas realidades em momentos distintas. No primeiro, uma vasta quantidade de imóveis fechados, ruas vazias, silêncio e os poucos habitantes ociosos. No outro momento, em um feriado prolongado do mês de novembro de 2011, o contexto se mostra o oposto, com residências movimentadas, ruas com grande quantidade de veículos automotores, a presença de alta sonoridade e habitantes envolvidos em diversas tarefas. Nesses dois povoados, buscou-se conversar com os habitantes mais antigos e através de suas falas se tornou possível conhecer o processo de apropriação do território pelos condomínios horizontais e sua influência no cotidiano dos moradores locais.

Em um terceiro momento do trabalho de campo, partiu-se para conhecer a realidade do povoado de São Bento, que embora muito próximo da sede municipal de Maragogi, ainda apresenta-se com algumas características bucólicas e uma ocupação urbana menos densa. Em comparação com a cidade de Maragogi e Barra Grande-Peroba, parece apresentar as menores transformações sociais, espaciais e econômicas, em relação ao turismo. São Bento tornou-se conhecido pela fabricação do bolo de goma, e devido a isso parte da população, principalmente a feminina, se envolveu de alguma forma com esta atividade.

Na visita a estas três localidades, além da observação das suas características gerais, buscou-se identificar pessoas a serem entrevistadas (Tabela 1). As pessoas precisavam ter morado no lugar suficientemente muitos anos, para que pudessem comparar o presente com o passado. Os atores sociais entrevistados neste estudo foram escolhidos intencionalmente, atendendo os critérios de uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (1998), não busca uma representatividade numérica e sim uma amostra que apresente a possibilidade de um aprofundamento e compreensão da realidade investigada nas suas múltiplas dimensões.

Tabela 1 – Entrevistados distribuídos por Profissão, sexo, faixa etária e tempo de residência em Maragogi, Alagoas

Profissão ou aposentado na área	Total	SEXO		Faixa Etária			Tempo de residência (em anos)			
		F	M	18> 30	30> 50	50>	Até 10	10 á 20	20 á 40	Mais de 40
Pescadores/Marisqueiras e esposas de pescadores	20	8	12	2	4	14	-	1	4	15
Funcionários ou representantes do poder público	8	5	3	2	3	3	4	1	2	1
Representantes da iniciativa privada (empreendedores do turismo, ou representantes de associações privadas voltadas para o turismo).	10	5	5		6	4	4	4	2	
Moradores sem vínculo direto com a atividade turística e/ou representantes de organizações não governamentais	5	4	1		2	3		1		4
Moradores com vinculo com o turismo	6	4	2	2	2	2	2	1	1	2
Total	49	26	23	6	17	26	10	8	9	22

Fonte: Autora

Para a escolha da amostragem, primeiramente buscou-se os habitantes mais antigos para que através de suas falas se pudesse saber da realidade pretérita e das transformações percebidas nas suas vivências no lugar ao longo dos últimos 30 anos. Coincidentemente, todos os antigos habitantes tinham algum tipo de relação com a pesca, através do exercício da atividade ou pela existência de relações de parentesco com pescadores. Concomitantemente, as entrevistas dos habitantes mais antigos foram realizadas com outros atores sociais que de alguma forma tivessem uma relação com a atividade turística e que apresentassem outro prisma da atual realidade de Maragogi.

Os relatos dos atores sociais selecionados foram fundamentais na condução desta pesquisa. Através das suas falas, se tornou possível entender as transformações desencadeadas pela inserção do turismo nos três lugares estudados. Assim, foi possível efetuar uma análise da realidade do lugar, com base na percepção dos habitantes.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, busca-se através da revisão de literatura conhecer a problemática teórica das relações entre turismo, território e desenvolvimento. Estes conceitos são revisados em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo aborda o *turismo*: sua definição, histórico, tipologias e suas acepções no mundo contemporâneo. Nesse subcapítulo, recorreu-se aos seguintes autores: Barretto (1995), Beni (2002), Cifelli (2005), Coriolano (1996, 2006), Cooper (2007), Cruz (2000, 2006), Falcão (1999), Fonseca (2005), Lickorish & Jenkins (2000), Luchiari (1999), Marchena (1995), McIntosh (2003),

Pearce (1991), Rodrigues (1997, 2006), Ruschmann (2006), Salvá (1999), Trigo (1993), e Veloso (2003).

No segundo subcapítulo, discute-se as concepções que envolvem o antigo e o atual paradigma de *desenvolvimento* e o conceito de *qualidade de vida*. Buscou-se para o entendimento de *desenvolvimento* Furtado (1998, 2004), Sachs (2004), Sen (2000) e Veiga (2005); e em relação à *qualidade de vida* e infraestrutura fundou-se em Alves (2003), Barbosa (1996; 2004), Buarque (1993), Ferreira & Seixas (2010), Mascoró (2005), Max-Neff (1998) e Katzman & Filgueira (2007).

Para a construção do terceiro subcapítulo, precisou-se de uma categoria analítica que permitisse uma compreensão da realidade dinâmica e dos seus componentes. Diante disso apoiou-se no conceito de *território* que, segundo Santos (2006), é a categoria que reflete a totalidade. Para a sua compreensão adotou-se Santos (1988, 1997, 2006) e Haesbaert (2002, 2004).

O segundo capítulo se detém a apreender as características do turismo no contexto do território nacional, concepção das políticas públicas do setor no Brasil e sua influência na zona costeira nordestina, e especificamente no Estado de Alagoas. Para essa apreensão elencou-se Adrião (2003), Assis (2003), Barretto (1995), Badaró (2003), Becker (1995, 1999), Becker (2010), Benevides (2000), Castilho (2000), Cazes (1996), Coriolano (1996, 2006), Cruz (1999, 2000, 2001, 2006), Dias (2008), Irving & Sancho (2007), Luchiari (1999), Oliveira (2008), Paiva (1999), Rodrigues (1997, 2006), Ruschmann (2006), Santos Filho (2003), Tulik (1995), Verçosa (2006) e Veras Filho (1991).

A contextualização pretérita e atual de Maragogi forma o terceiro capítulo deste trabalho. Nesse capítulo buscou-se conhecer aspectos da realidade de Maragogi, através da sua formação socioespacial, com base em Barros (2005), Carvalho (2010), Diegues Júnior (2006), Gonçalves (2001), Imbuzeiro (2009), Lindoso (2000) e Rocha (2002). Buscou-se informação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Executiva de Turismo (SETUR/AL), Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLANDE), APL de turismo Costa dos Corais, Prefeitura de Maragogi, Programa das Nações Unidas, Sistema da Confederação Nacional dos Municípios, Sistema de Recuperação de Dados e constituição de dados estatísticos referentes ao território em estudo.

No quarto capítulo examinam-se as questões norteadoras do estudo, relacionadas às transformações ocorridas na zona costeira de Maragogi, do início da

década de 1980 até o início da década de 2010. Há uma ênfase nas questões relacionadas à qualidade de vida da população residente, como resultado da inserção da atividade turística nesse município.

1 - REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Desenvolvimento do turismo

1.1.1 Turismo: definições e histórico

O turismo pertencente ao setor terciário da economia, o setor de Serviços e Comércio e apresenta alto grau de interdependência de suas atividades com os demais ramos e setores da economia de um país, além de possuir a capacidade de conectar lugares. Por isso, destaca Benevides (2000), que o seu desenvolvimento tem implicações para os aspectos históricos, culturais, ambientais e espaciais de uma região. Os efeitos gerados pela atividade turística demonstram suas conexões com a economia, a política, a sociedade e a cultura dos lugares ou regiões que se funcionalizam para esta atividade.

Segundo Barretto (1995, p.43), o conceito de turismo surgiu na Inglaterra no século XVII, referindo-se a “um tipo especial de viagem”. Foi nesse período que pela primeira vez surge o termo *tour*, de origem francesa, com o significado de “giro”, implicando uma volta ao lugar de origem. É assim que ele se distingue da prática de migrar, pois a migração não implica em retorno ao passo que “viajar implica voltar” (BARRETTO 1995, p. 44). Por outro lado, Barretto (1995) destaca a diferença entre o turismo e a viagem. A viagem implica apenas o deslocamento, enquanto o turismo além do deslocamento implica a existência de “recursos, infraestrutura e superestrutura jurídico-administrativa” (BARRETTO, 1995, p.44), para atender os turistas em todas as suas necessidades fora do seu lugar de residência permanente.

Diferentes autores definem o turismo com ênfase em determinados aspectos. Por exemplo, Fuster (1973 apud BARRETTO, 1997, p. 11) define o turismo como “[...] de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens”. Por outro lado, Fonseca (2005) o define com base na existência de quatro elementos, a saber: o movimento físico de pessoas do local de suas residências para o destino turístico; a permanência neste destino por um período determinado; as atividades realizadas no trajeto e no período

de permanência no destino; e produtos e serviços que sejam utilizados para atender as necessidades do turista.

Em uma perspectiva diferente, centrada no conceito de espaço geográfico, Rodrigues (1997, p.83) define o turismo como um

[...] fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nessas áreas que produz espaço turístico ou se reformula o anteriormente ocupado.

Do ponto de vista técnico, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como a “[...] atividade de pessoas que viajam para lugares afastados do seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos” (OMT, 2003, p.20).

Veloso (2003), por seu turno destaca o caráter econômico do turismo, representado pelas transações de compra e venda de serviços turísticos que são efetuadas por agentes do turismo. A importância econômica do turismo vem sendo objeto de estudo em diversas partes, justificado pela sua capacidade de atrair divisas para as áreas receptoras. Países, desenvolvidos como França, Estados Unidos, Austrália, Espanha, Itália e Suíça têm no turismo significativa parte do seu Produto Interno Bruto (PIB) (BENI, 2004), (Tabela 2). A ênfase na dimensão econômica do turismo ainda é dominante, mesmo após a década de 1990, quando as pesquisas científicas passaram a dar maior ênfase aos efeitos sociais gerados pelo turismo (BARRETTO, 1995, p.89; RODRIGUES, 2006, p.302).

Tabela 2 - Representação do turismo no Produto Interno Bruto em Países desenvolvidos

França	EUA	Austrália	Espanha	Itália	Canadá	Suíça
11,8 %	11,6%	11,1%	8,4%	7,2%	6,5%	5,5%

Fonte: Dados compilados de Beni (2004).

A importância econômica do turismo não se restringe a países desenvolvidos. Também países em desenvolvimento, inclusive da América Latina, apresentam crescimento da importância dessa atividade em sua economia. Por exemplo, entre os anos de 1992 e 2002 a América Latina apresentou um aumento de 30,77% no fluxo de turistas internacionais, com uma média anual de 2,72%. Entre os países que captaram o maior fluxo turístico na América Latina estão Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, Chile, Colômbia e Paraguai (BENI, 2004).

Dados recentes da OMT (2011) apresentaram um crescimento no fluxo de turistas internacionais de 7% a nível mundial em 2010 em relação a 2009, com uma

receita estimada em US\$ 919 milhões. A América Latina, neste mesmo ano, obteve um crescimento de 10% na entrada de turistas internacionais, o que atesta o crescente significado da prática do turismo na economia dos países da região.

O Brasil obteve, entre os anos de 1992 e 2002, um aumento de 123,53% na entrada de turistas internacionais, com uma média anual de 9,83%, bem acima da média da América Latina no mesmo período. O maior crescimento ocorreu no ano de 1999, que registrou a entrada de 4,8 milhões de turistas internacionais, contra 2,8 milhões em 1998, um aumento de 71,43% (BENI, 2004). No ano de 2010, o Brasil, contou com um número de 5,2 milhões de desembarques internacionais, um aumento de 21,37% em relação a 2009 e uma receita cambial de 5.918,8 milhões de dólares (MTur, 2011). Foi registrado esse crescimento apesar de dois problemas que influenciaram negativamente a demanda turística internacional. Em meados de 2008, o mundo passou por uma forte crise financeira combinada com o surto da gripe H1N1, o que levou a um relativo decréscimo de desembarques internacionais. Com a exceção do Oriente Médio, que obteve uma taxa de crescimento de 18,3%, todo o globo foi afetado negativamente de alguma forma até o final de 2009 pelos efeitos dessa crise (OMT, 2009).

Apesar disso o Brasil registrou crescimento significativo nas suas atividades turísticas. As regiões brasileiras Centro-Oeste e Sudeste foram as que obtiveram maior crescimento do fluxo turístico em 2010, com um aumento de 126,87% e 53,91%, respectivamente, em relação a 2009. Em comparação, o Nordeste brasileiro obteve um crescimento modesto de 4,68% e o Estado de Alagoas obteve no mesmo período um crescimento de 39,68% na sua demanda turística (MTur, 2011).

O aumento registrado no fluxo de turistas mundialmente, incluindo o Brasil, dá pistas sobre a importância econômica que o turismo tem alcançado no mundo, mas também no país. No Brasil, diversas localidades com potencialidades (ou vocações) turísticas e com o apoio do governo federal, vêm alterando a lógica urbanística, de selecionadas parte do seu território, para adequar-se a essa atividade cujo crescimento é notório no país. Essa atividade tem o respaldo do governo federal, o qual elegeu o turismo como uma alternativa de desenvolvimento local para diversas cidades brasileiras (CASTILHO, 2000). Com base na expansão do turismo no Brasil, o discurso do poder público aponta que as transformações geradas pela atividade

são necessárias para o alcance do desenvolvimento local, com efeitos sobre a qualidade de vida das populações das regiões envolvidas.

1.1.2 Turismo no mundo contemporâneo

Estudos sobre a história do turismo demonstram que a origem desta prática sucede a história da história (LEAKEY *apud* BARRETTO, 1995, p.44). Porém a sua importância como atividade econômica e cultural somente começou a se destacar a partir do século XIX, como consequência da Revolução Industrial. O turismo moderno surgiu com as primeiras viagens organizadas, possibilitadas pela modernização dos navios e demais meios de transportes, além do apoio logístico das primeiras redes hoteleiras. Contudo, era uma prática relativamente cara e realizada por pessoas pertencentes às altas classes sociais. O poder econômico para viajar deixou de ser privilégio dessas elites sociais apenas na segunda metade do século XX. E foi no mundo contemporâneo que a classe média ocidental agregou em larga escala o hábito de viajar, e o produto turístico passou a ser consumido massivamente (FONSECA, 2005).

As mudanças na economia e nos meios de produção global permitiram a materialização e expansão do hábito de viajar, através de um maior número de pessoas com acesso ao trabalho, a regulamentação de férias, fins de semana livres e feriados; melhorias na segurança; e crescimento nos níveis de alfabetização. O dinamismo da globalização levou a um célere crescimento das cidades, aumento demográfico metropolitano, ritmos de vida acelerados e ao surgimento de novos conflitos urbanos. Esses problemas trouxeram consequências negativas para a vida da população urbana e impulsionou nelas o desejo de procurar uma 'fuga' temporária do seu cotidiano, das grandes metrópoles (RYKWERT, 2004, p.216). Como consequência, o crescimento massivo desta prática faz do turismo uma atividade econômica que continua em ascensão. Não é por acaso que Trigo (1993) posiciona o turismo entre os três principais segmentos econômicos do mundo, juntamente com a indústria automobilística e de petróleo. Segundo Falcão (1999, p. 65),

[...] o turismo e o lazer surgem como via potencial de integração de alguns países ou regiões periféricas, constituindo-se assim numa nova fronteira modal e territorial do processo de acumulação.

Evidenciando o pensamento de Falcão (1999), o crescimento da atividade turística acompanha a nova realidade internacional, caracterizada pela terceirização dos serviços no processo de globalização, cooperando, contraditoriamente, para a integração dos espaços e empregando funções e serviços em lugares específicos, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, incluindo lugares que antes se encontravam muito isolados.

Como consequência, a exploração da atividade turística tem sido responsável pela reorganização do território de vastas regiões em várias partes. Além disso, adoção do modelo neoliberal², em praticamente todas as economias mundiais, determina que cidades passem a ser cada vez mais competitivas para a conquista de mercado. E é neste cenário que o turismo se desenvolve e se insere nas comunidades (CRUZ, 2006). Entretanto o turismo, sob a égide neoliberal, tende a beneficiar setores privilegiados da sociedade em detrimento da população geral, apesar de as políticas oficiais do turismo ter como uma das suas metas o desenvolvimento local.

A despeito disso, o turismo é defendido por grande parte dos atores envolvidos no processo turístico pelos seus impactos positivos. Por exemplo, Ruschmann (2006) menciona a contribuição do turismo na criação de renda e empregos locais, evitando o êxodo rural, além de proporcionar à comunidade receptora elevação dos níveis cultural e profissional, expansão do setor da construção e modificação positiva da estrutura econômica e social.

Outra característica da atividade turística é a sua capacidade multiplicadora (McINTOSH, 2003), pois o turismo movimenta e articula outros segmentos da economia, como agricultura, pesca, artesanato, construção civil, mercado imobiliário, setor de transportes e logística, comunicação, *marketing*, comércio e várias outras

² Modelo de desenvolvimento neoliberal compreende um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, para que haja total liberdade de comércio e assim possibilite o crescimento econômico e desenvolvimento social. Foi adotado a partir da década de 1970 em diversas economias mundiais dentre elas Estados Unidos (Ronald Reagan) e Reino Unido (Margaret Thatcher), como também em países em processo de desenvolvimento, dentre eles Chile (Augusto Pinochet) e Brasil (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso). Apresenta entre suas características: a redução de gastos públicos de cunho assistencial como educação, previdência social e outras; somente beneficia as grandes potências econômicas e empresas multinacionais; privatização de estatais, base da economia formada por empresas privadas; etc. Estudos (SUNDARAN & BAUDOT) sobre este modelo apontam que ele vem gerando aumento da desigualdade social e dos índices de pobreza, maior concentração do poder econômico e a liberalização dos fluxos de capitais financeiros saíram dos países mais pobres para benefício dos mais ricos internacionais, todas causadas pelo desemprego, a incidência de baixos salários, aumento das diferenças sociais e a dependência do capital internacional.

atividades amplamente ligadas aos empreendimentos turísticos. Por isso, a cadeia produtiva do turismo permite que haja uma absorção de mão de obra nos mais diversos níveis de qualificações, o que é visto como positivo para regiões subdesenvolvidas com níveis de educação reduzidos. Esse efeito multiplicador pode atrair para a localidade receptora outras atividades produtivas e de serviços, o que, em tese, pode contribuir para o desenvolvimento local e para melhorias na qualidade de vida da população residente nas comunidades envolvidas.

Entretanto, Castilho (2000), Cruz (2006) e Rodrigues (2006) consideram que os aspectos positivos normalmente relacionados ao turismo são irrelevantes diante dos efeitos negativos que essa atividade proporciona. Estes autores têm como base para seus argumentos suas próprias pesquisas. Castilho em relação ao desenvolvimento socioespacial local em Recife (CASTILHO, 2000); Cruz em sua análise sobre o modelo de turismo praticado no Brasil (CRUZ, 2000, CRUZ, 2006); e Rodrigues em sua observação acerca da formação de bolsões de pobreza após a *turistificação*³, em cidades como Campos do Jordão e Guarujá (RODRIGUES, 2006). Nesses estudos, aponta-se a deflagração dos impactos econômicos negativos refletidos diretamente na população residente, na forma de inflação de produtos comercializados localmente; especulação imobiliária, levando ao aumento excessivo no preço de terrenos e imóveis residenciais; efeitos da sazonalidade na renda da população, com redução da renda em períodos de baixa temporada; subordinação excessiva da economia ao turismo, o que leva a população a depender em demasia da empregabilidade deste setor; e reprodução de bolsões de pobreza ao redor da localidade turística, que são formados, em sua maioria, por novos residentes que buscam oportunidades de emprego no turismo.

Outra desvantagem do advento do turismo, apontada por Rodrigues (2006, p. 308), são os altos custos sociais que esta atividade acarreta para a população residente. Esses custos são reflexos dos investimentos relativos à manutenção e ampliação de obras de infraestrutura para a estruturação do turismo, tais como: implantação de rede elétrica, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, entre outras. As melhorias apontadas são circunstancialmente desnecessárias ou escassamente utilizadas pela população residente. Contraditoriamente ao discurso dominante, partes do mesmo lugar localizadas fora do raio da atividade turística,

³ *Turistificação* - termo usado para expressar o processo de requalificação de espaços para transformá-los em propícios para o desenvolvimento da atividade turística.

embora próximas, permanecem sem infraestrutura básica e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano. Segundo Rodrigues (2006, p.308), “[...] do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente”.

Além dos problemas socioeconômicos ligados ao turismo, o resultado dos fluxos sobre territórios sensíveis do ponto de vista ambiental, se não controlados podem gerar efeitos negativos, levando à perda da atratividade dos lugares. A exemplo disso, cita-se os efeitos do turismo nas Ilhas Baleares no Mar Mediterrâneo, que já tiveram no turismo 50% do seu PIB (EDGEELL, 2006; HENRIQUES, 2003) e sofreram efeitos negativos em seu território, como resultado da erosão do solo, poluição das águas, agressão à fauna e flora subaquáticas, acelerado esgotamento dos reservatórios de água potável, e perda de identidade cultural, linguística e do patrimônio imaterial (SALVÁ, 1999; MARCHENA, 1995). Segundo Paiva (1999), em países em desenvolvimento geralmente o turismo se expande com base no emprego de mão de obra barata. Além disso, as melhorias na infraestrutura e nos serviços, geradas pela atividade turística se tornam largamente inacessíveis à população autóctone, visto o seu baixo poder aquisitivo.

Apesar da identificação de tais problemas por diferentes autores, há mais de 50 anos órgãos oficiais de turismo têm associado a atividade à questão do desenvolvimento tendo por base a expectativa de crescimento econômico e a consequente criação de empregos. O principal organismo internacional responsável pela regulamentação das ações da atividade turística no mundo é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Sua criação ocorreu em 1946 durante o Primeiro Congresso Internacional de Organismos de Turismo Nacional, em Londres, e substituiu a antiga União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO). Atualmente serve como principal fomentador de conhecimento do setor turístico e mentor das ações deliberativas da atividade. A OMT tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento do turismo responsável, principalmente no que se refere aos países em desenvolvimento, com ênfase no papel do turismo no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida nas comunidades hospedeiras (OMT, 2011).

Os efeitos negativos gerados pelo turismo em sociedades frágeis socioeconomicamente e a atual mudança de paradigma de desenvolvimento, que incorpora a preservação ambiental e o desenvolvimento focados no capital humano, fez com que a OMT tomasse uma postura mais consciente em sua atuação, na

adoção de diretrizes (Quadro 1), para que o turismo sirva como instrumento de redução das desigualdades sociais, atrelado à conservação ambiental.

Quadro 1 – Diretrizes para do desenvolvimento do turismo sustentável

DIRETRIZES DA OMT PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
ESTABELECEER MODELOS ECONÔMICOS QUE AUXILIEM NA DEFINIÇÃO DE NÍVEIS E TIPOS APROPRIADOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PARA AS ÁREAS URBANAS E NATURAIS;
ELABORAR PESQUISA SOBRE EFEITOS AMBIENTAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS;
DESENVOLVER PADRÕES E REGULAMENTOS PARA AVALIAR IMPACTO AMBIENTAL E CULTURAL;
MONITORAR E PROMOVER AUDITORIA EM DESENVOLVIMENTOS TURÍSTICOS EXISTENTES E PROPOSTOS;
INCLUIR O TURISMO NO PLANEJAMENTO DO USO DO SOLO PARA MINIMIZAR O CONFLITO COM OS USOS TRADICIONAIS E ASSEGURAR QUE AS CAPACIDADES DE CARGA DOS DESTINOS TURÍSTICOS REFLITAM OS NÍVEIS SUSTENTÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO E DE QUE ESTEJAM SENDO MONITORADAS E AJUSTADAS DE FORMA ADEQUADA;
DESENVOLVER PADRÕES DE <i>DESIGN</i> E DE CONSTRUÇÃO CAPAZES DE ASSEGURAR QUE OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ESTEJAM EM HARMONIA COM A CULTURA LOCAL E OS AMBIENTES NATURAIS;
DESENVOLVER INSTRUMENTOS E TÉCNICAS ADEQUADOS À ANÁLISE DO EFEITO NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SOBRE OS LOCAIS RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO E AOS MONUMENTOS ANTIGOS, COMO PARTE INTEGRAL DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS CULTURAL E AMBIENTAL;
REFORÇAR O CUMPRIMENTO DOS REGULAMENTOS PARA EVITAR O COMÉRCIO ILEGAL DE OBJETOS HISTÓRICOS E DE ARTESANATO, A PESQUISA ARQUEOLÓGICA QUE NÃO SEJA OFICIAL, O DESGASTE DOS VALORES ESTÉTICOS E A PROFANAÇÃO DOS LOCAIS RELIGIOSOS;
CRIAR JUNTAS DE CONSULTORIA TURÍSTICA QUE ENVOLVAM A POPULAÇÃO LOCAL, O PÚBLICO EM GERAL, O <i>TRADE</i> TURÍSTICO, AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E OUTROS, E INCLUAM TODOS OS COLABORADORES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES;
DESENVOLVER PROGRAMAS EDUCACIONAIS E DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA O PÚBLICO;
INSTRUIR TODOS OS DEPARTAMENTOS GOVERNAMENTAIS ENVOLVIDOS COM O TURISMO OU DEPARTAMENTOS RELACIONADOS AO TURISMO (RECURSOS NATURAIS, PRESERVAÇÃO HISTÓRICA, ARTES E OUTROS);
TRABALHAR EM CONJUNTO COM ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS;
IMPLEMENTAR SISTEMAS REGIONAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM TERMOS AMBIENTAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA.

Fonte: Dados compilados da Organização Mundial do Turismo (2003, p. 134).

Estas diretrizes foram criadas para que o turismo ocorra baseado nos princípios de desenvolvimento sustentável, ou seja, numa nova lógica de crescimento econômico em que todas as atividades produtoras devam seguir critérios socioambientais para a garantia da sustentabilidade, como conservação do capital natural e cultural. No entanto, todas as diretrizes identificadas acima ainda são adotadas morosamente em países em desenvolvimento como resultado da ausência de políticas públicas focadas no planejamento e na gestão continuada da atividade (DIAS, 2008; LICKORISH & JENKINS, 2000).

1.2 Desenvolvimento Turístico e Desenvolvimento Local

1.2.1 O paradigma do desenvolvimento

O crescimento da atividade turística tem gerado um rápido crescimento de infraestrutura, serviço e bens ligados a essa prática, tanto a nível Brasil como na

zona costeira nordestina. Como consequência, tem havido uma ordenação e reordenação socioespacial dos territórios dos quais a atividade turística tem se apropriado. Estas transformações são consideradas pelas elites dirigentes e hegemônicas como necessárias para o desenvolvimento local e regional (CRUZ, 2000; CASTILHO, 2000; BENEVIDES, 2000; NOGUEIRA, 2000). Esse tipo de pensamento acompanha o discurso das políticas públicas brasileiras de turismo para o desenvolvimento da atividade. Cruz (2000, p.21) denomina este fenômeno como o “mito do desenvolvimento”, dada a difusão da idéia segundo a qual “desenvolvimento turístico é sinônimo de desenvolvimento”. Segundo Cruz, este pensamento decorre da supervalorização ideológica da dimensão econômica do turismo em sociedades pobres. A expectativa dos benefícios sociais e econômicos faz com que estas sociedades acatem e se adaptem às deliberações das elites dirigentes e dos empreendedores que exploram a atividade.

Os núcleos receptores do turismo são os que passam pelas mais variadas transformações para se adequarem ao recebimento da prática turística. Isso é observado pela construção e/ou melhoria de infraestrutura básica, de suporte e serviços, como por exemplo: estradas, rodovias, vias locais, aeroportos e saneamento; estabelecimentos de hospedagem e de alimentação; estabelecimentos bancários, comerciais e de recreação (CRUZ, 2000).

Nesse sentido, a zona costeira nordestina, desde o final dos anos 1980, vem sendo alvo de uma multiplicação de obras para a instalação e melhoria de infraestruturas com o objetivo de tornar a região atrativa para o desenvolvimento turístico. Acredita-se que essas melhorias favorecem o crescimento econômico com base no turismo e que gere renda para a população dos núcleos receptores (CRUZ, 2000). Contudo, para ser considerado como instrumento de desenvolvimento, além do crescimento quantitativo da demanda turística, também parâmetros qualitativos devem ser observados, para que se possa alcançar o desejado desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento não é consensual. Ele é, na realidade, muito controverso. Por muito tempo, a sua definição estava associada quase exclusivamente ao crescimento econômico, em que se acreditava no “efeito cascata” da economia, ou seja, acreditava-se que, na medida em que a economia crescesse ocorreria automaticamente o desenvolvimento da sociedade. Esta forma de entender o desenvolvimento, além de insuficiente é antiética visto que a minoria

privilegiada teria que enriquecer ainda mais, para que outra parcela da sociedade obtivesse apenas benefícios marginais (SACHS, 2004). Segundo Veiga (2005, p. 18-19), a crença única no crescimento econômico era dominante até o início da década de 1960, justificada pela situação econômica dos países desenvolvidos estarem em ascensão, causada pelo processo de industrialização, enquanto os subdesenvolvidos encontravam-se pobres.

Pressupunha-se que para uma região alcançar o desenvolvimento necessitaria ter acentuado crescimento econômico, além de abundância em recursos naturais, mão de obra, capital e tecnologia. O modelo de desenvolvimento com base exclusiva no crescimento econômico foi adotado, a partir do período moderno, pelas políticas públicas de diversos países, as quais ignoravam os efeitos nocivos que adviria do crescimento da economia. Segundo Cavaco (1996, p.94), esse pensamento, que enfatiza o crescimento econômico, gerou

[...] uso intensivo de recursos naturais com risco de insustentabilidade do próprio crescimento, além de poluição e degradação da qualidade de vida; subutilização do trabalho e taxas elevadas de desemprego, crescimento dessas taxas, bolsas de pobreza, exclusão social, problemas de circulação e de insegurança, marginalidade e violência.

A partir da década de 1960, o paradigma do desenvolvimento com base apenas no crescimento econômico passou a ser questionado quando países subdesenvolvidos em processo de desenvolvimento econômico não estavam experimentando melhorias na qualidade de vida das classes sociais desfavorecidas através de um maior acesso a serviços e bens (VEIGA, 2005). A mudança de paradigma, em busca de se criar uma nova forma de se promover o desenvolvimento, começou a ocorrer quando fatores como a perda da importância das atividades industriais tradicionais, atreladas ao alargamento da produção e distribuição de bens e serviços e o reconhecimento da importância do desenvolvimento por fatores endógenos, começaram a ser discutidas. O marco nessa mudança ocorre quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, lança o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para balizar o grau de desenvolvimento das sociedades, em vez do superestimado Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH corresponde a uma média aritmética simples de três subíndices: PIB per capita (IDH-Renda), expectativa de vida (IDH-Longevidade), e níveis de educação (IDH-Educação). Essas três

dimensões apresentam a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Mas este índice ainda é simplista e captura apenas uma parcela no que concerne ao desenvolvimento humano. O próprio PNUD menciona que o IDH “[...] não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar do mundo de se viver’” (PNUD, 2011). Veiga (2005, p.56) argumenta que o crescimento é quantitativo, e que o desenvolvimento é qualitativo, e que devido a isso é difícil quantificar o desenvolvimento através de um indicador sintético.

O novo paradigma de medição do nível de desenvolvimento (IDH) agrega, além do crescimento econômico, a inclusão de direitos e oportunidades necessários para o desenvolvimento humano, através da eliminação da pobreza e com base no acesso a bens e serviços tais como um sistema de assistência médica e educação, água tratada, saneamento básico, nutrição satisfatória, oportunidade de vestir-se e de moradia apropriada, mercado de trabalho justo, assistência social, sistemas para a manutenção da paz e liberdade políticas e civis (VEIGA, 2005, p.35). Tendo em vista a particularidade e complexidade de cada lugar, se torna difícil enquadrá-lo, – o desenvolvimento - em modelos rígidos, isso porque o “desenvolvimento não é uma coleção de coisas, mas sim um processo que produz coisas” (VEIGA, 2005, p.54). E como processo, depende essencialmente da qualidade das instituições, sendo que tais instituições são a fusão das crenças de sua sociedade ou ainda o retrato da sua mentalidade.

Para Veiga (2005), a melhoria da qualidade de vida não está diretamente relacionada com o aumento do PIB. Ele cita o caso de Kerala (Índia), onde estudos mostraram que em determinado período, apesar de não ter havido um aumento significativo no nível de renda da população, houve um avanço elevado na expectativa de vida e nos níveis de alfabetização. A melhoria da qualidade de vida tende a andar junto com o crescimento econômico, porém é o custeio público a melhor fórmula para a acelerada melhoria da qualidade de vida (VEIGA, 2005).

Sachs (2004, p.25) argumenta que o desenvolvimento é um conceito difícil de encapsular, devido a “sua multidimensionalidade e complexidade”, o que explica o seu “caráter fugidio”. É um conceito que vem evoluindo e agregando experiências positivas e negativas no decorrer dos anos, e apresenta características ora analíticas ora ideológicas. Para Sachs (2004), o processo de desenvolvimento tem que contribuir para a ampliação da capacidade dos indivíduos através das vocações

e da criatividade, ou seja, através da ampliação de oportunidades para aqueles que são desfavorecidos na sociedade. Sugere como caminho, para os países em desenvolvimento, a cooperação, através da união de forças, o tratamento desigual para os desiguais e a participação, em que todas as vozes expressem suas ideias e direitos, em relação às prioridades de desenvolvimento para um determinado lugar. E argumenta que não há como o processo de desenvolvimento ignorar as imposições da atual configuração econômica mundial. Além disso, ele defende que o desenvolvimento precisa estar embasado em estratégias endógenas que valorizem o potencial humano, natural e territorial, devendo estar agregado ao ideal igualitário, solidário e equilibrado (SACHS, 2004).

Amartya Sen (2000) amplia o conceito de desenvolvimento, o qual, para ele, só tem fundamento se houver a expressão da liberdade, ou seja, se os indivíduos tiverem a liberdade de escolha sobre como dirigir as suas vidas. Apesar de a riqueza ser o aspecto perceptivelmente almejado entre os homens e entre as sociedades, ela só tem sentido quando houver ou quando as pessoas sentirem liberdade. Liberdade para que se possa fazer ou, pelo menos, substancialmente obter (SEN, 2000, p.28). Portanto, necessita-se levar em consideração também a dimensão qualitativa do desenvolvimento e não apenas os aspectos quantitativos.

Sen (2000) afirma que só é possível ocorrer o processo de desenvolvimento quando o crescimento econômico está atrelado à melhora da qualidade de vida e à expansão da liberdade. E que a liberdade é a capacidade das pessoas levarem a vida que valorizam. A liberdade pode ser proporcionada pelas políticas públicas, e estas ocorrem quando há maior participação da sociedade, ou seja, uma via de mão dupla. Os níveis de baixa renda ocorrem fundamentalmente pelo analfabetismo, baixos níveis de saúde, fome e subnutrição. Quando ocorre melhoria nas condições de educação, saúde, assistência social, serviços básicos e moradia, estas se refletem na melhoria de renda, e conseqüentemente, na qualidade de vida das pessoas. (SEN, 2000, p.28). Sen elenca cinco tipos de liberdades instrumentais necessárias para o desenvolvimento (SEN, 2000, p. 55-57):

- 1) Política - que pode ser exercida pelos direitos civis através da escolha política e partidária;

- 2) Facilidades econômicas – que são exercidas através das oportunidades que os indivíduos têm de usar os seus recursos para consumo, troca e produção através do acesso ao crédito (intitamentos⁴ econômicos);
- 3) Oportunidades sociais – são as facilidades para que o indivíduo viva melhor (saúde, educação e moradia). Essas oportunidades influenciam na capacidade política, como a efetiva participação;
- 4) Garantia de transparência – ela ocorre através da garantia do dessegredo e da clareza. São os inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas;
- 5) Segurança protetora – exercida através de uma rede de segurança social, disposições institucionais fixas (benefício do desemprego, suplementos de renda, etc.)

As formas de privação da liberdade podem ocorrer pela dominação de uns sobre outros, provocados pela ausência de elementos fundamentais para a sobrevivência (por fome, desnutrição, ausência de saúde, saneamento básico; por gênero (restrição a liberdade feminina); por direitos civis e políticos (ausência de voz em regimes autoritários) que fragiliza os indivíduos e os torna dependentes de quem os pode suprir.

Como Sachs (2004), Furtado (2004), também aponta o encontro de uma sociedade equilibrada e igualitária, em que a população tenha condições psicológicas, materiais e físicas para poder lidar com equidade de forças, como o caminho para o desenvolvimento. Essa forma de entender o desenvolvimento se opõe à adoção de políticas públicas que beneficiam a concentração de riqueza na mão de uma minoria, conforme argumenta:

[...] o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar melhor o futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p.484).

⁴ Intitamento é um termo originado do inglês *entitlement* e do latim *intitulare*. Esta palavra é adotada por Amartya Sen para representar “um conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados” a uma pessoa. “Em uma economia de mercado com propriedade privada, o conjunto de *entitlement* é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominado ‘dotação’) e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio do comércio e produção (denominado seu ‘*entitlement* troca’). Uma pessoa passa fome quando seu *entitlement* não inclui, no conjunto [que é formado pelos pacotes alternativos de bens que ela pode adquirir], nenhum pacote de bens que contenha quantidade adequada de alimentos” (SEN, 2000, p.54).

Portanto com base em Sachs (2004), Sen (2000) e Furtado (2004), o crescimento econômico por si só não traz desenvolvimento, visto que este não muda a realidade local e continua a acentuar os níveis de desigualdade social. E essa dicotomia entre desenvolvimento e desigualdade social, muitas vezes, não é observada pelos gestores do território, como ocorre em diversas ações das políticas públicas do turismo. Muitas vezes, gestores públicos visam (ou justificam) o desenvolvimento da atividade por si só como um engodo ao desenvolvimento. Em certos territórios a atividade turística é um símbolo criado pelo discurso do progresso e do desenvolvimento (com base no paradigma do crescimento econômico), não só do local, mas para toda uma região, símbolos para aceitação da racionalidade dos objetos. Porém, o que tende a acontecer é o contrário do desenvolvimento, como um novo paradigma, podendo vir a ocorrer uma desarticulação das relações entre os autóctones e agravar os conflitos centrados em relações desiguais (CRUZ, 2006).

É com base nesses novos parâmetros de se entender o desenvolvimento que se precisa discutir o turismo e as políticas públicas. Dentre as atividades socioeconômicas mais valorizadas na atualidade para efeito de desenvolvimento, o turismo foi eleito pelo governo brasileiro como uma alternativa de desenvolvimento. A atividade turística é desejada, virtualmente em todos os lugares, pelas oportunidades que ela cria de geração de empregos, principalmente os indiretos, ligados aos serviços, artesanato, alimentação, comércio, construção civil, entre outros. Entretanto, a despeito dos benefícios que tais empregos proporcionam observa-se a precariedade de muitos desses empregos, demonstrada pela sazonalidade, subqualificação, baixa rentabilidade e forte relação com o mercado informal. Um problema sério associado ao crescimento do turismo é que a possibilidade de renda, através do turismo, atrai para as cercanias dos territórios turísticos bolsões de pobreza, fenômeno desencadeado por uma população desempregada ou subempregada (RODRIGUES, 2006; CASTILHO, 2000).

Quanto à melhoria nos salários, que seria gerada pela indústria turística, há visões controversas. Por exemplo, segundo dados coletados do *World Travel and Tourism Council* (WTTC), os salários médios gerados pelo setor de viagens e turismo apresentaram-se superiores aos salários médios em outros setores da economia (BENEVIDES, 2000, p.166). Porém, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001), empregos ligados ao turismo são reconhecidos como subempregos, sazonais e de caráter operacional.

Os subempregos, ou seja, empregos com salários muito defasados, não permitem a sobrevivência de uma família e atendimento das suas necessidades socioespaciais básicas, como moradia, educação, saúde, alimentação e outros. Entretanto, para que atividades melhor remuneradas sejam atraídas para as regiões onde o turismo se desenvolve, há a necessidade de determinado suporte para recebê-las. Isto se reflete numa melhoria na infraestrutura e nos serviços que demandam um melhor amparo sanitário; coleta eficiente e tratamento de lixo articulados; ampliação da rede de distribuição de água e saneamento com tratamento de efluentes; segurança territorial e ambiental; infraestrutura urbana; manutenção contínua de obras públicas; vigilância sanitária; serviços de saúde, serviços de educação, formação e capacitação técnica (KATZMAN & FILGUEIRA, 2007), o que termina tendo um efeito sobre fatores que influenciam numa melhoria da qualidade de vida, no âmbito das destinações turísticas.

1.2.2 Qualidade de vida e sua relação com o desenvolvimento

No conceito de desenvolvimento está intrínseca a ideia de *qualidade de vida*, ou seja, as pessoas de uma dada região ou lugar precisam alcançar condições minimamente dignas de existência. Isso se deve à busca de mudanças positivas, a serem desencadeadas pelo desenvolvimento para o alcance de uma vida melhor, por parte da população envolvida. Segundo Barbosa (1996, p.72), “o desenvolvimento tem por objetivo último melhorar a qualidade de vida que os seres humanos estão tendo”. E ainda, segundo a pesquisadora, a preocupação com o desenvolvimento em última instância tem a ver com decisões de cunho político.

A qualidade de vida pode ser observada por perspectivas mais diversas, através de indicadores objetivos e subjetivos. Os objetivos compreendem os elementos de infraestrutura física e social, enquanto os subjetivos se refletem na percepção que os indivíduos têm sobre seu entorno, que varia de pessoa para pessoa. Pelo seu caráter diverso, é difícil de conceituá-lo em uma única definição (ALVES, 2003).

A qualidade de vida é uma terminologia a que vem se dando elevada importância na atualidade, tanto no discurso do poder público como em setores

organizados da sociedade. Apesar do seu uso constante atual, não é um conceito novo, visto que retrata a procura utópica e cotidiana do ser humano por um viver melhor. A qualidade de vida está associada à busca da satisfação das necessidades humanas, bem estar, condições de vida, estilo de vida e desenvolvimento humano (BUARQUE, 1993). Portanto, levando-se em consideração a amplitude desses valores, é difícil se medir a qualidade de vida apenas com base nos critérios objetivos.

Assim a busca de satisfação das necessidades humanas torna a compreensão do conceito de qualidade de vida complexo. Segundo Max-Neff (1998), a necessidade e a satisfação dessas necessidades são definições distintas, conforme trecho abaixo:

La persona es un ser de necesidades múltiples e interdependientes. Por ello las necesidades humanas deben entenderse como um sistema em que las mismas se interrelacionan e interactúan. Simultaneidades, complementariedades y compensaciones (trade-offs) son características de la dinámica del proceso de satisfacción de las necesidades (MAX-NEFF, 1998, p.41).

A primeira - necessidades humanas – são classificadas em duas categorias: (a) existencial, que são as necessidades de “ser”, “ter”, “fazer” e “estar”; e (b) axiológicas, que são as necessidades de subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, ócio, criação, identidade e liberdade.

A segunda definição mencionada acima - satisfação de necessidades - é representada por elementos como alimentação, abrigo, educação, sistema de saúde. E cada um corresponde a elementos de satisfação de uma necessidade, como exemplificado pelo autor: a alimentação e o abrigo satisfazem a necessidade de subsistência; o estudo e a investigação são elementos responsáveis pela satisfação de compreensão, etc. (MAX-NEFF, 1998, p.41-42).

Segundo Max-Neff (1998), as necessidades humanas sempre foram vistas como infinitas, em constante processo de transformação, e que varia de cultura para cultura, e de período a período (MAX-NEFF, 1998). Porém Max-Neff defende que infinitas e mutáveis temporal e culturalmente são os meios e maneira que são satisfeitas as necessidades de uma sociedade para outra.

Com base nessa visão, pode-se dizer que quando o turismo cresce em uma dada região ou lugar, a própria atividade pode levar à percepção de novas formas de satisfação para um mesma necessidade que poderiam não ter emergido sem o turismo.

A satisfação pode ocorrer atendendo a inúmeras necessidades, em diversas intensidades, e em três contextos distintos ou simultâneos, em que o primeiro é a relação do indivíduo consigo mesmo; o segundo é a relação do indivíduo com o seu grupo social; e o terceiro é a relação do indivíduo com o seu meio-ambiente (MAX-NEFF, 1998, p.43). Essas definições explicam o caráter subjetivo da qualidade de vida e a importância de uma análise qualitativa para compreendê-lo.

Para a análise da qualidade de vida é necessário se levar em consideração os aspectos de bens e serviços disponíveis para a população, observados pela infraestrutura de oportunidades, que inclua todos os serviços básicos necessários para que o indivíduo tenha condições essenciais de desenvolvimento. Compreende-se como infraestrutura de oportunidades toda a estrutura que possibilita o ser humano progredir. Podem ser obtidas, por exemplo, pela estrutura de educação e pelo sistema de transportes e viários (KATZMAN & FILGUEIRA, 2007). Katzman & Filgueira (2007, p. 73) classificam a função da estrutura de oportunidades em dois grupos:

Um exemplo da primeira categoria de funções é a provisão de oportunidades de educação e saúde gratuitas pelo Estado. Um exemplo da segunda categoria de funções é a provisão de serviços de creches, porque a utilização desses serviços libera recursos humanos do domicílio que podem ser investidos em atividades geradoras de renda. Resultados similares são produzidos quando, por exemplo, melhora-se a infra-estrutura viária de uma localidade, a infra-estrutura de subsistência (gás, água potável, eletricidade, telefones etc), ou a rede de transportes. Tudo isso incide diretamente nos domicílios, elevando o bem-estar, e também indiretamente, ao criar condições favoráveis tanto para um aumento da disponibilidade de sua força de trabalho como para sua utilização mais eficiente.

A análise subjetiva da qualidade de vida passou a ter uma maior dimensão em vários campos de estudo a partir dos anos de 1980, quando se passou a dar uma maior importância à percepção das pessoas em relação às suas necessidades, tais como: moradia, saúde, educação, nível social, emprego, recreação, segurança e estabilidade existentes. Segundo Barbosa (1996, p.09), os aspectos subjetivos da qualidade de vida incluem os desejos e as carências mais íntimas do ser humano, explicitadas, de diferentes maneiras. A análise subjetiva parte da percepção do indivíduo ou grupo social com o seu ambiente. O ambiente, segundo Barbosa (1996, p.135), pode ser dividido em duas grandes categorias:

- O ambiente físico (bio-geofísico-químico), que é constituído pelo ambiente natural (atmosfera, hidrosfera, litosfera, biosfera), construído (cidade) e as

condições físicas. São as determinantes que afetam as necessidades humanas materiais.

- O ambiente social, que é composto pela sociosfera, que são os fatores que afetam as relações interpessoais, como o acesso ao trabalho, à educação, à cultura. Estes são os determinantes que afetam a participação, a liberdade de expressão, ou seja, a satisfação das necessidades humanas não materiais.

Levando-se em consideração essas duas grandes categorias de fatores, assim como as variações individuais e coletivas, fica claro que usar apenas o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, é uma abordagem muito reducionista.

Segundo Ferreira & Seixas (2010), a dimensão das necessidades sentidas e satisfeitas são essenciais para a análise da qualidade de vida e para isso ela deve ser entendida através de três eixos de análise:

- A satisfação e a qualidade do acesso a bens básicos, como sistemas de educação, assistência médica e social, transportes coletivos eficientes, sistemas viários locais, mercado de trabalho, alimentação, água potável, saneamento básico;
- O acesso aos bens relacionais, fundamentais para complementação da vida, como as relações afetivas, familiares, com a natureza, de trabalho, com o lazer e a cultura;
- O acesso a bens ético-políticos, que é obtido através da cidadania e liberdade de expressão, como a participação, direta e indireta, e o envolvimento em causas coletivas.

Diante da amplitude das exigências para que se possa auferir a qualidade de vida, nenhum setor isolado da economia tem o poder de criar todas as condições. Entretanto, por estabelecer uma ampla rede de conexões com segmentos da economia, a atividade turística pode dinamizar as condições locais e regionais, que podem se refletir na qualidade de vida como percebida pela população envolvida.

1.2.3 O turismo como vetor de desenvolvimento

Com o avanço da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, a OMT passou a adotar diretrizes que visam dar uma maior importância à melhoria da qualidade de vida das populações dos locais nos quais o turismo se insere. Essa política segue os parâmetros acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, constante no documento denominado Agenda 21. Esta conferência, também conhecida como RIO-92, priorizou diretrizes para o desenvolvimento sustentável, com base no equilíbrio entre qualidade de vida, meio ambiente e a justiça social (ALVES, 2003). Essa abordagem deve ser priorizada em todas as atividades socioeconômicas.

Sobre o turismo, ouve-se muito o discurso de que ele é benéfico para aqueles territórios que possuem o potencial de desenvolver esta atividade econômica. Frequentemente, coloca-se esta atividade como a saída para regiões subdesenvolvidas, ou melhor dizendo, em desenvolvimento, do que outras atividades econômicas. Logicamente, não se ignoram os impactos do turismo na economia, porém necessita-se conhecer os seus efeitos na vida das pessoas e no seu meio social. Partindo deste pressuposto, questiona-se se a realidade dos lugares que têm experimentado desenvolvimento turístico está coerente com o discurso do desenvolvimento, com base nessa atividade. Segundo Soares (2009, p.75), em um processo de reestruturação urbana na atualidade, comunidades locais são atingidas por diferentes efeitos socioespaciais, entre eles a segregação, marginalização, confinamento de grupos sociais desfavorecidos, e a perda do espaço público e comum pela comunidade, provocando um distanciamento das pessoas em relação à sua vizinhança. Por exemplo, Soares (2009, p.75), faz uma crítica séria em relação a aspectos negativos que podem ser causados pelo turismo:

[...] as separações e a segregação sócio-espacial passam a estar implícitas ao processo social, transformando-se em auto-segregação concebida e administrada ao longo do processo de formação de territórios urbanos turísticos. A segregação pode ser entendida de duas maneiras. A primeira forma é encarar como sendo inacessibilidade ao uso do solo nas áreas mais providas por serviços públicos e privadas; a segunda forma é entendê-la como a negação do urbano e da vida urbana para certas parcelas da população, e se fundamenta na privatização do solo urbano produzindo fragmentação dos elementos das práticas socioespaciais urbanas, isolando lugares, comprometendo a qualidade de vida. (SOARES, 2009, p.75).

A despeito da percepção de tais problemas associados ao turismo, em praticamente todas as políticas do governo federal para o turismo, em seus portes e escalas, utiliza-se o rótulo de desenvolvimento, associado à preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida local e dinamização da economia, em escala regional

e local (RODRIGUES, 1996, p. 28). Entretanto, Castilho (2000, p. 167) critica que o poder público investe em infraestrutura para estimular a instalação de atividades exógenas, enquanto a sociedade local e regional tem seus serviços sociais achatados e ainda têm que arcar com os altos custos impostos pela lógica do turismo. Segundo essa visão, as melhorias de infraestrutura, de serviços e de bens são colocadas preferencialmente ao alcance das classes hegemônicas, por custos menores do que os disponibilizados aos das classes sociais não hegemônicas.

Segundo Santos (2006), a urbanização é uma fonte de contradições sociais, justificada pela adoção de modelos de países centrais que não se enquadram na nossa realidade. O resultado são os grandes adensamentos humanos cobertos por serviços públicos caóticos ou inexistentes. O reflexo da espacialização dessa realidade no território o torna em porções “iluminadas” e outras “opacas” (SANTOS, 2006, p.46). Dependendo do tipo de turismo, que em maior ou menor grau, é uma forma de urbanização, podem surgir objetos “iluminados”, como *resorts*, e ambientes “opacos”, como bolsões de pobreza formado por pessoas que são atraídas pelo turismo.

Isso decorre em parte porque os objetos exigidos para suporte da atividade turística têm custos onerosos, que são dispostos, em sua grande maioria, em partes do território que favorecem ao capital privado da atividade. Segundo Benevides (2000, p.194), o poder público tende a atender às exigências que privilegiam restrito número de atores, geralmente aqueles que conseguem condições para a sua fluidez e adequação, e assim sua lucratividade seja garantida. Ao mesmo tempo, o restante dos atores (empreendimentos menos estruturados e/ou menores, pessoas) são relegados e não têm respostas para as necessidades essenciais à sua sobrevivência, menos ainda o desenvolvimento, o que gera o agravamento do problema social (CASTILHO, 2000, p.171).

Castilho (2000, p. 175) destaca o exemplo de Recife, Pernambuco, cidade na qual a distribuição espacial de infraestrutura para o turismo é seletiva. A concentração de investimentos públicos e privados, através de incentivos fiscais, direciona-se aos segmentos locais que dispõem de capital para investimentos. As elites administrativas locais justificam as obras feitas nos espaços *turistificados* como necessárias para o desenvolvimento da cidade, com base em uma lógica segundo a qual à medida que o território possibilita o recebimento de um maior número de

turistas, ele promoveria direta e indiretamente o desenvolvimento econômico e social local.

Em cidades da zona costeira, o espaço para o uso do cidadão (praças, quadras poliesportivas, palcos para apresentações artísticas e culturais, postos de saúde, estabelecimentos bancários, de comunicação e encomendas, etc) encontra-se concentrado próximo ao eixo turístico. Na proporção que se afasta desse eixo, os serviços e infraestrutura passam a se tornar cada vez mais escassos. Neste sentido, ocorre a seleção social daqueles a serem beneficiados pelo setor. Portanto, este modelo se materializa socioespacialmente em partes seletas do território, criando oportunidades para aqueles que estão localizados próximos às áreas que concentram os equipamentos e serviços que atendem o turismo. Ao mesmo tempo, os habitantes que estão mais distantes tornam-se suprimidos material, sociocultural e espacialmente. Esta situação, é influenciada pela dificuldade de acesso aos meios essenciais para o desenvolvimento humano como educação, saúde, trabalho e cidadania. A desigualdade na distribuição espacial dos equipamentos e serviços públicos que são criados para atender o turismo impossibilita que a população fora do território possa participar dos efeitos positivos trazidos pela infraestrutura implantada para beneficiar a atividade turística.

Esse estado de coisas tende a ocorrer porque as ações hegemônicas de empreendedores e dirigentes da atividade turística se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos igualmente hegemônicos, ou seja, empreendimentos e serviços turísticos que privilegiam determinadas materialidades. Na atividade turística, esse fenômeno se manifesta através da materialização de empreendimentos de grande porte no território, equipamentos estes que atendem a um público seletos, e ao mesmo tempo exigem infraestrutura sofisticada bem como mão de obra especializada.

Como num sistema de sistemas, relacionados diretamente ao turismo e à sociedade local, de antes do turismo, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar, para que a destinação cumpra sua função turística. A apropriação das condições preexistentes, materiais e imateriais, por essa atividade econômica resulta em uma reconfiguração socioterritorial que demanda novos usos e funções. Com a dinamização da conjuntura local pelo turismo, com o surgimento de novas territorialidades, aparecem novas práticas sociais.

Como já foi dito neste estudo, as transformações na configuração do território, na localização dos novos objetos e todas as estruturas necessárias para o desenvolvimento do turismo são veiculadas no discurso dos grupos hegemônicos que dominam a exploração o turismo, como necessárias para o desenvolvimento do local. Esse discurso vem sendo adotado em diversas políticas públicas, federais, estaduais e locais. Porém, o desejado desenvolvimento local ocorre para uma seleta parcela da sociedade e não para o conjunto da sociedade civil. O que se observa é uma segregação espacial e uma contínua estratificação social, sem que o turismo contribua de forma significativa para a mudança do *status quo*.

Outro problema da atividade turística, relacionado a comunidades tradicionais, é a especialização requerida da mão de obra do setor. A atividade pede uma qualificação que, muitas vezes, é exógena ao local, onde o homem “ignorante” do cotidiano local é desvalorizado e ignorado do processo turístico. Quanto menos o homem local domina as técnicas da função turística, menos ele comandará a sua própria vida, no que diz respeito às possibilidades criadas pelo turismo, e mais dirigido tende a ser.

As opiniões sobre a importância da atividade turística para o desenvolvimento são discordantes. Alguns defendem que ela é um importante meio para alavancar o desenvolvimento, enquanto outros afirmam que seus efeitos positivos são irrelevantes diante dos problemas desencadeados. O Quadro 2 apresenta uma listagem de efeitos positivos e negativos do turismo no território.

Quadro 2 - Efeitos positivos e negativos do turismo no território

POSITIVOS	NEGATIVOS
Impacto na <i>geração de renda</i> / empregos locais.	<i>Acesso restrito aos empregos</i> formais do setor, visto o nível de especialização e qualificação exigidos, principalmente em localidades que apresentam baixo índice de desenvolvimento.
Capacidade multiplicadora, que movimenta e articula com outros setores da economia, como agricultura, pesca, artesanato, construção civil, mercado imobiliário, setor de transportes e logísticos, comunicação, marketing e comércio.	Efeitos da <i>sazonalidade</i> na população que chega a perder sua renda total em períodos de baixa temporada e <i>subordinação excessiva ao turismo</i> , levando a população a depender da empregabilidade deste setor.
Efeito positivo na <i>balança de pagamentos</i> .	Criação de <i>bolsões de pobreza</i> ao redor da localidade turística.
Redistribuição de renda, pelo excedente que se transfere de um local para outro.	<i>Custos sociais</i> que esta atividade acarreta, custos estes que são reflexos impostos relativos à manutenção e ampliação de obras de infraestrutura para a estruturação do turismo.
Receita tributária para o setor público.	Escasso acesso, pela população residente, às melhorias de <i>infraestrutura turística e básica</i> .
Estímulo a investimento externo.	<i>Inflação</i> de produtos comercializados localmente.
Capacidade de atrair para a localidade receptora, outras atividades produtivas e de serviços.	<i>Especulação imobiliária</i> , levando ao aumento excessivo no preço de terrenos, aluguéis e imóveis residenciais.

Fonte: Compilação dos autores: Coriolano (2006); Beni (2002); Ruschmann (2006); Barretto (1995); McIntosh (2003); Edgell (1990); Rodrigues (1996); Cruz (2006).

Segundo Rodrigues (1996, p.31), a atividade turística por si só não é alternativa de desenvolvimento em regiões socioeconomicamente frágeis. De forma semelhante, Luchiari (1999, p. 114) afirma que

O turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região [...] e muitas vezes também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando culturas tradicionais, como é o caso da maioria das nossas comunidades litorâneas.

Em muitas regiões, a superestimação dada ao turismo como oportunidade de desenvolvimento faz com que haja aceitabilidade pelos habitantes dos efeitos trazidos pela atividade, sejam eles positivos ou negativos. Contudo, quando a atividade turística está integrada a outras práticas econômicas e encontra-se agregada a projetos comunitários que aproveitem os recursos materiais e imateriais, surge a possibilidade para a construção de um processo de mudança da realidade social e a consequente autossustentação da prática turística. Segundo Santos (2006, p.227),

A força própria do lugar vem de ações menos pragmáticas e mais espontâneas, freqüentemente baseada em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade.

Ou seja, o patrimônio sociocultural de um lugar ou região, juntamente com as características positivas do turismo (Quadro 2) podem permitir avanços que podem ir além do mero crescimento econômico. Assim, dependendo do conteúdo das políticas de turismo e de como elas são implementadas, a atividade tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento local, com reflexos na qualidade de vida das pessoas das comunidades hospedeiras.

Cavaco (1996, p.95) defende que o turismo seja desenvolvido tendo como base a valorização dos atores locais e a mobilização dos próprios recursos. Ou seja, um modelo de turismo baseado no desenvolvimento endógeno, onde os atores locais são protagonistas e o cenário é o cotidiano. Desta forma, a prática turística ocorreria de maneira igualitária, possibilitando a inserção de outras atividades socioeconômicas e culturais locais no desenvolvimento do produto turístico. Para que um turismo concebido dessa forma dê certo precisa de uma grande combinação de fatores, que podem ser identificados ou contornados através da cooperação de todos interessados, para que a atividade turística se desenvolva em sinergia com os objetivos e anseios de se alcançar o desenvolvimento local, que resulte em uma melhora na qualidade de vida da população envolvida. Entretanto, é um grande

desafio implementar essa visão, uma vez que normalmente também há competição entre as empresas, orientada pela busca por uma maior taxa de lucro.

Diante dos argumentos que dão sustentação ao novo paradigma do turismo, como explicitado nas políticas públicas setoriais, fica evidente que o crescimento econômico por si só não é suficiente para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades receptoras. Pensa-se que o lugar como um todo, com os seus objetos e meio social organizado, pode interferir de forma positiva na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estas não podem ser consideradas como meros figurantes em um cenário turístico. Sabe-se que a prática turística tem tido uma finalidade predominantemente mercadológica no âmbito do capitalismo globalizado atual. Mas novas formas de pensar a atividade podem direcionar tanto as políticas como os métodos na busca por novos caminhos possíveis diante do cenário turístico atual. Então novas territorialidades, muitas vezes negligenciadas por órgãos públicos e pesquisadores, podem influir na vida das pessoas residentes nas destinações turísticas de regiões subdesenvolvidas.

Diante do exposto, é importante que o tema da qualidade de vida seja analisado, como uma alternativa metodológica às abordagens tradicionais, para a investigação das regiões que vêm passando mudanças significativas no seu território, como resultado do crescimento do turismo. A reordenação do território se reflete na vida da comunidade residente, de forma positiva e/ou negativa. A ação do Estado, materializada através de programas, planos e projetos para o turismo, inclui a melhoria de serviços e infraestrutura básica como uma das principais prioridades em localidades com vocações turísticas. Essa nova realidade pode ser benéfica para a população residente. A urbanização provocada pela atividade turística, e todo o processo de ocupação do território, vêm acarretando mudanças sociais e culturais nas relações da comunidade com o seu território, as quais se refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida destes residentes (RODRIGUES, 2006; CRUZ, 2000).

A respeito da qualidade de vida, não se está referindo apenas à melhoria das condições fundamentais da vida, como as materiais. Pensa-se como Furtado (1998, p.64-65) que além das mencionadas condições materiais deve-se incluir a concretização das “potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária”. Na qual a qualidade de vida reflita como um processo de satisfação e de bem-estar na vida das pessoas.

1.3 Território e Turismo

1.3.1 *Turistificação* do território

A zona costeira nordestina brasileira vem passando por um acelerado processo de apropriação do seu espaço pelas atividades turísticas. A prática turística vem dando novos significados, usos e funções ao território dessa parte da região Nordeste do Brasil. Antigas materialidades têm suas formas e funções alteradas para adequação ao recebimento do fluxo turístico (CRUZ, 2001) em um fenômeno denominado de *turistificação*. Paulatinamente, o território turístico absorve novas materialidades, que são perceptíveis primeiramente pela mudança formal, antes mesmo de se conseguir visualizar os efeitos da função, estrutura e processo turísticos. A modificação da configuração espacial, pela união de objetos e ações, vem firmando um território com características funcionais homogêneas para o consumo do mercado turístico (LUCHIARI, 1999).

Knafou (1996, p.70-71) identifica a existência de três fontes responsáveis pela *turistificação* dos lugares: os turistas, o mercado e os planejadores ou promotores territoriais. A primeira fonte desencadeia-se pela descoberta pioneira de lugares a serem visitados por parte dos cidadãos (turistas). A sua prática e a positiva divulgação sobre determinados lugares, foram os responsáveis por induzi-los no *rol* dos destinos turísticos. Destinos como Côte d'Azur, na Riviera das Flores, Mallorca, entre outros, nasceram desta primeira fonte de turistificação apontada por Knafou.

A segunda fonte de *turistificação* é determinada pelo próprio mercado, em que os operadores do turismo elegem lugares paradisíacos ou com características que atendam a um determinado público. A partir daí, constroem infraestrutura, principalmente hoteleira, para o desenvolvimento da prática turística. Diferente da primeira fonte, não é a prática que determina a *turistificação*, mas sim o produto, ou seja, os objetos. O problema com este tipo de fonte de turistificação é muitas vezes sua inadequação à evolução da atividade em determinado lugar. Tornou-se comum lugares elegidos para a prática de esqui, ou mesmo ilhas anteriormente

paradisíacas, perderem a sua atratividade justamente pelo excesso de equipamentos turísticos como o caso dos hotéis e *resorts*.

A terceira fonte deriva do trabalho de planejadores e promotores do território. Dentre os três tipos de fontes de *turistificação*, Knafou (1996) considera este o principal caminho para o desenvolvimento local, visto ser a forma mais territorializada. Em geral, as ações de planejamento partem dos interesses dos atores locais do território, ou seja, elas estão centradas nas características históricas, culturais e territoriais agregadas às necessidades endógenas. O problema nesta fonte de *turistificação* é encontrar um equilíbrio entre os interesses locais, públicos, privados e o turista. O encontro de um meio termo harmônico, ainda é um papel difícil. A busca do caminho do desenvolvimento do ponto de vista coletivo ainda é minimizada diante dos interesses econômicos dominantes e o resultado disso, muitas vezes, são ações do poder público que privilegiam o privado em detrimento das necessidades locais.

Os novos usos associados à *turistificação* interferem, e de forma direta, nos usos outrora praticados no território, criando novas conjunturas locais ou regionais, portadoras de novas possibilidades. Atividades tradicionais, como pesca e agricultura, bem como as relações cotidianas dentro do território, interagem com as novas práticas, podendo ser alteradas. Esses novos usos e práticas podem desencadear a quebra das relações entre famílias historicamente ligadas, mas podem também criar novas possibilidades de outras formas de relacionamento, com base no turismo.

O turismo está atrelado a uma cadeia de fixos, representada por um conjunto de objetos (*resorts*, bares, atrativos, etc), e por um aumento intensivo de fluxos de pessoas, ideias, bens e materiais que desencadeiam uma transformação na rede de relações socioespaciais. Para que se possa compreender todo o processo de mudança desencadeado pela *turistificação* dos lugares e suas consequências, necessita-se de um aporte teórico-conceitual que dê conta desta realidade complexa. Para Santos (2006), a categoria de análise da totalidade social, que é reveladora da complexidade de seus usos, é o território. Sob esta ótica se tem a possibilidade de aprofundar a discussão sobre as relações entre turismo e território.

Apesar de o termo território ser um conceito amplamente discutido pela ciência geográfica, ele também é utilizado por outras ciências sociais, a exemplo da antropologia, filosofia, economia, psicologia e urbanismo. Uma abordagem pioneira

do conceito de território foi aplicada ao aspecto político-administrativo, ao Estado-nação, ou seja, espaço político do território nacional, que são delimitados por fronteiras jurídicas, sendo campo tanto do poder político-administrativo como do simbólico (Raffestin, 1980). Devido a essa abordagem ser abrangente demais em relação ao tema em questão – turismo – foi-se em busca de outras concepções de território que dessem conta especificamente dos territórios turísticos. Para tanto, procurou-se dentro da geografia crítica autores que dessem conta do conceito de território, que permitisse a compreensão da sociedade diante de um quadro de contradições, como normalmente é caso dos lugares turísticos. Para essa discussão, buscou-se amparo em Santos (1988, 1997 e 2006) e Haesbaert (2002, 2004).

Segundo Santos (2006, p.137), o território é forma, que, por si só, não é uma categoria de análise; mas o território usado, sinônimo de espaço geográfico, sim, é uma categoria de análise reveladora da totalidade social, expressa por meio de objetos e ações articulados entre si como um sistema complexo. O território “usado” é tanto resultado de um processo histórico quanto a base material e social de inovações, em que envolve a dimensão operacional e a complexidade de seus usos. Por exemplo, os lugares ou regiões *turistificados* tanto são portadores de determinações históricas como formam uma realidade complexa, que apresenta à sociedade freios a determinadas ações, mas também abre novas possibilidades econômicas sociais e políticas para as pessoas.

Portanto, o espaço geográfico (humano ou habitado) é formado por um conjunto de objetos herdados de tempos diversos, e através deles revelam-se as formas de organização social existentes em cada tempo histórico e a atual realidade social. Este conjunto de objetos atrelados a um sistema de ações determina as variantes funcionais e sociais (SANTOS, 2006, p.138), dentre as quais aquelas relacionadas ao turismo.

Na atividade econômica do turismo, a sua condução é feita por um sistema de ações muitas vezes com origem externa ao local, impulsionado pelos diversos fluxos que proporcionaram a funcionalidade dessa atividade no espaço. Na zona costeira nordestina, o sistema de ações do território é realizado por instituições públicas e privadas, que seguem os ditames na política pública federal, articulado aos interesses privados. Parte da oferta turística tem como base a infraestrutura turística, como hotéis, bares e restaurantes, e a própria infraestrutura básica criada para

transformar o território em objeto de atração turística. Essa ação, associada ao movimento de pessoas, às mercadorias, à mídia e ao capital, se reflete nos usos cotidianos e simbólicos. O turismo vem ordenando e reordenando porções do território, especialmente aqueles que estão localizados na franja marítima. Esta reorganização socioterritorial provocada pela atividade turística, segundo Cruz (2001a p.12), implica “mudanças, transformações, adaptações, novas relações e novos sentidos na vida dos moradores dos lugares”.

O território, segundo Haesbaert (2002), é um híbrido, seja entre o mundo material e o ideal, seja entre a natureza e a sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural). É também palco onde ocorrem relações e conflitos de poder. Ele se define como o produto de relações desiguais de forças que envolvem domínio e controle político-econômico do espaço e a apropriação simbólica. Essa relação pode ser conjugada, desconecta ou contraditoriamente articulada. Segundo Haesbaert (2004), o território, desde a sua origem, tem uma conotação dupla: a material, representada pela dominação do poder jurídico, político e administrativo; e a simbólica, demonstrada pelo sentido identitário, vivido e apropriado.

Segundo Lefebvre (*apud* HAESBAERT, 2004), o território é a face do espaço onde ocorrem as relações de apropriação e dominação. Por seu lado, a dominação é exercida através do poder hegemônico, pelas forças político-administrativas, econômicas e religiosas. A apropriação é exercida pelas classes ou indivíduos hegemônicos, ao apresentarem uma relação de identidade, similaridades, necessidades comuns, e essa apropriação ocorre como mecanismo de sobrevivência e/ou resistência. Haesbaert (2004) complementa afirmando que enquanto a primeira representa valor de troca a segunda representa valor de uso. Nos territórios turísticos de sol e mar, há a inserção de equipamentos oriundos de fora que exercem dominação espacial, econômica e social. Ao mesmo tempo, a comunidade local, apropria-se deste mesmo território para a sua sobrevivência, abrigo, e cria nele uma relação identitária e de pertença.

Em uma perspectiva muitas vezes contraditória, o território serve de palco de relações e conflitos de poder, no qual essas relações são realizadas através de apropriação, dominação, demarcação, identidade, pertencimento e separação. As características da configuração das relações exercidas entre os indivíduos e determinado território é que determinará o modo de domínio e o controle social. Por

meio do estabelecimento de vínculos, criações ou invenções humanas e práticas sociais, é que se produz território e, ao menos, as condições para as territorialidades envolvidas.

A condição humana de estar no território pressupõe: pertencimento a um lugar, ter acesso a materiais necessários à sobrevivência, ao trabalho, à habitação e às suas relações identitárias e sociais. Nesse sentido, a perda de vínculos sociais, econômicos e culturais implica em algum afastamento, do homem ou sociedade, em relação à condição territorial presente em determinado momento.

Segundo Corrêa (1995), uma sociedade só se materializa através de seu espaço, espaço que ela origina e motiva. Da mesma forma, o espaço só é compreensível através da sociedade. Portanto, sociedade e espaço estão interligados e não há como compreender um sem querer entender o outro. Haesbaert (2004) destaca que a apropriação e a construção de identidades territoriais resultam no fortalecimento das diferenças entre grupos que pode desencadear duas possibilidades antagônicas: uma maior segregação e/ou um diálogo mais fértil e enriquecedor. Salieta que a dominação de um espaço, por grupo ou classe, traz como consequência o fortalecimento das desigualdades sociais.

Para Haesbaert (2004), à medida que o território é dominado por determinados agentes político-econômicos, ele é também funcionalizado. Este processo tende a “sufocar” as relações cultural-simbólicas coexistentes no mesmo território. A espacialização da atividade turística e suas relações tendem a retratar esta realidade nos territórios dos quais ela se apropria. A representação de uma sociedade se materializa através de elementos socioespaciais do território que ela constitui. Estes elementos são os balizadores para a condição humana, representados na sociedade contemporânea pela disponibilidade e acesso a infraestrutura e serviços.

Segundo Coriolano (2006, p.369), o

[...] turismo é na atualidade um dos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas por indígenas, pescadores, comunidades tradicionais – os chamados “povos do mar” – são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes resorts, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos por exemplo.

A espacialização turística no território ocorre geralmente pela inserção de objetos turísticos e a consequente mudança na forma e na função do território de características outrora distintas. Segundo Santos (2006), o território apresenta-se como arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, enquanto o primeiro o singulariza, o segundo o generaliza. Para conhecer as relações e os atuais conflitos que ocorrem no território somente será possível a partir do conhecimento da realidade pretérita, que antecede o recente fenômeno turístico, em determinado recorte espacial. Essa relação se manifesta através de um novo contexto social, político, econômico, cultural e espacial.

No Brasil, observa-se que a espacialização turística vem ocorrendo frequentemente a partir de parcerias público-privadas em que o Estado investe na requalificação de antigos objetos ou na inserção de outros (infraestrutura) para que a atividade possa correr, com base na iniciativa privada. Esta ação transforma a forma e demanda novas funções e usos, que nem sempre são benéficos aos moradores do território de antes da *turistificação*, conforme observa-se nos casos empíricos a seguir.

O processo de urbanização turística em Ubatuba, SP, segundo Luchiari (1999), provocou a inversão do espaço público em privado, em que o primeiro se tornou território do medo e de estranhamento; e o segundo, espaço privado/coletivo, em território seguro e de sociabilidade. No entanto somente para aqueles que possuem poder aquisitivo para arcar com os custos envolvidos. Ubatuba, após a sua 'descoberta' como local turístico, ocorreu uma acelerada urbanização que causou segregação socioespacial e influenciou na perda das relações identitárias pretéritas entre os descendentes de caiçaras.

Moura (2005), observou em Ilha Bela, outra localidade turística do Estado de São Paulo, que o processo de urbanização turística, seguido pelo parcelamento do solo focado no mercado, mesmo seguindo uma legislação, desencadeou exclusão e segregação territorial.

Em outro contexto, Adrião (2003) apontou a descaracterização ocorrida em Salinópolis, Pará, desencadeada pela atividade turística, através de novas relações de trabalho e mudanças na organização espacial. Conforme observou, após o ingresso das casas de segunda residência, este território passou por uma mudança nos modos de viver de seus habitantes, demonstrada primeiramente pela substituição da atividade tradicional da pesca por trabalhos domésticos nas

segundas residência, o que gerou a perda da autonomia pela proletarização do seu trabalho. A convivência de moradores autóctones com a população exógena e as novas relações que foram estabelecidas desencadearam quebra nas relações cotidianas e identitárias que interferiram nos ciclos sociais: da família, da vizinhança, do bairro; nos valores; na cultura; nos saberes; e na própria religião.

Não são apenas comunidades litorâneas tradicionais que estão sob a influência do turismo no Brasil. Cidades ricas em patrimônio arquitetônico e histórico vêm adquirindo novas territorialidades e refuncionalizando seus objetos para o atendimento à prática turística. Cidades como Ouro Preto, segundo Cifelli (2005), vêm ocorrendo mudanças nos usos, significados e funções dos monumentos históricos para agregar o valor mercantil associadas ao turismo. Deste modo, relações cotidianas estão sendo perdidas frente aos intensos fluxos de pessoas e midiáticos, que seguem a lógica global, por meio de turismo.

A requalificação do Pelourinho em Salvador, na Bahia, segundo Sotratti (2005), provocou, ao mesmo tempo, a valorização do patrimônio, outrora abandonado pelas elites, e a *fetichização* da cultura, bem como da paisagem baiana. Diante disso, ocorreu uma consequente perda de espaço simbólico e identitário através do espaço de consumo turístico.

Assim, as localidades turísticas vêm agregando ao seu território novos objetos, e infraestruturas para o atendimento da demanda turística. A sociedade do lugar tende a se adequar a esta nova configuração formal. E é neste contexto que a sociedade perde seu espaço e suas horizontalidades em detrimento da verticalidade⁵ do mercado neoliberal.

Estes objetos são possíveis de ser encontrado em diversos territórios, o que se reflete em uma aparência repetitiva em todos os lugares. Pode-se chamar esse fenômeno de universalidade da atividade turística. A universalidade, segundo Santos (2006), é consequência de um aparelho técnico atuando em plano global, em que esses objetos satisfazem a uma lógica extralocal em detrimento do interesse do lugar. Esta situação desempenha a função de criar uma nova forma de alienação que segue uma racionalidade mercante, embora não desconsidere a racionalidade simbólica.

⁵ Segundo Santos (2006, p.286), "As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada."

Segundo Santos (2006), a imposição extralocal, dentro de uma perspectiva local, motiva que o lugar passe a ser palco de alianças percebíveis, em que a mudança seja determinada por forças extralocais. Todos os lugares passam por um processo contínuo de valorização e revalorização, que atende também a requisição local e esta ação local através da materialidade pretérita é que definirá se as exigências extralocais ocorrerão em maior ou menor grau. Esta dialética entre a ação extralocal e local é que permite o local se impor ou se submeter às exigências impostas a nível global.

Segundo Luchiari (1999), é pela urbanização turística que lugares atualmente se conectam ao mundo global. Essa conexão ocorre através das redes de fluxos humanos e de informações. A urbanização é na contemporaneidade o melhor retrato das mudanças no contexto espacial, através da sua função de ordenar, reordenar, eleger e segregar territórios e sociedades. Ela se materializa através da inserção de objetos que dão novas formas e novos usos aos lugares. Os objetos anteriores podem variar de significação, mas são os atuais que se impõem, diante das inúmeras funções da sociedade (SANTOS, 2006). Estes objetos, representados por um sistema de valores, são carregados de conteúdo que apresentam signos ou certa intencionalidade.

E para que a atividade turística possa ocorrer, o espaço de vivência, do cotidiano e do identitário, é transformado em espaço banal, ou seja, de todos: das empresas, instituições, formas sociais, formas jurídicas e formas geográficas (SANTOS, 2006). Porções do território são reconfiguradas na expectativa de maior afluência, tais exigências são impostas, em grande parte, por agentes extralocais. Os empreendedores dos espaços turistificados apropriam-se de um território ou de vários territórios contíguos, agem como reorganizadores do território e da sociedade, transformam especificidades locais em objetos de consumo. E o lucro auferido por estes empreendimentos nem sempre é remetido à comunidade receptora.

A turistificação impõe uma nova dinâmica socioterritorial que evidencia as novas relações materiais e simbólicas existentes entre sociedade e território. O eixo de compreensão dessa realidade mutável e contraditória transcorre ao longo de relações de adequação, dependência e resistência às determinações de ordem política, econômica, social e cultural. Em geral, a interação entre os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico dos lugares não é harmônica, reflexo da busca de interesses e das necessidades individuais.

Na zona costeira nordestina, a *turistificação* vem seguindo a lógica global. Lógica a qual, segundo Cruz (2006), o Estado passa a ser parceiro do mercado, através de políticas públicas que fomentam a criação de um conjunto de objetos para tornar o território atrativo a prática turística. Deste modo, territórios se deparam com um grande número de hotéis e *resorts*, resultado de políticas públicas que favorecem a espacialização do capital externo.

Segundo Silva (2004), cidades como Recife, Salvador e São Luiz tiveram parte do seu patrimônio histórico revitalizado através de parcerias público-privado, obtiveram melhorias de infraestrutura básica e o implemento de infraestrutura turística. Essas melhorias serviram para a criação de “cidades-mercadorias”. Ainda, segundo Silva (2004), os aspectos sociais para a promoção do desenvolvimento local e a inclusão social, objetivos colocados no discurso das políticas públicas não foram atingidos. Pelo contrário, parte da população foi expropriada e sofreu perdas locais importantes para sua sobrevivência. Silva (2004) também aponta a reprodução do modelo turístico como a da Costa de Saúipe, adotado em boa parte da costa nordestina em que se criam ambientes artificializados através da construção de *resorts* (*resortização*). A lógica deste tipo de modelo apresenta efeitos perversos como a perda da autenticidade, e a ausência de elo entre o turista e a população nativa, que impede a comunidade local de se beneficiar dos efeitos econômicos trazidos pelo fluxo turístico.

A *territorialização* turística tende a embater disputas pelo território, e de acordo como essa dinâmica se processa pode desapropriar populações locais de suas bases materiais e simbólicas e as convocar a se submeterem a uma lógica mercantil que atende interesses extralocais.

Aborda-se a seguir as particularidades do processo de turistificação no caso brasileiro e em especial a zona costeira nordestina brasileira, onde se insere o município de Maragogi, objeto deste estudo. Buscou-se apresentar e distinguir as diferentes etapas do desenvolvimento turístico, considerando os aspectos relevantes que motivaram o desenvolvimento desta atividade e a sua associação ao processo de desenvolvimento local.

2 - DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE TURISMO AO NÍVEL ESTADUAL

2.1 O contexto brasileiro

Levando-se em consideração as características modernas, o turismo é uma atividade econômica relativamente recente no Brasil. Explica-se, por isso, a não consolidação de uma política consistente para este setor no país, apesar dos grandes avanços alcançados pela atividade ao longo das últimas décadas. Os primeiros sinais de iniciativas do Estado no sentido de fomentar o setor ocorreram em 1938, através do Decreto-Lei nº 406, de 04 maio daquele ano, que previa a necessidade da licença governamental para venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. No ano seguinte, 1939, criou-se a Divisão do Turismo, considerado o primeiro organismo público brasileiro com a finalidade de supervisionar, regulamentar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo (DIAS, 2008). Mas foi, em 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), no governo de Castello Branco, que se registra o primeiro marco institucional de parte do Estado para o desenvolvimento desta atividade no Brasil (RODRIGUES, 1996). Criada sob o regime militar com intuito de divulgar o Brasil como destino turístico, o início das suas atividades é marcado por propagandas no exterior com a projeção das praias, festas e mulheres brasileiras. Segundo Santos Filho (2003), essa foi a forma de enviar imagens alegres e ‘democráticas’ sobre o Brasil para o exterior e mascarar as atrocidades da ditadura militar.

Segundo Badaró (2003), foi desde a criação da Embratur que diversos atos administrativos foram editados para explicitar os comandos legais da atividade turística, uma forma de criar obrigações, através da Constituição Federal, para o setor, embora em sua maioria rebatidas pelo poder judiciário. Segundo Cruz (2001) é a partir da criação da Embratur que o governo federal começa a privilegiar as regiões Norte e Nordeste através de incentivos financeiros e fiscais. A partir de então, o turismo passa a ser “reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para atenuação dos desníveis regionais que caracterizam a nação” (CRUZ, 2001, p.49).

O hábito de viajar com características contemporâneas na sociedade brasileira começou a emergir no país durante o chamado “milagre brasileiro”⁶. Durante este período começou a se formar uma classe média com novos padrões de comportamento e capacidade de consumo. Tal fenômeno estava em parte ligado ao incentivo do governo brasileiro, que através de propaganda das potencialidades turísticas brasileiras começou a encorajar as viagens internas. Outros fatores relevantes foram a expansão do uso de automóveis pelas famílias brasileiras e o investimento do governo em obras de infraestrutura para a construção e recuperação das estradas do país (RODRIGUES, 1996). Este processo iniciou-se nas regiões Sul e Sudeste do país, mas a partir do final da década de 1980 o Nordeste também passou a ser beneficiado com obras de infraestrutura, além de intensas campanhas para a divulgação dos destinos paradisíacos nordestinos (CRUZ, 2006). Portanto, o governo brasileiro passando por uma crise política e econômica, no início do processo de redemocratização brasileira, encontra no turismo uma das estratégias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, principalmente na costa litorânea nordestina.

A Embratur é transformada em autarquia através da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e passa a ter a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo. Essa mudança tem como finalidade criar suporte para a Política Nacional do Turismo (PNT), dando à Embratur o papel de formular, coordenar, executar e fazer executar esta Política (DIAS, 2008, p.133-134). Essa ação é o divisor de águas na Política Pública do Turismo no país, começando a mudar uma postura centralizadora, com base no governo federal, dando início a um processo de descentralização administrativa, com os estados e municípios assumindo um papel mais direto na implementação das políticas do turismo no país (BECKER, 1999, p.187).

Em 1992, é instituído o Plano Nacional do Turismo (Plantur), como instrumento para concretizar a Política Nacional do Turismo. A partir de então, começou a ser implantado na prática o desenvolvimento regional, com base no turismo, através de sete programas (Quadro 3). O Plantur somente saiu do papel em 1996, e neste mesmo ano são lançadas as diretrizes e programas para o triênio 1996/1999 do PNT. Entre as metas do PNT estavam: o ingresso de 3,8 milhões de

⁶ O Milagre Econômico Brasileiro foi uma medida de crescimento econômico adotada no governo de Médici. Este crescimento contou com capital estrangeiro, que contribuiu para a industrialização brasileira. As consequências deste milagre foram o surgimento de uma classe média, agravamento das desigualdades sociais e uma dívida externa assumida.

turistas estrangeiros no país; a entrada de US\$ 4 bilhões de divisas estrangeiras e o alcance de 10,6% da população economicamente ativa do país empregada no setor turístico. Segundo nota do Governo Federal, em 2000, estas metas foram alcançadas e contribuíram para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país (DIAS, 2008, p.134). Segundo Irving & Sancho (2007), o PNT 1996/1999 apresentou um avanço na Política Pública do Turismo no que concerne ao desenvolvimento regional e uma preocupação nas temáticas voltadas para a democratização do turismo, bem-estar social e diminuição das disparidades sociais e econômicas. Contudo as propostas e medidas estratégicas para a promoção da inclusão social, através do turismo, se mostraram ainda de maneira embrionária.

Quadro 3 - Programas do Plantur previstos para a promoção do Desenvolvimento regional

Programas do Plantur
<ul style="list-style-type: none">• Programa de Pólos Turísticos• Programa de Turismo Interno• Programa do MERCOSUL• Programa de Ecoturismo• Programa de Marketing Internacional• Programa de Qualidade e Produtividade do Setor Turístico• Programa de Recursos Humanos para o Turismo

Fonte: Becker (1995)

Antes desse período, no ano de 1994, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), resultado do processo de descentralização do governo federal. Este programa adota no discurso o modelo instituído pela OMT, que tem como objetivo a gestão da atividade turística centrada no nível local e na busca de uma participação de todos os atores e agentes que fazem parte do processo turístico (DIAS, 2008, p. 144).

Outro marco importante e indicativo do peso dado ao turismo no Brasil pelo governo federal foi a criação do Ministério do Turismo (MTur). O MTur foi criado como uma pasta exclusiva para o setor em 2003, através de propostas avançadas que, além da dimensão econômica abrangem também os aspectos sociais, culturais, ambientais e espaciais. Neste mesmo ano foram instituídas as metas para o PNT 2003/2006, que incorporaram um avanço em relação ao PNT do período 1996/1999, com a adoção de compromisso com a inclusão social, através da realização de consultas junto aos atores envolvidos no processo turístico e o reconhecimento do setor na capacidade de minimizar problemas sociais causados pelas enormes desigualdades socioeconômicas regionais. Entretanto, uma análise detalhada dessa

Política mostra que a maioria dos seus programas não seguiu esta mesma lógica e suas metas primaram pelo progresso econômico e acumulação de capital, buscando: atingir o número de nove milhões de turistas estrangeiros; gerar US\$ 8 bilhões de divisas; alcançar 65 milhões de desembarques domésticos e criar 1,2 milhões de empregos (IRVING & SANCHO, 2007).

O terceiro PNT, contemplado pelo triênio 2007/2010, com o título de “Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão” (MTur, 2007), relativiza um pouco a ênfase econômica, e coloca em seus objetivos uma maior preocupação com a eliminação das desigualdades regionais e da exclusão social, conforme posto abaixo:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas (MTur, 2007, p.16).

Em relação aos dois PNT anteriores, o PNT 2007/2010 prioriza as características regionais brasileiras como forma de estimular o mercado interno, bem como uma maneira de oferecer novos produtos para o mercado internacional, e, como consequência, atrair divisas para todas as regiões brasileiras e reduzir as desigualdades existentes entre elas. As propostas apresentadas, para este triênio, colocam o turismo como um setor capaz de promover o desenvolvimento e reduzir as disparidades sociais.

Este terceiro Plano, embasado em quatro metas e oito macroprogramas (Quadro 4), tinha como um dos seus principais focos a consolidação de 65 destinos turísticos indutores em todo país. A estratégia de destinos indutores faz parte do Programa de Regionalização do Turismo, criado em 2004, que propôs a estruturação de roteiros turísticos intermunicipais em todas as regiões brasileiras. Este programa coloca na fundamentação dos seus princípios o uso da cooperação entre os atores e agentes para o encontro do equilíbrio ambiental, econômico, sociocultural e político. O programa tem como um dos seus objetivos a consolidação de destinos com potencialidades e vocação turística, que se caracterizam como núcleo receptor e distribuidor do fluxo turístico, buscando a maturação dos territórios

envolvidos frente às mudanças desencadeadas (TOMAZZONI, POSSMAI & LOVATEL, 2010).

Quadro 4 - Metas e Macroprogramas do PNT 2007/2010

Plano Nacional do Turismo 2007/2010	
Metas	Macroprogramas
<ul style="list-style-type: none">• Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno;• Criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações;• Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional;• Gerar US\$ 7,7 bilhões em divisas.	<ul style="list-style-type: none">• Informação e Estudos Turísticos;• Planejamento e Gestão;• Logística de Transporte;• Regionalização do Turismo;• Fomento à Iniciativa Privada;• Infraestrutura Pública;• Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos;• Promoção e apoio a comercialização.

Fonte: MTur (2007)

Apesar de ter havido um avanço entre o primeiro PNT (1996/1999) e o último (2007/2010), no que tange às propostas para a inclusão social das sociedades receptoras e a busca pela diminuição das desigualdades regionais, ainda há falhas na formulação e execução de seus programas. Por exemplo, o interesse privado continua sendo priorizado e as políticas públicas continuam desarticuladas e descontínuas. Com a existência de tais falhas, torna-se difícil se alcançar plenamente as metas de inclusão social preconizadas nas políticas do governo federal.

O desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Brasil, ao longo de sete décadas (Quadro 5), progrediu em aspectos regulatórios e amadureceu na consolidação do setor. Porém, a mudança “de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado” vem contribuindo quase que exclusivamente para a “produção e reprodução do capital”, um aspecto contraditório no discurso do turismo, que declaradamente deveria estar focado na diminuição das desigualdades sociais (CRUZ, 2006, p.337).

Quadro 5 – Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil

Período	Políticas Públicas do Turismo
1938 - 1966	<ul style="list-style-type: none">Regulação/normatização do setor, atuando sobre venda de passagens e funcionamento, em geral, de agências de viagens e de transportes.
1966 até os anos 80	<ul style="list-style-type: none">Criação da Embratur – Fomento do setor para a criação de facilidades para a implementação de infra-estruturas turísticas (binômio fomento-rodoviarização), gestão centralizadora e mercado regulador e interventor.
1987	<ul style="list-style-type: none">Crise econômica brasileira, o setor é afetado diretamente.
1992	<ul style="list-style-type: none">Plantur (Plano nacional do Turismo) – Disciplinar o público e o privado pelos ditames do modelo (neoliberal) de gestão descentralizada; Prodetur/NE – Implementação/melhoria de infra-estrutura básica e de transporte (aeroportos, principalmente) no Nordeste; e campanhas de marketing.Criação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE).
1994	<ul style="list-style-type: none">PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Valorização da escala local no planejamento governamental do setor.
1996-1999	<ul style="list-style-type: none">Plano Nacional do Turismo 1996/1999
2003	<ul style="list-style-type: none">Criação do Ministério do Turismo e instituição do PNT 2003/2007.
2004	<ul style="list-style-type: none">Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil surge em substituição ao antigo PNMT em escala regional e cria pólos turísticos.
2005	<ul style="list-style-type: none">O governo brasileiro, através do Ministério do Turismo envolveu-se em um projeto internacional para alívio da pobreza através do turismo.
2007-2010	<ul style="list-style-type: none">Plano Nacional do Turismo 2007/2010

Fonte: Compilado (RODRIGUES, 1996; BECKER, 1999; CRUZ, 2006; IRVING & SANCHO, 2007; MTur, 2011)

A evolução da atividade turística brasileira passou por uma mudança de paradigma, nas políticas públicas do setor, a partir da década de 1990. Segundo Cruz (2006), essa mudança paradigmática é demonstrada pelos seguintes aspectos: mudança de uma gestão centralizada para uma gestão descentralizada/participativa; de uma escala nacional/regional para uma regional/local; na mudança de pensamento de desenvolvimento visando o crescimento econômico para o conceito de desenvolvimento sustentável e focado na geração do emprego e da renda; de um Estado interventor no mercado para o um mercado neoliberal; o espaço deixou de ser palco de ações deliberadas para ser receptáculo de ações planejadas; e a criação de medidas para a construção de obras de infraestrutura básica e de transportes, focadas na construção de aeroportos (CRUZ, 2006, p.345).

O modelo turístico adotado pelas políticas públicas brasileiras é altamente criticado por Cruz (2006) pelo seu aspecto focado no mercado em que os interesses privados são privilegiados em detrimento dos interesses locais. Argumenta que além do Estado contribuir para colocar o território como “atrativo para o capital privado” através de obras de infraestruturas, ainda se torna omissa na ordenação territorial (CRUZ, 2006, p.344).

2.2 Turismo na Zona Costeira Nordestina

Com o objetivo de fortalecer o crescimento do turismo no Nordeste, com a meta de reduzir as disparidades entre as regiões do país, o governo brasileiro, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criou o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE). Ciente das potencialidades naturais da zona costeira nordestina para o turismo e recebendo algumas pressões de governos estaduais e dos empresários deste setor, o governo brasileiro criou esse programa no início da década de 1990. O Prodetur adotou uma política de regionalização, com base em agrupamentos de municípios com características semelhantes. Essa política foi aperfeiçoada em 2004 com a adoção da política de Pólos de Turismo (Figura 2).

Figura 2 - Pólos de turismo do Prodetur



Fonte: Site do Banco do Nordeste: www.bnb.com.br

Segundo Rodrigues (1999), o Prodetur/NE reproduz um modelo de política neoliberal adotado mundialmente, concentrado em um capitalismo hegemônico corporativista. Segundo Rodrigues (1999), o Brasil adotou este modelo excludente que ignora os aspectos sociais do território, do qual se apropria, e que contribui para acentuação dos problemas conjunturais e estruturais que afetam

os espaços ao das políticas públicas.

Exemplos empíricos de outros países, como o México, que tem no turismo a formação de 20% a 25% do seu PIB, demonstraram que o modelo neoliberal de programas de turismo adotados em países em desenvolvimento desencadeou graves problemas sociais, aumentando a pobreza e a miséria. “Pelo seu caráter hegemônico em vez de funcionar como elemento dinamizador da economia regional, foi nocivamente destruturador” (RODRIGUES, 1996, p. 158). Cruz (2006) compartilha deste pensamento quando comenta sobre as ações do poder público para a captação do turismo na zona costeira nordestina:

[...] o litoral nordestino se transforma, ao longo dos anos 90, em um extenso e longitudinal “canteiro de obras”. À ampliação e modernização de praticamente todos os aeroportos nordestinos somou-se um conjunto de obras rodoviárias, ambas as ações voltadas ao requerido aumento da fluidez do território regional (CRUZ, 2006, 342-343).

Portanto, a partir da década de 1990 a zona costeira da região Nordeste do Brasil vem passando por um amplo processo de mudança territorial que tem reorganizado as características socioeconômicas e ambientais dos lugares envolvidos, com grandes mudanças nas condições de vida das populações tradicionais e demais segmentos sociais que antecedem ao turismo nessa porção territorial da região Nordeste do Brasil.

Segundo Castilho (2000), as zonas costeiras tropicais e ensolaradas do Nordeste constituem espaços potenciais para a expansão turística. E é nesse contexto que as elites político-econômicas locais, constituídas por administradores públicos e empresários do setor de serviços, tentam criar estratégias espaciais para uma maior integração das cidades à economia global através do turismo. As elites administrativas apresentam à sociedade dos lugares e comunidades litorâneas o turismo como uma atividade desencadeadora do desenvolvimento local. A partir daí criam-se estratégias para o desenvolvimento da atividade, buscam-se recursos, e priorizam-se a revitalização e valorização da orla marítima. Becker complementa (1995 a, p.7):

A zona costeira torna-se zona de contato não apenas da circulação referente à economia nacional, mas de circuitos logísticos globais, isto é, passa a ser parte integrante e lócus privilegiado de redes aéreas, terrestres e marítimas no âmbito planetário. E mais: terra, mar e ar se aproximam em virtude da concentração do espaço.

Na realidade, desde a década de 1980 a zona costeira nordestina vem passando por diversas transformações espaciais com o objetivo de consolidar seu território dentro do mercado global turístico, pelo processo chamado de *turistificação*.

Segundo Cazes (1996), *turistificação* refere-se à *mise en tourisme*, isto é, requalificação de um território para transformá-lo em espaço para o desenvolvimento de atividades turísticas. A consequência mais visível dessa requalificação foi o surgimento de novos padrões de uso e ocupação do solo. Uma comparação do uso e ocupação do solo entre o início da década de 1990 e a atualidade mostra a expansão significativa da urbanização da planície litorânea nordestina e também a formação de enclaves como *resorts*. Obviamente, parte dessa urbanização resulta de atividades de lazer e recreação das populações litorâneas, mas as intervenções voltadas para o turismo são mais densas e perceptíveis no espaço.

A atividade turística na zona costeira nordestina é uma realidade que vem provocando uma série de modificações na configuração socioespacial dessa parte do território brasileiro. O processo de *turistificação* acontece em comunidades receptoras das mais diversas maneiras, e se materializa de formas distintas, mesmo quando há similaridades óbvias. O contexto histórico mais amplo de toda a extensão litorânea nordestina é aparentemente similar, contudo cada lugar tem as suas especificidades, sejam elas históricas, culturais, econômicas, sociais e espaciais. A variação na forma como esses fatores se combinam em cada lugar é importante para a própria atividade turística pois oferta aos visitantes diversas possibilidades de segmentos turísticos. Ao mesmo tempo, as diferenças entre os lugares pode fazer com que cada lugar apresente particularidades na sua própria resposta à sua *turistificação*.

De forma semelhante, existem diversas formas da atividade turística se apropriar do território. Além disso, o desenvolvimento do produto turístico está relacionado ainda com a natureza e o perfil dos turistas. Em grande parte, o tipo de atividade turística existente em determinado lugar é motivado pela natureza do visitante, ou seja, suas características socioeconômicas e culturais. O perfil do visitante tende a resultar em efeitos diretos sobre a população residente (COOPER, 2007, p.239).

A tipologia turística acompanha a tendência contemporânea da segmentação de gostos e estilos de vida. Atualmente, depara-se com diversas práticas turísticas, dentre as quais encontram-se: turismo ecológico, de negócios, religioso, cultural, de segunda residência, étnico, LGBT⁷, rural e outros. O início da prática turística na

⁷ LGBT – É o termo oficial para identificar as identidades de gêneros não-heterossexual representadas por Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros.

zona costeira nordestina é marcada pela prática do turismo de segunda residência. Tulik (1995, p.21) o define como “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar”. O turismo de segunda residência é uma prática realizada por pessoas em hospedagens distintas àquelas usadas no lugar fixo de moradia e utilizadas em períodos de descanso e lazer como fins de semana e férias (veraneio).

Assis (2001) trabalha com as abordagens de propriedade, temporalidade e finalidade para a definição do conceito de residência secundária. O primeiro pelo caráter privado, o segundo pelo seu uso esporádico e o terceiro pelo seu uso, a prática do lazer e do descanso, como uma nova necessidade frente às novas acepções do homem metropolitano. A prática do turismo de segunda residência teve início na Europa, onde a elite burguesa possuía não somente uma casa, como mais, geralmente uma no campo e outra na praia ou em região balneária (PEARCE, 1991, p. 196).

No Brasil, segundo Becker (1995, p.10), o fenômeno da segunda residência teve sua expansão na década de 1950, em decorrência dos efeitos do período “nacional-desenvolvimentismo”, que gerou as seguintes consequências: a expansão da classe média, o advento do automóvel particular, construção de rodovias e forte urbanização. Com isso, o hábito de lazer e recreação passou a ser incorporado como uma prática, principalmente nos estratos sociais mais elevados da sociedade brasileira. Os locais preferidos para este novo fenômeno situavam-se próximos de centros urbanos e possuíam atributos ambientais apreciados, como serras e zonas costeiras.

A apropriação desses territórios por essa tipologia turística ocorreu, em sua maioria, de forma desordenada e predatória. Becker (1995), em seus estudos sobre este fenômeno no Brasil, aponta os seguintes efeitos socioespaciais deste tipo de turismo sem planejamento no país: aumento da desigualdade social; elevação do custo de moradia; oportunidades de trabalho esporádico ou sazonal; saturação da infraestrutura e de serviços na alta temporada; degradação ambiental em áreas de mangues e restingas.

Na região Nordeste do Brasil, o turismo de sol e mar e de segunda residência, já vinha se desenvolvendo em trechos litorâneos de forma espontânea, se expandiu devido à melhoria aeroportuária e rodoviária propiciada pelo Prodetur/NE. O turismo

de segunda residência se expandiu a partir das capitais litorâneas e cidades mais dinâmicas economicamente e localizadas a distâncias relativamente curtas do litoral.

2.3 Turismo em Alagoas

Alagoas é o segundo menor Estado brasileiro em extensão, com uma área de apenas 27.767 km². Localizado na região Nordeste do Brasil, possui os seguintes limites: ao Norte e Nordeste com Pernambuco, ao Sul com Sergipe, ao Sudoeste com a Bahia e a Leste com o Oceano Atlântico. Apresenta um clima tropical, em todo o seu território, com temperatura média anual de 24°C, e com uma amplitude térmica variando de 22°C a 28°C no litoral e de 17°C a 33°C no sertão. Alagoas é possuidor de uma riqueza paisagística construída e natural, com muitas áreas de mangues e lagoas⁸ (GIUDICE, 2006).

Até o ano 1817, Alagoas era território político-administrativo da Capitania de Pernambuco. Sua ocupação e desenvolvimento econômico e social foram encetados desde o período da colonização. A colonização na capitania do donatário Duarte Coelho, em 1534, iniciou com a atividade de cultivo da cana de açúcar. O cultivo desta monocultura foi o meio encontrado pelo governo português para controlar a grande extensão territorial brasileira, e ao mesmo tempo obter vantagens econômicas da colônia. O mercado promissor do açúcar, no século XVI, foi motivador da exterminação de indígenas nas terras próximas ao litoral e ao desmatamento de significativa parte da Mata Atlântica nordestina. A sociedade era formada por uma restrita aristocracia do lugar, uma extensa população escrava ou subalterna, moldada no modelo patrimonial. Configurada no controle político, econômico e social por um seleto número de senhores de terras - os latifundiários - e dos quais ainda se herda o mandonismo local (VERÇOSA, 2006).

Segundo Verçosa (2006, p.39), o litoral norte de Alagoas, representado pelo território do atual município de Porto Calvo, foi um dos três primeiros núcleos de irradiação da povoação do Estado de Alagoas e lugar do primeiro engenho de açúcar do Brasil. O processo de povoação ocorreu pelo sistema de *Sesmarias*, em

⁸ Embora sejam popularmente chamadas de "lagoas" são, na realidade, *Lagunas* por terem ligação com o mar e sofrerem a influência da salinidade marinha.

que o beneficiário tinha a obrigação “de desenvolver a terra e povoá-la, assentando nela engenho de açúcar”. Em seu início, o povoamento em Alagoas não ocorreu de forma aleatória. Dispondo de solos e clima favoráveis, estrategicamente localizados em diversas bacias hidrográficas localizadas próximas ao oceano Atlântico, as terras localizadas ao longo do litoral favoreceram comercialmente a conexão da colônia com a Metrópole.

O apanágio natural e com a implantação de infraestrutura de transportes, não foi por acaso que a zona costeira de Alagoas, com extensão aproximada de 230 km, interligados por estradas, favoreceu na atual contemporaneidade ao desenvolvimento turístico do Estado alagoano. Como consequência da sua história, o atrativo alagoano não fica restrito aos aspectos naturais da região. Possuidor de cidades históricas e rico patrimônio cultural, como a culinária, o artesanato e o folclore (VERAS FILHO, 1991), estas características favoreceram a vocação turística do Estado. O Estado situa-se estrategicamente entre dois pólos com grandes fluxos turísticos, ou seja, os estados da Bahia e de Pernambuco.

Inicialmente a atividade turística em Alagoas desenvolveu-se morosamente e sem um forte respaldo institucional. Segundo Veras Filho (1991, p.69), a inauguração do Estádio Rei Pelé, conhecido popularmente como “Trapichão”, em 1970, foi o precursor da “era do turismo” em Alagoas. O “Trapichão” foi o primeiro equipamento de grande porte e capaz de atrair um número significativo de visitantes para eventos. Seu tamanho permitiu, na época, o recebimento de jogos da seleção brasileira com seleções de outros países, fato que promoveu o nome de Alagoas na mídia brasileira.

Entretanto, a inauguração do Hotel Jatiúca, em 1979, é considerada o marco principal do desenvolvimento do turismo em Alagoas. Este empreendimento foi responsável pela divulgação do destino em eventos do setor turístico, bem como pela promoção de Alagoas em jornais e revistas de alcance nacional. Outro fato importante para a expansão do turismo em Alagoas foi a construção das pontes sobre os canais das lagoas Mundaú e Manguaba, que conectou a capital, Maceió, ao município de Marechal Deodoro. Apesar dos avanços da atividade turística em Alagoas, neste mesmo ano, 1979, foi divulgada uma pesquisa realizada pela Embratur, a qual apresentava o resultado negativo de satisfação dos turistas que visitaram Alagoas. A divulgação do índice de 90% de insatisfação entre os entrevistados foi justificada pela sujeira, buracos nas ruas e o descuido com as

praias alagoanas. A pesquisa acima citada refletiu o descuido das autoridades locais da época com o patrimônio público e natural de Alagoas (VERAS FILHO, 1991).

Em junho de 1990, foi feito o lançamento pelo presidente da Embratur, Ronaldo Monte Rosa, do Projeto Costa Dourada, que compreendia a área litorânea de Barra de Santo Antônio, em Alagoas, a Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. O Projeto Costa Dourada fazia parte de um megaprojeto turístico que tinha como principal característica a intensa intervenção pública estatal, na tentativa da criação de centros turísticos. Entre as metas estipuladas concentravam-se obras de infraestrutura: melhoraria de estradas; construção de um aeroporto internacional; criação de infraestrutura básica, como água, energia e comunicação; e a criação de um cruzeiro denominado Funchal⁹, de origem panamenha e tripulação portuguesa, que tinha como rota a costa de Maceió, Fernando de Noronha e Recife (VERA CRUZ, 1991, p.158-159). Naquela época, observa-se em todas as metas ligadas ao nascente turismo em Alagoas o foco no desenvolvimento exclusivo da atividade e nas diretrizes focadas na construção de enclaves isolados das comunidades locais (OLIVEIRA, 2008). A esfera estadual e municipal, vislumbradas com a expectativa de desenvolvimento econômico, criaram ambientes favoráveis para a espacialização de empreendimentos turísticos neste território (BECKER, 2010). Como se pode deduzir, os objetivos turísticos oficiais em Alagoas, até então, estavam voltados para grandes intervenções no território, com base em interesses predominantemente econômicos. Entretanto, como mencionado antes (CRUZ, 2006), a política pública setorial do turismo, em suas três esferas (federal, estadual e municipal), a partir da década de 1990, passa a incluir características ligadas à noção de desenvolvimento sustentável.

Através do Programa de Regionalização do Turismo e com projetos viabilizados pelo Prodetur/NE I, foi priorizada a implementação de infraestrutura básica nos destinos turísticos selecionados do Nordeste, de energia elétrica, comunicações, transportes, abastecimento de água e saneamento básico. O Estado de Alagoas, em 1994, teve acesso a US\$ 22,3 milhões oriundos de financiamento por parte do BID, que foram direcionados para o município de Maceió (BNB, 2005a), para a construção do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, recuperação de estradas e acessos, restauração do Museu da Imagem e do Som, reforma de praças

⁹ O Funchal é um navio de cruzeiro de origem portuguesa e seu nome deve-se a capital do Estado de Madeira, em Portugal. Antes do uso para atividade turística, serviu como navio presidencial português. Pesa em torno de 10 mil toneladas e apresenta capacidade para 600 passageiros. Efetua diversas rotas marítimas e oceânicas pelo mundo, entre elas Mediterrâneo, Austrália, Círculo Ártico e América Latina.

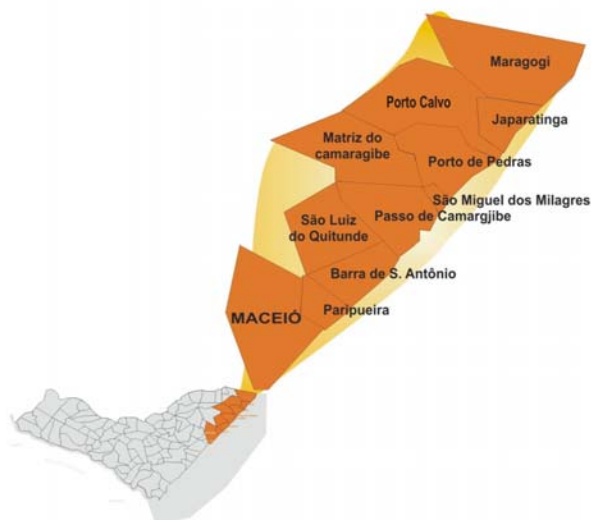
e calçadas. Atualmente, o estado passa por um forte investimento de capital estrangeiro, através da aquisição de terras nas áreas litorâneas Norte e Sul do Estado. Essa realidade necessita de análise criteriosa da (re)produção do capital e do consumo do território alagoano pela atividade turística, uma vez que as atividades turísticas de grande escala e com o apoio de políticas públicas federais podem trazer amplas consequências ambientais e socioeconômicas para a zona costeira do Estado.

Uma análise dos resultados da primeira fase do Prodetur/NE revela que ela deu ênfase à espacialização da atividade turística no território, com a ausência de preocupação com o desenvolvimento social e ambiental. Após o Relatório Final do BID sobre os resultados do Prodetur/NE I, a segunda fase desse programa impôs um maior rigor na formulação das estratégias de desenvolvimento do turismo (BECKER, 2010). Dentre as novas estratégias a serem adotadas estava a criação de Pólos Turísticos. Becker (2010, p.17) os define como:

[...] um espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares. Na Região Nordeste, eles se consolidam por meio de Conselhos de Turismo, os quais reúnem, no mesmo arco de alianças, os atores que militam na atividade turística em níveis de mesorregião.

Em Alagoas foi criado o Pólo de Turismo Costa dos Corais, o qual é composto por onze municípios da porção norte da zona costeira de Alagoas: Maceió, Paripueira, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi (Figura 3).

Figura 3 – Pólo de Turismo Costa dos Corais
MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PÓLO COSTA DOS CORAIS - ALAGOAS



Fonte: Site do Banco do Nordeste : www.bnb.gov.br

Para efeito de contratação de subempréstimo junto ao BID para o fomento do desenvolvimento turístico dos Pólos Turísticos selecionados, o Prodetur/NE exigiu a realização de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). O PDITS trata-se de um planejamento de longo prazo (20 anos) para o respectivo Pólo Turístico. De acordo com as diretrizes do MTur, os PDITS devem ser elaborados com a participação das instituições da região e comunidades envolvidas. Dentre os dezesseis PDITS elaborados, quatorze foram aprovados. O do Pólo Costa dos Corais ainda encontra-se em fase de elaboração (BECKER, 2010).

O Prodetur/NE II possui como primeiro objetivo, no seu marco lógico, *melhorar a qualidade vida da população local nos pólos turísticos*, através do aumento: de empregos diretos formais gerados nas atividades diretas do turismo, da remuneração média da mão de obra empregada nas atividades diretas do turismo, da escolaridade média da mão de obra empregada nas atividades diretas do turismo, da arrecadação do ISS dos municípios inseridos nos polos, da arrecadação do IPTU nos municípios polos, da arrecadação de ICMS dos municípios dos polos, do PIB *per capita* dos municípios dos polos, da porcentagem da população dos polos que acredita que o turismo contribui para o desenvolvimento local (MTur, 2011).

A prestação de contas da primeira fase do Prodetur/NE no Pólo Costa dos Corais não foi realizada como o estipulado. Vale salientar que entre os Pólos

criados, este é o único que apresenta tal situação. A ausência de comprometimento dos dirigentes locais com o desenvolvimento do Estado alagoano demonstra o porquê dele encontrar-se entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. A sequência de falhas administrativas faz que Alagoas fique atrás dos outros estados nordestinos em relação ao desenvolvimento de diversas atividades socioeconômicas, dentre elas o turismo.

Portanto, é com base nas dimensões teóricas e das políticas públicas abordadas neste estudo, juntamente com o contexto empírico da zona costeira norte do Estado de Alagoas, que este estudo examina a questão da qualidade de vida no município de Maragogi, como uma resposta do lugar à turistificação do seu território.

3 - MARAGOGI, ALAGOAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 Caracterização de Maragogi

O município de Maragogi localiza-se na porção Nordeste do Estado de Alagoas. Apresenta uma área de 333,57 Km², e está inserido na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião do Litoral Norte do Estado. O município limita-se ao Norte com o município São José da Coroa Grande, no Estado de Pernambuco; ao Sul com o município alagoano de Japaratinga e o Oceano Atlântico; a Oeste com os municípios de Porto Calvo e Jacuípe; e a Leste com o Oceano Atlântico (Figura 4).

Segundo o último Censo, a população de Maragogi encontra-se com 28.749 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 18.625 (64,78%) são residentes da zona urbana e 10.124 (35,22 %) da zona rural. O município apresenta uma densidade demográfica de 86,06 habitantes/km² (Quadro 6). Apesar de ser um território de origem agrária, atualmente o setor de serviços é o maior responsável pela composição do Produto Interno Bruto (PIB), do município.

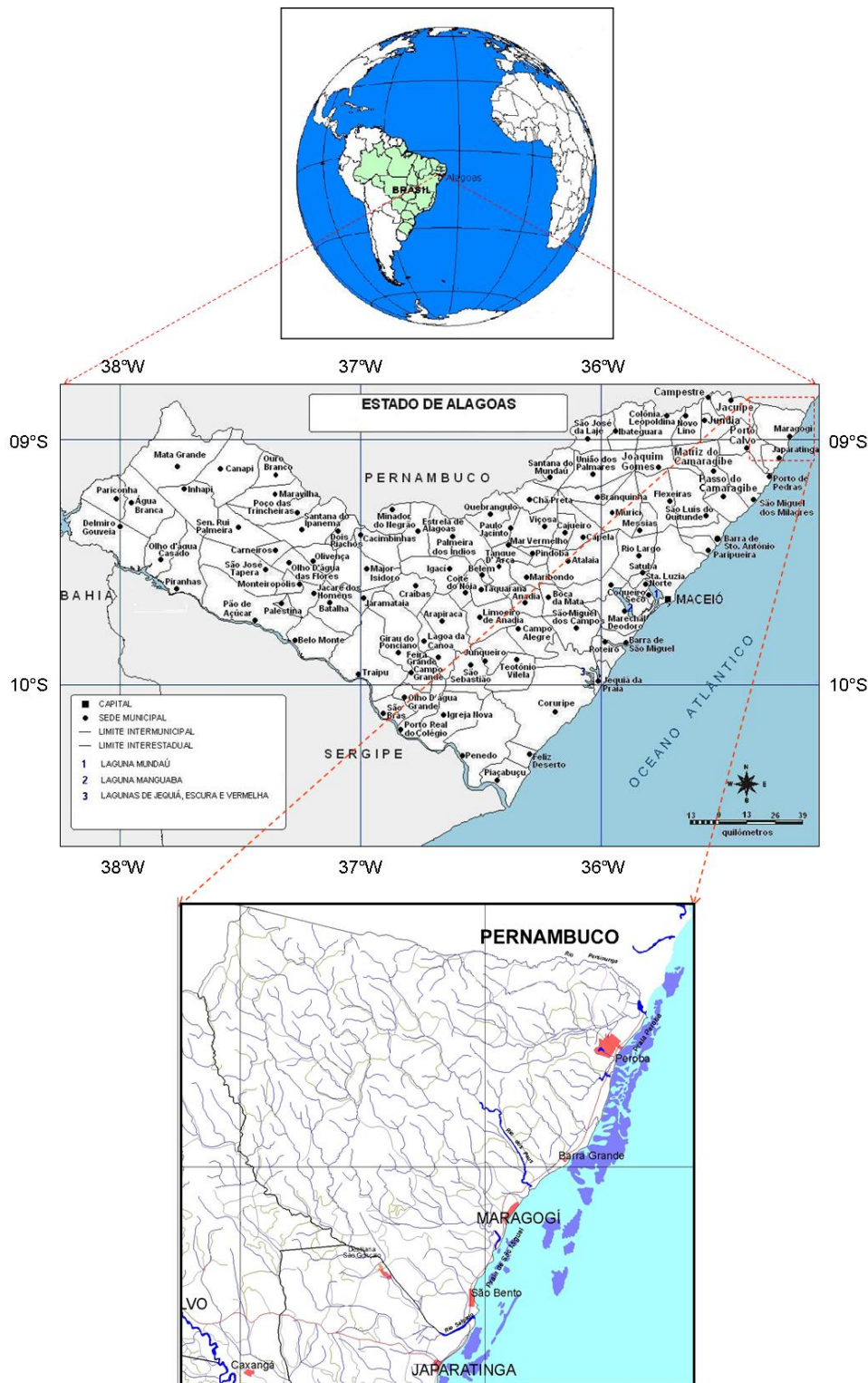
Quadro 6: Dados Gerais de Maragogi, Alagoas

Dados de Maragogi (IBGE, 2010)		
População total	28.749	Atividades Econômicas
População urbana	18.625	Turismo
População rural	10.124	Cana de açúcar
Domicílios		Pesca artesanal
Total	7.356	Coco
Urbano	4.877	Milho
Rural	2.679	Feijão
		Mandioca
		Maracujá
		Laranja

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

A área escolhida para este estudo centra-se na faixa territorial litorânea, onde atualmente ocorre um intenso processo de transformação socioespacial gerado pelo turismo. Esta faixa margeia o oceano Atlântico e compreende desde a zona urbana de Peroba (divisa com São José da Coroa Grande, no estado de Pernambuco) ao Distrito de São Bento (divisa com o município de Japaratinga, em Alagoas), ao longo de aproximadamente 20 Km lineares.

Figura 4. Mapa da localização do município de Maragogi



Fonte: Sinval Autran Mendes Guimarães Júnior.

3.2 Breve histórico de Maragogi

Maragogi procede da denominação original de Gamela, povoado anteriormente pertencente ao município de Porto Calvo. Em 1875, foi elevado a vila, denominada Isabel. Em 1892, emancipou-se politicamente e tornou-se o atual município de Maragogi. Foi território de significativos acontecimentos históricos, como a Guerra dos Cabanos¹⁰, a Revolução Praieira¹¹ e o Movimento dos Lisos e Cabeludos¹² (LINDOSO, 2000).

A origem da colonização das terras que hoje fazem parte do município de Maragogi coincide com o início do período de introdução da *plantation*¹³ da cana-de-açúcar na costa nordestina brasileira, quando o terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, concedeu uma sesmaria, que compreendia desde a foz do rio Manguaba até o cabo de Santo Agostinho, ao alemão Christopher Linz, entre os anos de 1575 e 1585 (DIEGUES JR, 2006). Christopher Linz recebeu essa sesmaria como reconhecimento pelos serviços prestados à coroa portuguesa: a habilidade de caçar e degolar índios, e destruir tribos potiguares. E foi através da violência que todo o processo de colonização do litoral norte alagoano se iniciou.

O plantio da cana de açúcar foi à alternativa encontrada pela coroa portuguesa de obter a dupla vantagem: recursos econômicos e soberania territorial, diante da anulada expectativa inicial de encontrar ouro e prata. O açúcar foi o mais

¹⁰ Guerra dos Cabanos iniciou em maio/junho de 1832 com os levantes em Panelas de Miranda, no agreste pernambucano, e na praia de Barra Grande, hoje povoado do município de Maragogi / AL. Surgiu como um movimento restaurador armado, que simbolizava a luta dos revoltados na Cabanada ao direito às terras e às melhores condições de vida e tinha por objetivo trazer de volta ao trono do Brasil, o Imperador D. Pedro I, que renunciara e voltara a Portugal. Ela foi sustentada inicialmente por pequenos proprietários de engenhos e chefiada pelas forças populares, sendo o comandante geral Vicente de Paula líder supremo da Insurreição Cabana. Buscou apoio dos negros Papa-Méis, que viviam fugidos da escravidão nas matas. Iniciou os ataques aos engenhos-de-açúcar para libertar os negros escravos. Por um curto período teve o apoio dos índios kariri, das aldeias de Jacuípe, dos índios fulniô de Águas Belas, dos índios Xucuru de Palmeiras dos Índios, dos índios Garanhuns e dos índios de Escalas. Os cabanos, numa manobra guerrilheira tentam tomar o povoado da Barra Grande, sofrem represálias e recuam até o povoado de Gamela (hoje cidade de Maragogi), e de lá chegam à praia de São Bento, onde cabanos feridos se curavam dos ferimentos à bala. Ocorre então a matança de São Bento, onde são mortos todos cabanos encontrados. A guerra termina em Janeiro de 1850 após o intensa diligência do exercito e com a com a prisão Vicente de Paula (LINDOSO, 2000).

¹¹ Revolução Praieira foi um movimento de caráter liberal e separatista influenciado por socialistas utópicos como Pierre-Joseph Proudhon, Robert Owen e Charles Fourier. Ocorreu durante o Segundo reinado, na província de Pernambuco entre 1848 e 1850. eclodiu em Olinda e teve apoio de latifundiários da cultura da cana de açúcar, profissionais liberais e populares. Apesar de ocorrer predominantemente em Pernambuco, obteve apoio de engenhos localizados no atuais municípios de Maragogi, Jacuípe e Porto Calvo.

¹² Movimento Lisos e cabeludos, iniciado em 1834 pela disputa da hegemonia política da Província entre conservadores (lisos) liderada por José Tavares bastos, e os liberais (cabeludos) liderada por João Lins Vieira Cansação de Sinumbu. Este movimento gerou lutas sangrestas em Maceió e diversas outras vilas e povoados, dentre eles o atual território de Maragogi.

¹³ Plantation é nome adotado para especificar um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura para exportação, e tem como características ser realizado em latifúndios e a utilização de mão de obra escrava. Este modelo foi utilizado no período da colonização das Américas, África e Ásia. Atualmente ainda ocorre em países subdesenvolvidos, porém sem o uso da mão de obra escrava.

importante produto agrícola comercializado na Europa, e até ser plantando nas Américas era um produto valioso e produzido em baixas escalas. O reino português, após ter detectado que o clima e o solo do nordeste brasileiro apresentavam um cenário favorável, estabeleceu para as capitanias, localizadas neste território, a missão do cultivo da cana de açúcar. Famílias europeias vieram então para esta parte do novo mundo com a missão de plantar, colher e exportar o açúcar mascavo. Como este sistema demandava grande quantidade de mão de obra, a primeira tentativa foi utilizar a mão de obra índia deste território, mas como estes não atenderam a exigência estabelecida, então, a solução foi dizimá-los e trazer a mão de obra negra escrava (GALEANO, 1982).

A formação societal era baseada em uma sociedade patriarcal-escravocrata que era constituída pelos donos de grandes latifúndios de terras; negros escravos; índios servos; colonos brancos pobres de origem europeia. A inexistência de uma classe média rural era outra característica desta sociedade. O senhor das terras possuía poder de lei dentro desta sociedade, ele decidia, cedia, mandava e desmandava em tudo que estava sobre o domínio do seu território. O uso da violência era uma prática adotada, desde o início da colonização, contra os seus subalternos; e ainda nos séculos mais próximo contra outros senhores para a garantia do controle social e poder político. Mesmo os brancos livres que viviam na condição meeiros ou rendeiros, os quais exerciam a relação de compadrio e de favores recíprocos com o senhor de terra, na eventualidade de qualquer desavença, esse rendeiro, estava sujeito a ser expulso do território latifundiário e sem o direito de retirar nada do que possuía ou que havia cultivado. (LINDOSO, 2000).

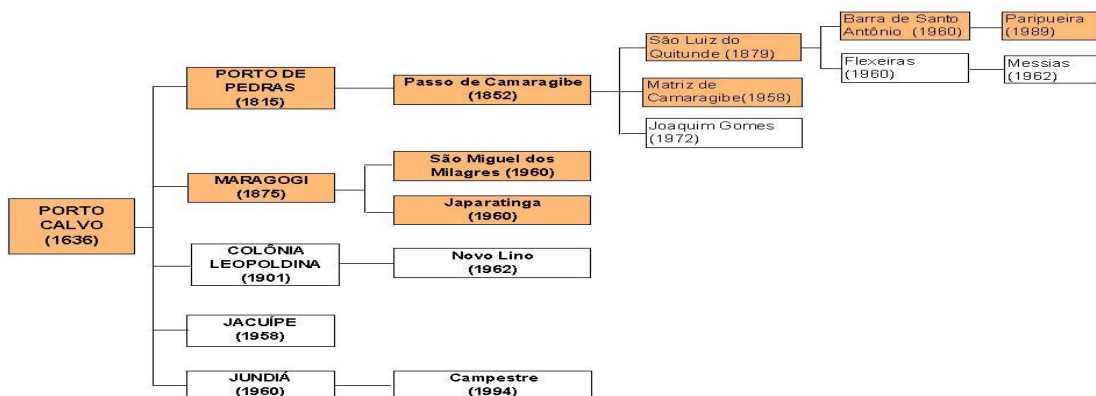
Esta situação favoreceu a criação de mucambos, que ao contrário do que pensa-se não era formado apenas de negros, mas por negros papa-méis, índios aldeados, e brancos pobres ou delinquentes que cometiam certos crimes. Estes personagens fugiam e tentavam conviver fora da sociedade escravocrata e oligárquica. Lindoso (2000) denomina essa sociedade camponesa marginal de brecha camponesa. O início dos mucambos foi marcado pelo mucambeiro nômade que vivia da colheita predatória, posteriormente, à medida que encontravam um território “seguro”, transitavam para a condição de mucambeiro sedentário, os quais buscavam a subsistência na agricultura e na produção de excedentes para o escambo em vilas e povoados (LINDOSO, 2000).

O potencial mercantil do açúcar fez com que a expansão do latifúndio fosse gradativa e impediu a produção de alimentos, praticamente tudo era importado. Para o grande latifundiário uma vantagem visto o seu grande poder econômico. Para os subalternos deste sistema o problema da fome era iminente visto a incapacidade aquisitiva de adquirir o alimento. Para esses “agregados” somente permitia-se plantar alimentos básicos para a sua subsistência como: raízes; pequena quantidade de grãos; e a criação de animais de pequeno porte como galinhas ou uma cabra, para o consumo da carne, dos ovos ou do leite. (ROCHA, 2002).

A enorme riqueza gerada pelos engenhos da região Norte de Alagoas é desproporcional à miséria de um contingente populacional que ficou historicamente à margem do sistema produtivo. A crise do açúcar, juntamente com a transição dos engenhos para usinas, provocou a expulsão de muitas famílias do meio rural e agravou a ainda mais a realidade miserável da população herdeira do ciclo do açúcar. Por séculos, paulatinamente a população rural se amontoou em cidades na busca de oportunidades de vida (GALEANO, 1982).

Todo o território de Maragogi possui reminiscências da antiga Sesmaria de Santo Antônio dos Quatro Rios, cujo centro político-administrativo ficava em Porto Calvo. O núcleo de povoamento de Porto Calvo se dilatou em pequenos povoados, que deram origem às cidades que são conhecidas atualmente, a maioria transformada em municípios a partir do século XIX (LINDOSO, 2000) (Figura 5).

Figura 5 - Cronologia da criação dos municípios do litoral norte de Alagoas



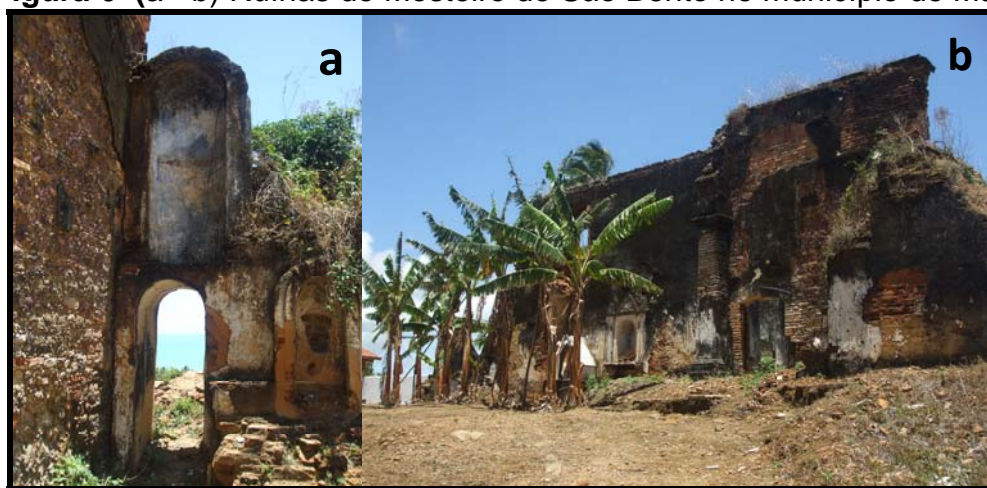
Fonte: www.frigoletto.com.br

A delimitação do território de Maragogi iniciou-se em 1608, quando Christopher Linz cedeu parte da sua sesmaria ao seu sobrinho Rodrigo de Barros Pimentel, uma área que compreendia da foz do Manguaba ao rio Santo Antônio

Grande; e posteriormente, ainda no século XVII, à Antônio Vieira Rodrigues. Um braço da família de Vieira recebeu sítios de coqueirais localizados na praia de São Bento, atualmente território de Maragogi.

Da costa litorânea de Maragogi, São Bento é o povoado mais antigo deste município. A origem do seu nome deve-se à construção de um mosteiro homônimo no lugar. Este mosteiro foi construído no século XVII e por muito tempo foi símbolo da devoção religiosa praticada naquele período. Porém o abandono e a ação do tempo fizeram daquele prédio ruínas (Figura 6).

Figura 6 (a - b) Ruínas do Mosteiro de São Bento no município de Maragogi.



Fonte: Manuela Kaspar, agosto/2011.

Atualmente, ações estão sendo empreendidas para que haja a sua reconstrução do Mosteiro de São Bento e como consequência o retorno do uso religioso e simbólico. Desde há pouco mais de um ano, todo dia 11 de cada mês, o clero de todo o estado alagoano juntamente com a sociedade civil sobe ao alto onde se localiza o mosteiro, para a celebração de uma missa e posterior realização de um café da manhã com a comunidade. A realização deste evento conta com o apoio da iniciativa privada do turismo, a qual projeta a possibilidade deste evento tornar-se parte da oferta turística de Maragogi.

3.2.1 Formação socioespacial da costa litorânea de Maragogi

A origem da sociedade de Maragogi é, de alguma forma, produto do contexto histórico da *plantation* da cana de açúcar e do latifúndio, sistemas produtivos excludentes, gerando, por um lado, grande volume de riquezas e, por outro, amplas massas de excluídos sociais. Onde o açúcar foi produzido houve a materialização da pobreza e da devastação. Toda a sociedade do lugar foi moldada sob a aristocracia do açúcar que gerou a herança de uma sociedade miserável, analfabeta e dependente da prática de favores. Segundo Lindoso (2000), o patrimônio cultural mantido se deve aos *mucambeiros* fugidos que conseguiram como ato de resistência manter sua identidade.

O processo de ocupação dos povoados que formam atualmente o município de Maragogi esteve fortemente ligado à abolição da escravatura e à decadência dos engenhos banguês, o que provocou êxodo e o movimento de negros e agregados das áreas dos antigos engenhos, na busca por lugares possíveis para a sua sobrevivência. Isto em um contexto no qual se sabe que praticamente todas as extensões de terra tinham donos. O plantio de cana concentrava-se no interior, em terras afastadas das praias. A área litorânea era a borda do sistema produtivo açucareiro e foi nesta margem que os povos pobres foram viver, com os povoados praieiros nascendo com base na busca pelo sustento no mar ou no plantio de pequenos roçados para subsistência familiar. A formação dessa massa popular e socioeconomicamente excluída nas terras litorâneas, ou seja, margem do sistema produtivo da cana de açúcar, foi uma alternativa interessante para os latifundiários que dispunham de uma massa de trabalhadores de reserva, para a colheita da cana-de-açúcar, ou então os mantinham ainda a condição rendeiros quando esta massa ocupava áreas litorâneas localizadas dentro do limite das suas propriedades (ROCHA, 2000).

A área litorânea de Maragogi foi ocupada por negros alforriados. Estes eram conhecidos como exímios nadadores e foi no mar que tiravam o seu sustento e a construção de uma vida livre do sistema de escravidão. Os negros, que não eram exclusivos no lugar, juntamente com brancos e mestiços foram buscar a sobrevivência no mar, nos mangues ou em sítios de coqueiros. A economia de subsistência, baseada na pesca, no coco e na pequena lavoura, era o que fundamentava a economia daquela população.

Em São Bento, os primeiros pescadores originaram dos herdeiros do sesmeiro Joaquim Rodrigues Vieiras (LINDOSO, 2000). Assim, os seus

subordinados podiam ter o direito de ter um roçado nos coqueirais que, ao contrário da cana, permitia outras culturas. O coco e o peixe passaram a criar signos na vida da população tradicional. As palhas do coqueiro serviam de cobertura das casas de taipas. O coco ingressou na culinária e na economia, o peixe servia de alimento, o excedente de ambos era usado no escambo, e na atualidade como renda. O isolamento geográfico possibilitou a construção de laços sociais e colaborativos e a reprodução econômica autosuficiente (LINDOSO, 2000; ROCHA, 2002).

Segundo a fala de moradora da sede de Maragogi, de 82 anos, filha de pescador e parteira a mais de 50 anos, na cidade Maragogi

[...] ninguém passava fome, peixe era dado de graça, quem tinha um roçado sempre dava o que sobrava para seu vizinho ou para o seu compadre, meu pai dava peixe para qualquer um que pedisse [...] todo mundo trabalhava, a minha mãe, eu e minhas irmãs no roçado e na lida da casa, fazia renda e costurava rede de pescar. Meu pai e meus irmãos pescava e ajudava na construção das jangadas e nos utensílios necessários para a pesca.

A povoação rarefeita no litoral representava dificuldades de transportes e de acesso aos lugares. O cenário dessa época era composto por casas de taipa¹⁴ nas proximidades do mar. A sede municipal de Maragogi e os povoados de São Bento, Barra Grande e Peroba até a década de 1980 foram ocupados quase que exclusivamente por povos tradicionais, pescadores e uma por pequena comunidade urbana, onde os serviços públicos se localizavam. Estas práticas tradicionais - pesca, colheita do coco e agricultura de subsistência - dominavam a economia do lugar até 1970 (Tabela 3) e, como consequência, estavam na base formadora do modo de vida cotidiano e das relações identitárias entre os seus moradores. Esta é uma situação completamente diferente da atualidade que é dominada pelo setor de serviços, com destaque para o domínio do turismo.

¹⁴ Casas de taipa – são residências típicas e humildes do Nordeste brasileiro. A sua estrutura é feita de madeira disponível na região e preenchida de barro amassado. A cobertura é feita geralmente por palha de coqueiro seca e entrelaçada.

Tabela 3 - Relação das atividades econômicas e população na década de 1970 em Maragogi

1970 - Quantidade de habitantes envolvidos em atividades econômicas						
Atividade Econômica	Economicamente ativos/não				Por sexo	
	Ativos	%	Não ativos	%	Homens	Mulheres
Agricultura, pesca e pecuária	3178	85	6730	84,73	3067	111
Indústria	123	3,3	367	4,62	111	4
Comércio	109	2,9	376	4,73	95	14
Prestação de serviços	177	4,8	165	2,08	65	108
Transporte Comunicação	32	0,86	68	0,85	32	-
Atividades Sociais	58	1,55	62	0,78	24	34
Administração Pública	27	0,72	42	0,53	23	4
Outros	36	0,96	133	1,68	38	-
Total	3740	100	7943	100	4543	4295

Fonte : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970

Atividades como agricultura e pesca eram muito significativas para Maragogi na década de 1970. Cerca de 85% da população dependia destas atividades. Na época, havia uma pequena participação das mulheres na economia. Elas desempenhavam um papel fundamental para a construção das relações existentes entre a família e a sociedade ali existente. O trabalho dos homens desde a infância centrava-se predominantemente no aprendizado das práticas exercidas no mar. Alguns eram pescadores, outros construtores de jangadas. As mulheres concentravam-se nos deveres domésticos, na educação dos filhos e nos cuidados com o roçado. As condições de trabalho nem sempre eram boas, as jangadas eram pequenas, artesanais e não tinham recursos existentes na atualidade.

Segundo o comentário de dois pescadores antigos, a vida naquela época era bastante difícil porque apesar da abundância de peixes, as dificuldades enfrentadas eram inúmeras, como o caso da venda e do transporte da produção pesqueira para os centros de consumo. Havia grande perda do pescado causada pela inexistência de energia elétrica para conservá-lo. Estes pescadores registram também a dificuldade de compra de artigos que gradativamente se tornaram necessários. Esta situação começou a mudar com a construção da rodovia estadual AL-101 Norte, que conecta o município à capital e a outros municípios alagoanos como Japaratinga e Porto Calvo e com o vizinho estado de Pernambuco. Antes da construção dessa rodovia, o acesso ao lugar e o deslocamento em direção a Maceió era feito por balsa, na cidade de Porto de Pedras. A travessia era longa e o restante do trecho para a capital era feito por estradas de terra e esta era a única forma de comunicação do município com o restante do estado. O trajeto para Pernambuco

também ocorria através de estradas de terra e sobre pontes feitas de troncos de coqueiro. Uma antiga moradora afirma que o trajeto entre os povoados era bastante complicado. Pontes e meios de transportes se quebrarem, no momento da travessia, era situação corriqueira.

A construção da rodovia AL-101 Norte facilitou a comunicação terrestre entre os povoados de Maragogi, como também propiciou o aumento dos fluxos populacionais de dois movimentos sociais distintos: um de caráter sazonal e de natureza turística, e o outro de migrantes oriundos de diversas áreas rurais ou de centros urbanos, que buscavam, e ainda buscam, na atividade turística ou no comércio, uma alternativa de sobrevivência. Esses fluxos provocaram, paulatinamente, a reordenação territorial em que antigas casas de taipa foram cedendo espaço para a espacialização de segundas residências, para a construção de meios de hospedagem, bares e restaurantes, e para a fixação de novos moradores. Como consequência, o número de domicílios na zona urbana de Maragogi cresceu ao longo das três últimas décadas, quatrocentos e vinte por cento, passando de 938 moradias na década de 1980 para 4.877 no ano de 2010 (IBGE 1980; 2010) (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução do número de domicílios ocupados do município de Maragogi: 1980 e 2010

Quantidade de domicílios	Total	Urbana	%	Rural	%
1980	2748	938	34,1	1810	65,9
1991	3318	1791	54	1527	46
<i>Taxa de variação entre 1980 e 1991</i>	21%	91%		-16%	
2000	4585	2710	59,1	1875	40,9
<i>Taxa de variação entre 1991 e 2000</i>	38%	51%		23%	
2010	7356	4877	66,3	2479	33,7
<i>Taxa de variação entre 2000 e 2010</i>	60%	80%		32%	
<i>Taxa de variação entre 1980 e 2010</i>	168%	420%		36%	

Fonte: Compilação de dados do IBGE (1980; 1991; 2000; 2010)

Paralelo a esse aumento exponencial no número de moradias, os organismos municipais, no interesse de atrair turistas para a região, passaram a investir em melhorias urbanas (Figura 7), principalmente na sede municipal, com a pavimentação de ruas, urbanização da orla marítima, requalificação e construção de novas praças, e melhorias na oferta de serviços anteriormente escassos, como água e energia.

Figura 7 - Orla Marítima da sede municipal.



a) Palco na orla marítima de Maragogi; b) Calçadão da Orla marítima na sede Municipal
Fonte: Manuela Kaspary, Outubro de 2011.

3.2.2 *Turistificação*: A inserção do turismo no território de Maragogi

A construção da rodovia AL-101Norte, em 1979 (Foto 1), foi responsável pela conexão de Maragogi a dois centros urbanos importantes, Recife e Maceió. O primeiro, forte polo comercial, econômico e industrial de importância regional; o segundo, a capital do estado alagoano. Houve também a ligação de Maragogi com outros municípios, tanto do lado pernambucano como do alagoano. As melhorias no acesso terrestre a partir do início da década de 1980, somadas aos atributos paisagísticos e à grande extensão de terras desocupadas no litoral, favoreceram o desenvolvimento de uma nova atividade em Maragogi - o turismo.

Foto 1: Imagem panorâmica da rodovia estadual AL-101 Norte



Fonte: Arquivo Secretaria Executiva de Turismo, 2009

A atividade turística em Maragogi iniciou-se a partir da década de 1980, primeiramente pela ocupação de veranistas, que buscaram neste município um lugar propício para aquisição de uma segunda residência, para o usufruto durante períodos de férias e em fins de semana. Os primeiros turistas de segunda residência procederam de municípios como Palmares, Caruaru e Recife em Pernambuco, e posteriormente, de Maceió. Residências e condomínios passaram a multiplicar-se para o atendimento de uma nova população, a flutuante, situação que desencadeou as primeiras transformações espaciais de grande escala no território litorâneo do município de Maragogi.

A lógica da ocupação do território desse município pelos veranistas não atinge todos os lugares ao mesmo tempo. As áreas mais privilegiadas e procuradas, tanto pelos veranistas quanto pela especulação imobiliária foram as terras próximas ao mar, mais ventiladas e com vistas mais exuberantes, com a função peculiar de veraneio. Dessa forma a cidade passa a ser ocupada por residências de veranistas, com maior ou menor densidade de ocupação, em praticamente toda a orla marítima do município.

Apesar da prática turística ocorrer em quase toda a extensão litorânea do município de Maragogi, e de as causas e as consequências da *turistificação* serem semelhantes, a espacialização turística apresenta-se com características distintas

em três localidades de Maragogi, a saber: Sede Municipal (ZPU¹⁵2); Povoado de Barra Grande- Peroba (ZPU3 e ZPU4); e Distrito de São Bento (ZPU1) (Figura 8).

Figura 8 - Vista aérea de zona litorânea de Maragogi:



1- Distrito de São Bento; 2 - Sede municipal; 3- Povoado de Barra Grande.
Fonte: SEPLANDE, adaptado por Gisela Conti e Manuela Kaspary

3.2.2.1 Sede Municipal:

¹⁵ ZPU – Zonas de Planejamento Urbano conforme descrição do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi (Lei Municipal nº 365/2004).

A sede municipal de Maragogi apresenta um núcleo urbano localizado na praia homônima. Nesta parte do território concentra-se infraestrutura turística, contém o comércio, uma orla em processo de requalificação, serviços turísticos, como restaurantes e diversos equipamentos de hospedagem (Figura 9). Como efeito, essa área também tem os maiores problemas causados pela atividade, como aumento no tráfego de veículos automotores, excesso de produção de lixo, poluição sonora, esgoto a céu aberto e a multiplicação desorganizada de residências e edificações construídas de forma desconexa e desarmônica com a antiga paisagem.

Figura 9 - Imagens da orla da praia da sede municipal de Maragogi :



a) Estabelecimentos de alimentação; b) Entulhos na rua; c) Vista da rua; d) Estabelecimento de hospedagem.
Fonte: Manuela Kaspary, outubro/novembro de 2011

Antes da inserção da atividade turística em Maragogi, a orla marítima, apresentadas nas imagens acima, era predominantemente ocupada por populações tradicionais da atividade pesqueira. Diante das dificuldades econômicas e sociais, parte desta população cedeu o seu território para a prática turística e para a especulação imobiliária. Porém houve aqueles que não cederam à referida especulação - não venderam seus lotes ou se afastaram dos seus antigos locais de

moradia - e foram justamente estes últimos que se favoreceram dos principais benefícios trazidos pela inserção da atividade turística no lugar, principalmente na área da sede municipal e áreas do entorno imediato. A permanência no lugar se tornou estratégica para explorar o turismo e criou oportunidades para que este grupo lutasse pelos seus interesses e, como consequência, a possibilidade de mudança da realidade social e econômica. Atualmente, muitos ex-pescadores são proprietários de equipamentos turísticos ou prestam serviços para esta atividade. Esta conquista fez com que muitos conseguissem usufruir das vantagens possibilitadas pela atividade turística, portanto se *territorializando* em condições vantajosas no interior da própria atividade turística.

Nos últimos vinte anos, este núcleo urbano vem se instalando diversos equipamentos e serviços turísticos, acompanhados da expansão do comércio e de diversos outros serviços urbanos. Atualmente, o comércio de Maragogi conta com inúmeros estabelecimentos, nos setores alimentícios, vestuário, mobiliário, construção civil, farmácias, supermercados, postos de gasolina, hotéis, pousadas, agências de turismo, bares, restaurantes, assim como também o aparecimento do comércio informal. Essa cidade também é servida por outras facilidades: agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica), casa lotérica, Empresa de Correios e Telégrafos, Estação de Rádio, jornais de distribuição estadual (Figura 10).

Figura 10 : Sede Municipal



a) Agência lotérica localizada na sede municipal; b) Comércio de Maragogi com equipamentos e serviços urbanos
Fonte: Manuela Kaspary, setembro /2011.

A expansão urbana favoreceu o crescimento demográfico de Maragogi. A visão espacial (Foto 2) denuncia a intensa ocupação principalmente da sede urbana, mas também em diversos povoados. A transformação espacial é evidente nas áreas litorâneas do município, que em um lapso de trinta anos apresentava-se

rarefeitamente ocupado, e que hoje se depara com uma escassa quantidade de lotes não construídos, na sua sede municipal.

Foto 2: Vista aérea de Maragogi, porção Sudoeste.



Fonte: Manuela Kaspar, novembro/2011.

Nos logradouros, em frente e paralelamente à praia do núcleo urbano, verifica-se com uma grande quantidade de residências fechadas fora de períodos de veraneio (Figura 11). Esta realidade é explicada pelos 4.442 domicílios não ocupados e identificados no último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), o que indica o uso sazonal destas residências.

Figura 11 - Segundas residências fechadas localizadas na orla marítima da sede municipal.



Fonte: Manuela Kasparly, outubro/2011.

As residências vazias assim como as praias, fora de períodos de temporada, atestam o silencioso cotidiano da cidade. Moradores relatam que enquanto fechadas tudo flui tranquilamente. Os problemas se iniciam quando os proprietários as ocupam ou, pior, alugam, locam ou cedem para outros veranistas. Nas entrevistas, identificaram-se queixas de moradores sobre as consequências negativas geradas pelas práticas excessivas dos veranistas, tais como: poluição sonora, promiscuidade, aumento do lixo, consumo excessivo de água e energia, falta de produtos perecíveis como pão e hortifrutigranjeiros, o aumento do tráfego, e desrespeitos à conduta cotidiana das pessoas no município. Estes moradores denunciaram que, além disso, os veranistas não contribuem para a economia do lugar visto que não serem consumidores do comércio local, como enfatizado por uma entrevistada: “Eles trazem toda a *feira* de casa. Trazem bebidas, colchão, ventilador e tudo mais que precisam e nos deixam somente o lixo.” Assim, se infere que a atividade de veraneio traz inúmeros problemas para a destinação Maragogi, o que concorre negativamente para a qualidade de vida das pessoas que moram no município.

3.2.2.2 Barra Grande e Peroba

O Povoado de Barra Grande, localizado a três quilômetros da cidade de Maragogi, e a praia de Peroba, nas proximidades do rio Persinunga, na divisa de Alagoas e Pernambuco, apresentam a predominância de condomínios horizontais de

alto padrão, autodenominados “Privê”, e casas de veraneio (Figura 12). A presença destes empreendimentos com seus muros denotam a segregação espacial sendo sofrida pelos povos preexistentes à atividade turística nesses lugares.

Diferentemente da sede municipal, onde houve certo tipo de resistência à especulação imobiliária por parte de pescadores, o mesmo não ocorreu em Barra Grande-Peroba. Essa diferença na forma pela qual a especulação imobiliária ocorreu se deve às dificuldades socioeconômicas vividas pelas pessoas localizadas nestes povoados. As circunstâncias relacionadas à qualidade de vida existentes no passado em Barra Grande e Peroba se apresentavam piores que a dos residentes da sede municipal. Por exemplo, na sede municipal em nenhum comentário dos entrevistados verificaram-se indícios da existência de fome endêmica, como ocorrera nas falas dos entrevistados de Barra Grande. Apesar de em ambos os lugares as pessoas viverem basicamente da pesca artesanal, a distância espacial em relação às facilidades de serviços e comércio piorava o contexto social dos últimos. Além disso, a grande quantidade de terras ocupadas pela população de Barra Grande, mas sem *intitamentos* necessários para a sobrevivência, favoreceu a espacialização de condomínios fechados horizontais e segundas residências.

Figura 12 - Condomínios de veraneio



a) e c) localizados em Peroba; b) e d) Condomínios de veraneio localizados em Barra Grande
Fonte: Manuela Kaspary, outubro/novembro de 2011.

A intensificação desse tipo de ocupação provocou o remanejamento de antigos moradores que foram morar em aglomerados periféricos, próximos a margens de rios e áreas de mangues. Esse tipo de transferência foi mencionada por uma esposa de pescador e moradora do povoado de Barra Grande. Segundo esta entrevistada, antes da chegada dos veranistas todos os pescadores residiam à beira-mar, em casas de taipa de precárias condições.

Os veranistas pioneiros, interessados nas localizações privilegiadas junto à praia, primeiramente construía casas de alvenaria em áreas afastadas da praia, para, logo após o término da construção, oferecer em troca das casas dos pescadores. Inúmeros residentes aceitaram esta troca pela possibilidade imediata de uma moradia melhor. A perda locacional foi ignorada, diante das condições precárias em que viviam, e essa perda se refletiu negativamente nas condições de vida das pessoas desse lugar. Se antes as casas eram precárias, pelo menos eles estavam localizados em amplos terrenos e localizados próximos ao mar, ambiente no qual exerciam a pesca. Os novos locais de moradia além de distantes do mar as condições locais são insalubres, consequência da alta densidade de ocupação e por se localizarem, frequentemente, em áreas úmidas. Essa situação é muito diferente da situação da população que anteriormente vivia na atual sede municipal, na qual as relações de trabalho e de renda trouxeram vários benefícios. No caso de Barra Grande-Peroba as conquistas obtidas pela população local resumiram-se a trabalhos serviçais em segundas residências e em algumas poucas pousadas.

A atual escassez do pescado é outro fator que tem contribuído para o redirecionamento para atividades distintas da pesca. Para os que permanecem exercendo a atividade pesqueira em Barra Grande, gradativamente está sendo necessário ir à procura de áreas piscosas em outras partes da costa alagoana, como Barra de Santo Antônio e Paripueira. A deterioração ambiental é identificada pelos entrevistados como responsável por esta realidade. Relata-se que nos rios e riachos que fazem parte do município de Maragogi existia farta quantidade de camarão. Atualmente, eles estão extintos pela poluição causada pela acelerada ocupação sem o devido cuidado sanitário, despejo de lixo e aterramentos de manguezais para ocupação urbana, um fenômeno influenciado pelo turismo. A própria Associação de Pescadores de Barra Grande, bem como a residência da família do Presidente desta associação, está localizada nas proximidades do mangue juntamente com um aglomerado de outras famílias, que vivem em situações semelhantes.

O aterramento e ocupação de áreas de manguezal são as causas principais para o afastamento e redução dos estoques de espécies que compõem a cadeia alimentar costeira, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de pescadores artesanais (ADRIÃO, 2003, p.94-95). Os fatores acima citados são limitantes para a prática da pesca e influenciam na busca por atividades econômicas alternativas, como aquelas voltadas para o trabalho em atividades de veraneio, meios de hospedagem e demais atividades turísticas o município.

A troca e/ou associação do trabalho de pescador com o de caseiro¹⁶, e a inserção da mão de obra feminina em atividades domésticas nestas residências e/ou em pousadas, transformou as características culturais e naturais daquele território, além de criar certo grau de dependência econômica em relação à atividade. Esta situação não tem se mostrado como real fator de mudança social e econômica significativa para as comunidades de Barra Grande e Peroba, a ponto de possibilitar o seu desenvolvimento.

Outra característica marcante em Barra Grande e Peroba é a influência pernambucana no turismo de segunda residência. São inúmeros os condomínios com anúncios de aluguel com prefixo telefônico do estado vizinho. Os comentários de moradores entrevistados também denunciam a procedência pernambucana da maioria dos veranistas frequentadores daquela localidade. A Secretaria de Turismo de Maragogi apresentou uma relação de 11 destes condomínios sendo que 80% deles são de administração ou propriedade de pessoas de Pernambuco (Figura13). O número apresentado pela secretaria encontra-se desatualizado e segundo a Secretária municipal de turismo, há a possibilidade desse número ser superior ao apresentado.

Figura 13 - (a – c) Placas de condomínios sazonalmente fechados localizados em Barra Grande e Peroba



Fonte: Manuela Kaspary, novembro/2011.

¹⁶ Caseiros são pessoas que guardam, cuidam e fazem a manutenção da segunda residência, na praia ou campo, nos períodos em que elas não estão em uso pelo moradores temporários. São os responsáveis por aquele imóvel na ausência dos proprietários.

Os condomínios fechados se configuram como enclaves no território litorâneo urbano, que se localizam em áreas anteriormente esparsamente ocupadas, mas sem conexões culturais ou funcionais com a sociedade local. Estes enclaves são reflexos de uma autosegregação por classes sociais dominantes que em parte ignoram os problemas da cidade e voltam-se para o atendimento de seus interesses e necessidades imediatos. Segundo Luchiari (1999), a segregação residencial relacionada a condomínios fechados faz parte das práticas sociais contemporâneas, que ocupam áreas seletas do tecido urbano e possuem características comuns: concebe um conjunto de habitações, isoladas por muros, cercas, cancelas e guaritas, que apresentam um sistema de segurança diverso e infraestrutura de lazer. Este tipo de autosegregação exercida por classes dominantes é antagônica a segregação espacial ocorrida por populações marginalizadas que são levadas pela pobreza e pela escassa opção de moradia a se alojarem em localidades periféricas.

A multiplicação destes condomínios de forma desordenada é reflexo da ausência de mecanismos para impedir a dominação do território pelos especuladores imobiliários e para a proteção dos direitos e interesses da população local antecedente ao turismo. Essa situação trouxe mais vantagens econômicas para os veranistas e, conforme mencionado anteriormente, diversos problemas para a comunidade local. A população, atualmente em desvantagem diante das perdas sofridas, não consegue visualizar elementos que favoreçam o seu real desenvolvimento e a consequente melhoria da sua qualidade de vida. O fato de a vida econômica estar melhor e de não haver mais risco de fome, como outrora, tornou a atual realidade apenas um pouco mais cômoda, porém não plenamente satisfatória.

3.2.2.3 São Bento

Apesar de São Bento ser o povoado mais antigo de Maragogi espacialmente se apresenta menos transformado, se comparado com a sede de Maragogi e Barra Grande-Peroba. Ao se andar pelo povoado, depara-se com inúmeras casas rústicas e de arquitetura de década anteriores. Inúmeros terrenos à beira-mar apresentam uma paisagem ainda bucólica nesse lugar (Figura 14). A permanência de áreas com

essas características nesse povoado, segundo moradores antigos, ocorre porque antes da chegada do turismo São Bento dividia-se em grandes sítios de coqueirais, de propriedade de pessoas com relativa condições socioeconômica e poder político, que podiam não ter necessidade de vender suas terras para a implantação de atividades turísticas. Assim, esse contexto histórico do lugar leva a crer que a pratica turística encontrou dificuldades em se especializar neste povoado. Como se pode ver na Figura 14, diferentemente da sede municipal de Maragogi e de Barra Grande-Peroba, o povoado de São Bento ainda exhibe áreas com paisagens sem marca aparente do turismo.

Figura 14 - Povoado de São Bento



a) Rua frente a orla marítima do Povoado de São Bento; b) Casas em frente a orla marítima com características arquitetônicas pretéritas do povoado; c) Mulheres conversando em frente a porta de suas casas em frente à orla marítima.
Fonte: Manuela Kaspary, setembro/outubro de 2011.

Assim como as características espaciais, os aspectos sociais e econômicos também modificaram em menor intensidade em São Bento do que em Barra Grande-Peroba ou na sede de Maragogi. São esporádicos os casos de moradores que trabalham em casas de veraneio ou estabelecimentos de hospedagem. A população em sua maioria vive da pesca e da coleta de mariscos, alguns de artesanato ou da fabricação de bolachas e bolos de goma (Figura 15).

Figura 15 – São Bento



a) Venda do bolo de goma na margem da Rodovia AL 101-Norte no povoado; b) Fabricação do bolo de goma.

Fonte: Manuela Kaspariy, Outubro/2011.

A fabricação de bolos de goma tornou São Bento conhecido por esta prática, a qual vem possibilitando que algumas características societárias novas sejam construídas, em torno de atividades comerciais que embutem saberes e fazeres historicamente comuns a esta comunidade. Grande quantidade do universo feminino se mostra envolvido em alguma parte do processo de fabricação e comercialização do bolo de goma, seja individual ou coletivamente. Talvez esta prática, que indiretamente está relacionada á atividade turística, tenha contribuído para a manutenção de um contexto social diverso ao observado nos dois primeiros lugares discutidos acima.

3.2.3 Do veraneio incipiente a segundo maior destino turístico de Alagoas

O processo de ocupação turística de Maragogi acelerou-se quando o primeiro empreendimento de grande porte foi construído, o Hotel Salinas do Maragogi, em 1989. Os entrevistados consideram este empreendimento o marco inicial da era do turismo no município, visto que este empreendimento foi responsável pelas primeiras ações para a divulgação do destino Maragogi, o que conseqüentemente atraiu um grande número de outros empreendimentos (Tabela 5).

Tabela 5 - Cronologia da implantação de estabelecimentos hoteleiros em Maragogi

Período	Quantidade de estabelecimentos
1970 -1989	7
1989 -1996	16
1996 – 2000	15
2000-2004	10
2004 -2008	37
2004 – 2011	14

Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, 2010

A quantidade de estabelecimentos hoteleiros até 1989 demonstra a incipiência da prática do turismo nesse município. Na década seguinte há um crescimento significativo no número desse tipo de estabelecimentos. A partir daquela década Maragogi passa atender a contar de forma significativa com a nova função, a turística.

O governo municipal, influenciado pelos empreendedores desta atividade, favoreceu a materialização de mais empreendimentos: a orla marítima foi construída, serviços de infraestrutura foram requeridos e a cidade iniciou um gradativo processo de ampliação da sua urbanização. Atualmente, apresenta grande número de equipamentos turísticos para o atendimento do turismo de massa, tanto para hospedagem como para apoio (Figura 16). A predominância do turismo de “sol e mar” deve-se, em grande parte, ao principal atrativo do município: a visitação às Galés¹⁷.

Figura 16 – Empreendimentos Hoteleiros de Grande Porte



a) Imagem do Hotel Salinas, localizado próximo a sede municipal; b) Imagem do Hotel Miramar, localizado em Barra Grande.

Fonte: Manuela Kaspary, agosto/outubro de 2011.

Em anos mais recentes, o aumento do número de meios de hospedagem em Maragogi deve-se também a políticas públicas federais de turismo, que através do Programa de Regionalização do Turismo, elegeram Maragogi como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil. Segundo este programa, os destinos indutores devem ser trabalhados para servirem de modelos para o desenvolvimento turístico regional. E, como característica básica para um destino turístico dessa natureza, deve apresentar padrões mínimos de hospitalidade, qualidade de vida da população residente, infraestrutura, facilidade de acessos, comércio e serviços de informação.

Maragogi, desde a década de 1980, vem ocupando posição de destaque na atividade turística, tanto em Alagoas como na região Nordeste. Atualmente, apresenta-se como a segunda destinação turística mais visitada de Alagoas. Isso se

¹⁷ Galés é o nome coloquial dado aos recifes, incluindo de corais, que são ecossistemas costeiros tropicais que possuem uma grande diversidade e quantidade de organismos que se associam em teia alimentar de grande complexidade, sendo uma zona de reprodução, berçário, abrigo e alimentação de diversos animais e vegetais (MACHADO *et al.*, 2009).

deve a uma política de valorização das zonas de praia, exploradas pelo *marketing* turístico para atrair recursos, fluxos e investimentos públicos em infraestrutura urbana e turística. Os interesses políticos de desenvolvimento proporcionaram melhor acesso a serviços e equipamentos. Estas melhorias se apresentam convergentes aos interesses privados dos empreendedores turísticos, de comerciantes locais, e construtores que expandem o mercado local. A ascensão destes pequenos capitais, principalmente os envolvidos com a atividade turística, tem resultado na formação de uma elite local.

Esta realidade vem se propagando em todo o Nordeste brasileiro, pelo processo de *litoralização*¹⁸, desde a década de 1980. A paisagem vinculada à atividade pesqueira se redefine e reúne novas formas, funções e processos. Os estabelecimentos turísticos e segundas residências acompanham toda a faixa costeira, atraem novos atores e provocam a reordenação de antigos moradores no território (DANTAS, 2002).

A urbanização e a especulação imobiliária que acompanham o uso do território litorâneo pela prática turística vêm contribuindo para a desagregação de comunidades tradicionais de pescadores. A mudança de residência, de áreas localizadas próximo às praias, para a periferia acabou, em muitos casos, por ocupar manguezais, que foram aterrados, próximos à margem de rios e morros, na periferia da cidade. Estas famílias sem o título de propriedade, e pelas condições destes terrenos que ocupam, os colocam em condições transitórias e sujeita a transferências, à medida que o território se metamorfoseia.

A ocorrência desta realidade tem como causa a facilitação do acesso, representada pela proximidade equidistante de 125 quilômetros de duas capitais brasileiras, Recife e Maceió. Há também a atuação da iniciativa privada que pressiona o poder público para que desenvolva ações para o desenvolvimento do território voltado para o turismo e possibilite a ampliação da urbanização turística. Toma-se como exemplo o investimento realizado com recursos do PRODETUR, para a realização de obras de esgotamento sanitário e de abastecimento de água na sede municipal de Maragogi.

Outras ações existentes são a criação de escolas formadoras de ofícios direcionados para o turismo (Figura 17) - curso de hotelaria, camareiras, garçons,

¹⁸ A *litoralização* caracteriza um neologismo do movimento de ocupação do litoral, no período contemporâneo. Este termo é consequência da transformação do movimento de valorização e urbanização do litoral, provocados pela lógica de uma sociedade de lazer e turística (DANTAS, 2002).

etc – e a concretização de um acordo com a Universidade de Ferrara, Itália, para a realização de estudo de toda a região da Costa dos Corais com o objetivo de identificar potencialidades e problemas e, com base nos resultados obtidos, formular projetos de desenvolvimento para a região.

Figura 17 - Instituto Federal de Alagoas em Maragogi



a) Imagem do Campus; b) Cartaz para o exame de seleção para os cursos de agroecologia e Hospedagem. Fonte: Manuela Kaspary, Novembro/2011).

A inserção de instituições de ensino em Maraggi teve forte influência da iniciativa privada que pressionou por meio de reuniões e oficinas para a criação de cursos profissionalizantes voltados para atividade turística. A ausência de mão de obra especializada no lugar foi o fator responsável para que estes empreendedores buscassem uma solução para o atendimento dos seus interesses.

Além das transformações espaciais provocadas pela inserção da atividade turística, também ocorreu um processo de modificação das características populacionais deste território (Tabela 6). Além da população residente pretérita e a flutuante, ocorre um movimento migratório de novos moradores, atraídos pelas oportunidades esperadas da atividade turística. O espaço de Maragogi deixou de ser espaço de apenas uma pequena parcela de população tradicional e passou a ser território de coexistência de antigos moradores, turistas e novos residentes, procedentes de centros urbanos e das cercanias rurais.

Tabela 6 - Demonstrativo demográfico por zona e faixa etária da década de 1970 à 2010

ANO	População por zona						Quantidade por Faixa Etária						
	TOTAL	URBANA		RURAL		0-19		20-49		50 >		Outros	
		QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	Q	%
1970	12764	2719	21,3	10 045	78,7	7043	55,2	4349	34,1	1347	10,5	25	0,2
1980	14960	5719	38,2	9241	61,8	8649	57,8	4353	29,1	1448	9,7	10	0,1
1991	16403	8920	54,4	7483	45,6	9284	56,7	5258	32	1861	11,3		
2000	21832	12902	59,7	8930	41,3	11331	51,9	8089	37,1	2412	11		
2010	28749	18625	64,8	10124	35,2	9838	34,2	12241	42,6	3798	13	-	-

Fonte: compilação de dados do IBGE (1970, 1980, 1990, 2000, 2010)

No período entre 1991 e 2000¹⁹, Maragogi apresentou-se como um dos poucos municípios alagoanos que obtiveram taxa de crescimento populacional acima de 3.0% ao ano, superior a cidades como Arapiraca e a própria capital, Maceió. Em relação à região ao redor de Maragogi, foi o único que apresentou tal taxa de crescimento. Apenas São Miguel dos Milagres – outro lugar turístico - se aproximou deste índice de crescimento, mesmo assim abaixo dos 3.0%. Porto Calvo e Porto de Pedras tiveram crescimento mínimo enquanto os municípios de Japaratinga, Passo de Camaragibe e São Luis do Quitunde obtiveram decréscimo populacional no período.

Apesar de Maragogi atualmente ser território de 22 assentamentos rurais, o aumento de fluxo migratório se expande acentuadamente para a área urbana, que se estende às margens da rodovia que lhe dá acesso (AL-101Norte) e em direção à periferia na sede urbana. Novos bairros surgiram e a população urbana mais que triplicou no período em análise (1970-2010). A cidade continua em processo de crescimento, que vem ocorrendo de forma desordenada e desarmônica esteticamente, causadas, em parte, pela prática da autoconstrução e criando impactos na paisagem. Observa-se também o aumento significativo na faixa etária entre 20 e 49 anos. O crescimento nesta faixa etária sugere a busca por oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida, provavelmente atraídos pelo turismo.

Estas transformações socioespaciais ocorridas nestas três últimas décadas em Maragogi – populacional, territorial, multiplicação de equipamentos turísticos e evolução da infraestrutura básica – tem acarretado novas práticas socioeconômicas e o uso seletivo no território, contexto que coloca em questão o descompasso entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento social. Este contexto não se

¹⁹ IBGE- Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais : Tendências demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão: Rio de Janeiro,2004.

resume especificamente à atividade turística, mas é acentuado pela prática desta atividade.

Estas transformações, muitas vezes, não são percebidas negativamente pela população preexistente. Tal população enxerga a inserção da atividade turística como responsável pela mudança positiva da realidade social, econômica e política. Este ponto de vista pode ser entendido quando comparado à realidade socioeconômica pretérita do município com a realidade atual. Na década de 1970, não havia muita expectativa de crescimento econômico no município. Porém o turismo não foi o único responsável pelo aumento de intitamentos da população local. Deve-se levar em consideração também a inserção de vários programas sociais que têm favorecido grande parte da população, principalmente a pesca durante o defeso. O turismo passou a ter uma forte significância em períodos sazonais, na alta temporada, e é neste período que a população consegue ocupação com acréscimos significativos na renda. Talvez este tipo de impacto explique o porquê de os entrevistados associarem o turismo como responsável pelo desenvolvimento que o município vem experimentando.

3.3 Caracterização socioeconômica de Maragogi

Maragogi pertence a um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas, e, como tal, apresenta sérios problemas sociais. Segundo o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal²⁰ de 2007 (IFDM, 2007), Maragogi apresenta um IFDM de 0,5079, índice abaixo da média do estado de Alagoas, que é de 0,5529, e ocupa o 42º no ranking estadual e 4610º no nacional (IFDM, 2007). Entretanto, Maragogi experimentou um avanço em 2007 de 31,9% com relação a 2000 (0,3851). Esse avanço foi resultado da melhoria na educação e saúde, porém o mesmo não ocorreu com a renda, que obteve uma queda em relação ao ano base de 2000, o que é uma contradição frente ao crescimento do turismo no município.

A posição do município está melhor no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Maragogi apresentou um índice de 0,619 em 2000, e apesar de

²⁰ O IFDM foi elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Ele considera dados oficiais estatísticos de três áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda; educação; e saúde, em que apresentam mesmo peso. O IFDM varia de 0 (zero) à 1 (um) e quanto mais próximo do zero menor índice de desenvolvimento do município.

ainda estar abaixo da média nacional, evoluiu significativamente em relação ao ano de 1991, o qual apresentou melhorias na expectativa de vida, na educação e na renda, sendo que os dois primeiros foram os que contribuíram mais para os resultados positivos. A renda teve apenas um ínfimo aumento de 0,451 para 0,488 (PNUD BRASIL²¹). Esse resultado de alguma forma parece corroborar a proposição de Sen (2000), segundo o qual pode haver melhorias na qualidade de vida, mesmo sem crescimento econômico.

Vale salientar que apesar destes dois índices, FIRJAM e IDH Municipal, servirem como balizadores para diagnosticar o grau de desenvolvimento econômico, social, cultural e político através do cálculo de três fatores - longevidade, educação e renda - de uma determinada população, eles não revelam as mesmas coisas. O Índice FIRJAM leva em conta o PIB per capita do município, enquanto o IDH-M leva em consideração a renda per capita da família. Então este último apresenta-se como um dado mais consistente. Por exemplo, se uma cidade é altamente industrializada e paralela a isso apresenta bolsões de pobreza, o PIB per capita não revelará o grau de pobreza existente neste município. Contexto tal que o IDH-M identifica e mensura com maior proximidade a realidade empírica.

A economia de Maragogi, segundo o censo de 2008, tinha um PIB de 101.126 mil reais, e PIB per capita de 3.813,21 reais. Deste montante, 17,06% referem-se ao setor agropecuário, 9,59% à indústria e 67,67% do setor de serviços (IBGE, 2008). Entretanto, a renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como a Bolsa Família (CARVALHO, 2010). Segundo o último Censo (IBGE, 2010), mais de 90% das famílias de Maragogi vive com menos de um salário mínimo (Tabela 7):

²¹ PNUD BRASIL - [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

Tabela 7 - Distribuição da renda do município de Maragogi pela quantidade de domicílios

Renda domiciliar mensal per capita	Quantidade de Domicílios	Índice
Sem rendimentos	679	9,23%
Até 1/4 do salário mínimo	2072	28,17%
De 1/4 a 1/2 salário mínimo	2328	31,65%
De 1/2 a 1 salário mínimo	1576	21,42%
De um a dois salários mínimos	455	6,19%
De dois a três salários mínimos	119	1,62%
De três a cinco salários mínimos	82	1,11%
Mais de cinco salários mínimos	45	0,61%
TOTAL de Domicílios	7356	100%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010

Este contexto sobre a renda domiciliar de Maragogi leva ao questionamento da real relevância do turismo sobre a economia deste município, pois percebe-se que não houve aumento significativo nos rendimentos, uma contradição frente ao discurso das classes dirigentes que fazem a apologia do desenvolvimento com base no turismo.

Maragogi, pertencente a uma das mais rentáveis capitanias açucareiras do século XVII, carrega em sua bagagem pretérita o retrato de uma economia baseada na concentração de latifúndios e destruição de patrimônio humano, natural e ambiental. E esta origem reflete na atual realidade, após o declínio da indústria canavieira restou para parte da população à renda através do assistencialismo do Estado, e na ocupação em cargos públicos. Atualmente a maior parte da renda deste município se deve a rendimentos de programas federais e a rendimentos providos de realizações de serviços informais (CARVALHO, 2010).

Diante deste quadro, o turismo tornou-se uma solução desejada pelos atores atuantes no município, sejam eles representados pelo poder público, iniciativa privada pela sociedade civil. O poder público municipal concentra esforços para o desenvolvimento desta atividade. O próprio texto do Plano Diretor Municipal indica ações que privilegiam o turismo e a sua espacialização. O setor de serviços passou a ter uma representação significativa no PIB após a significativa queda do setor agrícola, especialmente do canavieiro, e com o crescimento acelerado do comércio. Apesar de não se ter dados totalmente esclarecedores sobre a representação do turismo para economia do município, sabe-se que somente o ISS arrecadado pelo setor de hospedagem representa 40% do PIB municipal (Secretaria de Finanças de Maragogi, 2011). Além disso, o setor turístico influencia 52 outras atividades da

economia (CRUZ, 1999). Diante dessa contribuição econômica do turismo para o município, entende-se o porquê da tão grande importância dada para o desenvolvimento da atividade turística em Maragogi.

Outro aspecto pelo qual o turismo é desejado pela população residente é a sua influência na oferta de empregos do município. Segundo a Secretaria Municipal do Turismo de Maragogi, toda população direta ou indiretamente, formal ou informalmente se beneficia com a atividade na alta temporada, que varia de meados de dezembro à primeira semana de março.

Neste estudo, diversos órgãos públicos - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional (SINE/AL), Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento (SEPLANDE), Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Estado do Turismo e Esporte (SETUR/AL), Secretaria Municipal de Turismo - foram procurados para a obtenção de dados esclarecedores sobre o número de pessoas empregadas na atividade turística em Maragogi. Mas, nenhum desses órgãos continha esta informação. Somente a Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga (AHMAJA) apresentou estes dados (Tabela 8), porém limitada aos empreendimentos associados à AHMAJA, ou seja, um universo de 17 empreendimentos em Maragogi, diante de uma quantidade pelo menos 81 empreendimentos cadastrados na Secretaria de Turismo desse município.

Tabela 8 - Funcionários empregados nos empreendimentos turísticos associados a AHMAJA de Maragogi:

Estabelecimentos Turísticos	Nº de Unidades Habitacionais	Número de funcionários	
		Baixa Temporada	Alta Temporada
Pousada Praiagogi	05	05	08
Hotel Praia Azul	67	30	50
Hotel Praia Dourada	133	66	120
Hotel Miramar	229	250	350
Hotel Salinas	236	300	489
Pousada Barra Velha	25	25	35
Pousada Encontro das Águas	30	15	25
Pousada Mariluz	23	10	17
Pousada Olho D'Água	27	10	19
Pousada Portal do Maragogi	14	8	8
Pousada Shalon Beach	20	6	9
Pousada Sol e Mar*	23	-	-
Condomínio Praia do Camacho	7	2	6
Estalagem Cauia	6	3	6
Restaurantes Sabor de Maragogi		18	30
Costazul Turismo		22	25
Tropicana Turismo		25	25
TOTAL	845	795	1222

Fonte: Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga (AHMAJA) – Janeiro/2012

Os empregos como cozinheiros e garçons em restaurantes ou como camareiras e recepcionistas, entre outros, nos estabelecimentos hoteleiros garantem o desejado trabalho formal. No entanto, a secretária de Turismo de Maragogi informou que a maior parte dos empreendimentos turísticos funciona irregularmente e usa mão de obra sem os requisitos trabalhistas legais. Esta realidade dificultou na análise quantitativa da influência do emprego no desenvolvimento local. Em virtude disto, a análise do impacto do turismo no mercado de trabalho foi feita baseada no resultado das entrevistas com os habitantes, iniciativa privada e poder público.

Através das entrevistas constatou-se que os empregos informais, em geral, são praticados por aqueles de baixo grau de escolaridade e sem qualificação profissional, e são exercidos de diversas maneiras: vendedores ambulantes nas praias (Figura 18); vendedores semi-fixos de produtos típicos, ao longo da rodovia AL-101 Norte.

Figura 18 (a-b) Vendedores ambulantes na praia de Maragogi, localizada na sede municipal do município.



Fonte: Manuela Kaspary, Outubro/ 2011

Para estes habitantes dependentes do fluxo turístico, a sazonalidade torna-se um grande problema fora do período de veraneio, causada da perda de empregabilidade ou da ocupação informal como consequência da redução drástica de fluxo turístico e, por conseguinte, o econômico. Na baixa temporada, grande parte dessa população torna-se ociosa e os empregos formais tendem a desaparecer. Os empreendimentos turísticos reduzem o quadro de funcionários na baixa temporada e praticam preços elevados na alta temporada como medida compensatória para sustentação do empreendimento durante todo o período anual. O comércio funciona lenta e comedidamente, diante da brusca e profunda retração na sua demanda. Todas essas transformações revelam movimentos cíclicos que

influenciam em toda a realidade do município em dois momentos distintos: de tensão na alta temporada; e o de distensão na baixa temporada.

A sazonalidade turística resulta em um contexto contraditório, ao mesmo tempo em que a baixa temporada é desejada para aqueles que não dependem da empregabilidade do setor, e que se sentem incomodados com os transtornos trazidos pelo intenso fluxo de pessoas, principalmente aqueles demandados pela segunda residência, por outro lado é um fenômeno que impossibilita o pleno desenvolvimento do lugar, visto que não possibilita a continuidade de um processo contínuo de melhorias na vida socioeconômica da sociedade local que é dependente economicamente do turismo. Esse contexto contribui para a existência de taxas de 64,12% de incidência de pobreza e de 47,13% de indigência no município (PNUD, 2000). A carência socioeconômica explica em parte a importância dada ao turismo pela população. O qual, apesar da sazonalidade, é a atividade econômica que possibilita a geração de renda do lugar.

3.3.1 Sistema de Saúde de Maragogi

A rede pública de saúde do município de Maragogi dispõe atualmente, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), de quinze estabelecimentos de saúde, todos vinculados à rede pública. Entre eles uma Unidade Pronto Atendimento tipo I²² (UPA I), com a capacidade de atendimento diário de 50 a 150 pacientes. Apesar do aumento no número de unidades de atendimento de saúde, ainda assim apresenta-se insuficiente diante do crescimento populacional de Maragogi. Segundo o DATASUS, neste município registrou-se oito leitos para cada 1000 habitantes, resultando em um índice de 0,3 %, quantidade aquém da necessidade indicada pelo SUS que deve variar de 2,5 a 3%. Salienta-se que os serviços de saúde existentes são, em sua maioria, concentrados na sede municipal enquanto o restante do território os possui escassamente.

²² As Unidade Pronto Atendimento são unidades de atendimento intercessora entre urgências hospitalares e as unidades básicas de saúde.

3.3.2 Infraestrutura Básica de Maragogi

Os serviços básicos de infraestrutura - água, esgoto, energia elétrica, acesso a localidades e comunicação - são essenciais para as atividades da sociedade, e são requisitos básicos para o atendimento às primeiras necessidades humanas. A ausência ou ineficiência dos serviços e equipamentos da infraestrutura básica se reflete na saúde, na produtividade, na renda e incide na diminuição da qualidade de vida da população dos municípios.

A infraestrutura urbana básica também funciona como um conjunto de elementos estruturais para o desenvolvimento de atividades econômicas, responsáveis pela produção e pelos fluxos de bens e serviços. Ciente desta necessidade a iniciativa privada tende a requerer ao poder público a realização de obras de infraestrutura para que ocorra a materialização de investimentos privados em determinadas localidades. Essa situação tem grande relevância para os núcleos turísticos uma vez que o turismo depende de um amplo leque de infraestrutura e serviços a ele ligados.

Segundo Buttell (2000), a infraestrutura básica é condição necessária para o desenvolvimento, e a ação do governo é fundamental para o início deste processo, através do fornecimento de serviços básicos e adequados, de água pela rede geral, rede de esgoto ou via fossa séptica, iluminação elétrica, coleta de lixo, pavimentação de vias locais e normatização do sistema de transportes. Um estudo do Banco Mundial (1994) mostrou que os investimentos em infraestrutura são tanto rentáveis social como economicamente. A cada aumento em gastos de 1% em infraestrutura básica há um aumento de 1 a 1,5% na renda da população favorecida. Assim, pode-se deduzir que a infraestrutura básica criada para atender o turismo em Maragogi, pode ter melhorado de alguma forma a qualidade de vida da população local próxima ao eixo turístico.

3.3.2.1 Sistema Sanitário de Maragogi

O sistema sanitário é essencial para a manutenção da saúde humana. Ele compõe-se de duas redes simétricas e opostas: a de abastecimento de água potável e a de esgotamento sanitário. O sistema de água é essencial para o atendimento de consumo humano - ingestão diária, asseio humano, lavagem e preparação de alimentos, limpeza doméstica - e o de uso econômico como para a produção de diversos produtos agrícolas e pecuários, o que frequentemente depende da irrigação.

O abastecimento de água e esgoto de Maragogi é operado pela Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL). A água que abastece este município é proveniente de poços profundos do povoado de Barra Grande, localizado a 3 km da sede do município. Porém não atinge o abastecimento do montante da população (Tabela 9).

Tabela 9 - População e índice de abastecimento de água de Maragogi

POPULAÇÃO TOTAL (IBGE 2009)	POPULAÇÃO		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
26.875	18.550	8.325	13.315	7.390	71,78%	88,77%

Fonte: Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), 2010.

Os dados acima apresentados não coincidem com os dados do IBGE de 2010, os quais apontam que apenas 56% das residências de Maragogi (Tabela 10, p.92) apresentam abastecimento de água potável devidamente fornecida pela rede geral de distribuição (IBGE, 2010).

O saneamento básico de Maragogi encontra-se em uma situação ainda mais preocupante do que o abastecimento de águas. Apenas 25% da população residente é atendida pela rede coletora do esgotamento sanitário (IBGE, 2010). Destaca-se que este município foi beneficiado com US\$ 5,4 milhões (recursos PRODETUR/NE I) para a devida implantação da rede de esgotamento sanitário para o atendimento do tecido urbano localizado na costa litorânea do município (CARVALHO, 2010). Contudo, a incidência de “línguas negras” (Figura 19), ao longo da orla do município, inclusive em porções selecionadas para a atividade turística, demonstra que mesmo onde ocorreram as obras de saneamento elas foram realizadas de forma ineficiente ou precárias, uma vez que ainda se registra esgoto a céu aberto na cidade de Maragogi, atingindo inclusive as praias.

Figura 19 - Saneamento Básico



a) Esgoto correndo a céu aberto na sede municipal de Maragogi; b) Lançamento de esgoto por parte de um empreendimento hoteleiro de grande porte na sede municipal de Maragogi.

Fonte: Manuela Kaspariy, Setembro/Novembro de 2011

A figura acima é o retrato de uma rede de saneamento inadequada que, somada à multiplicação de condomínios de segundas residências e loteamentos, vem produzindo um maior consumo de água, com dano à sua qualidade e comprometimento da balneabilidade da água do mar²³. Esgotos são lançados diretamente nos cursos d'água ou através de infiltrações (fossas negras ou sépticas inadequadas), causando mau cheiro, comprometendo a saúde, além de prejudicar a fauna e a flora.

Outro problema é o aumento do lixo. Segundo os entrevistados deste estudo, o problema do lixo em Maragogi piorou com o desenvolvimento do turismo no lugar. Entretanto, o crescimento da população residente também contribui para o problema. O serviço público de coleta não acompanhou este crescimento, e gerou um descompasso entre a produção de lixo e a sua devida coleta e tratamento. Como consequência da ausência dos devidos cuidados com o lixo doméstico, tem havido a propagação de doenças causadas pela proliferação de insetos e de animais transmissores; poluição dos solos e das águas; e a criação de bolsões de pobreza ao redor dos lixões²⁴.

Na praia da cidade de Maragogi, a coleta é feita regularmente duas vezes ao dia e existem lixeiras nas vias públicas (Figura 20). Porém, esta prática limita-se a

²³ Dados apresentados pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA) no site: <http://www.ima.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2011/08/balneabilidade-das-praias-de-alagoas-pode-ser-visualizada-em-mapa>. Acesso em 26 de agosto de 2011.

²⁴ Os bolsões de pobreza são formados por populações carentes e desempregadas que usam os restos do lixo para se alimentar e praticam a cata de materiais para serem vendidos e garantir a sobrevivência.

este núcleo urbano, uma prática provavelmente influenciada pelo turismo. Segundo residentes de localidades fora da sede municipal, o sistema de limpeza urbana apresenta situação deficiente, com os seguintes problemas: irregularidade na coleta, insuficiência no número de lixeiras a eliminação do lixo em valas e lixões²⁵ a céu aberto. Inexiste no município uma política de educação ambiental, programa de reciclagem, uso de soluções adequadas para a disposição do lixo ou usinas de compostagem.

Figura 20: Limpeza Urbana



a) Lixeiras dispostas na frente da Prefeitura de Maragogi; b) Coleta do lixo rua principal da orla da sede municipal de Maragogi. Fonte: Manuela Kaspary, Outubro/2011).

A limpeza urbana, bem como a coleta do lixo, são responsabilidades da esfera municipal. Existem projetos para a realização de um consórcio com os demais municípios pertencentes à região Costa dos Corais para a construção de um aterro sanitário. Porém, mesmo o poder público municipal de Maragogi percebendo esta necessidade, ele se opõe à concretização deste equipamento no seu território (MASTER ECO-PÓLIS, 2011)

3.3.2.2 Sistema Viário e de Transportes de Maragogi

²⁵ Os lixões são depósitos de lixos autorizados pelas prefeituras e sem nenhum tratamento. A poluição causada por um lixão atinge mais de um quilômetro do eixo.

Segundo Mascaró (2005), o sistema viário compõe-se de um conjunto de vias para a circulação de pedestres, veículos automotores ou não. Esta rede de vias deve ser complementada com uma rede de drenagem pluvial para que seja assegurado o uso das vias de circulação em quaisquer situações climáticas. A principal função do sistema viário é garantir a acessibilidade das pessoas e dos usuários - pela vias existentes em um dado território - aos serviços públicos, a práticas sociais, aos interesses individuais, a serviços comerciais e à renda, permitindo, desta forma, uma maior coesão social, e o atendimento de necessidades básicas da comunidade.

Em Maragogi, o sistema viário - local, coletor, arterial, regional, intramunicipal e intermunicipal – apresenta-se em precário estado de pavimentação e sinalização. O PDITS da Costa dos Corais (2010 – em elaboração) reconhece esta deficiência. Segundo esse documento de planejamento, as rodovias AL-101 e AL-465 apresentam péssimo estado de conservação e com rara sinalização horizontal e vertical. No que concerne ao acesso urbano intramunicipal, este se limita ao núcleo urbano, e mesmo assim com necessidade de reparos. Segundo o PDITS (2010), no trecho que compreende os municípios de Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi até divisa de Pernambuco, ao longo de 44 quilômetros, prevê-se investimento de R\$ 32 milhões para obras de recuperação desta via, como parte do orçamento do Departamento de Estradas e de Rodagens de Alagoas(DER/AL).

A mesma preocupação não se observa com as vias intraurbanas e rurais de acesso do município. O acesso adequado para pedestres, como passeios públicos laterais às ruas, se resume ao centro urbano de Maragogi, a despeito de o turismo e da população residente ocorrer praticamente ao longo de todo o litoral do município. Atualmente ocorre obras para a requalificação da orla marítima da sede municipal a exigências determinadas pelo Projeto Orla do Governo Federal²⁶, mas mesmo assim também concentrado no núcleo urbano.

O sistema de transporte coletivo é outro problema existente não somente em Maragogi, como em todos os municípios da Costa dos Corais. Transportes e carros alternativos realizam com maior eficiência este serviço do que os de concessionárias regulamentadas. Em relação à conexão com os outros municípios da região, praticamente inexistente um controle oficial. A mobilidade da população é também

²⁶ O Projeto Orla – consiste em uma ação do Governo Federal voltada para a caracterização e organização do uso e ocupação de toda a orla marítima brasileira.

realizada por transportes particulares que funcionam de forma precária e sem o mínimo controle de segurança.

Porém, reconhece-se por parte da população a disponibilização de transportes escolares, pela prefeitura de Maragogi, para o deslocamento e alunos da zona rural para a urbana, como também o transporte diário de estudantes para frequentarem cursos superiores em Maceió e Barreiros (Pernambuco).

3.3.2.3 Sistema de Energia Elétrica de Maragogi

O sistema elétrico se faz essencial para a realização das atividades humanas individuais e coletivas, seja de cunho particular, público, social ou econômico. O sistema elétrico de fornecimento de energia é composto por um conjunto de elementos conectados que se encarregam de absorver energia primária, transformá-la em elétrica, conduzi-la até os centros consumidores e distribuí-la para o consumo residencial, comercial, industrial e para a realização de serviços públicos (MASCARÓ, 2005)

Em Maragogi, a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública é realizada pela Companhia Energética de Alagoas (CEAL), pertencente ao Sistema Eletrobrás, atual possuidora do controle acionário exercido pelo Estado brasileiro. Segundo o último Censo (IBGE, 2010), 85% dos domicílios do município possuem energia elétrica (Tabela 10), porém de forma subdimensionada. Esta situação faz com que em períodos de alto fluxo turístico ocorram quedas de energia, com prejuízos para a população residente e para a atividade turística.

De forma semelhante aos demais serviços públicos, a iluminação pública de Maragogi concentra-se no núcleo urbano. Nas demais áreas do município, as vias públicas encontram-se mal iluminadas e a fiação elétrica em precário estado de conservação.

Tabela 10 - Índice de domicílios que são atendidos pela infraestrutura básica de Maragogi

DESCRIÇÃO	Nº de domicílios	Índice
Quantidade total de domicílios	7.356	
Lixo Coletado por serviço de limpeza pública	3.529	48%
Energia Elétrica fornecida pela companhia distribuidora	6.269	85%
Abastecimento de água pela Rede geral de distribuição	4.087	56%
Esgotamento sanitário ligado a Rede Geral esgoto ou pluvial	1830	25%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

A predominância de infraestrutura básica - abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta do lixo, sistema viário, transportes e energia elétrica no município de Maragogi concentra-se na sede municipal, principalmente no trecho localizado entre a rodovia AL-101 Norte e a praia, território preponderantemente dominado pela iniciativa privada ligada às atividades turísticas. Além disso, observa-se o avanço de edificações por empreendimentos hoteleiros e condomínios de segunda residência em áreas de domínio público o que gera conflitos entre o público e o privado. As atuais ações para requalificação da orla marítima, melhoria de calçamentos e praças centrais, são esforços que servem mais diretamente ao fluxo turístico, quando deveria ser voltadas primeiramente à população residente. Nestas três últimas décadas ocorreu a expansão da infraestrutura e dos serviços essenciais à vida, porém não atende o aumento mais que triplicado da população urbana no mesmo período (1980 - 2010), contexto que põe em xeque a melhoria da qualidade de vida da população de Maragogi.

3.3.3 Plano diretor de Maragogi

A política de desenvolvimento prevista pela Constituição Federal de 1988 transfere da União para a esfera municipal a responsabilidade pela legislação urbana, através da elaboração e execução de planos diretores. O artigo 182 da Constituição brasileira determina a criação de plano diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes e a garantia da função social da cidade e a regularização urbana (BRASIL, CF. Brasília: Congresso Nacional, 1988). Desde a aprovação do

Estatuto da Cidade²⁷, em 2001, define-se que a os planos diretores devem conter instrumentos para regulação do uso e ocupação do solo, regulamentação das posses e criar estratégias para a gestão participativa.

O Plano Diretor de Maragogi, que se denomina Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi²⁸, em seu texto coloca como primeiro Objetivo Geral:

Melhorar a qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades que atingem aos munícipes das diferentes camadas da comunidade local.

Além disso, o Plano Diretor do município contém objetivos tais como “interesse coletivo”, “justiça social”, “respeito às funções sociais da cidade, fortalecimento do Capital Humano e do Capital social”, “equidade, universalização da mobilidade e acessibilidade” como princípios necessários para que ocorra o desenvolvimento dentro do atual paradigma em Maragogi.

O turismo aparece como principal responsável pelo PIB Municipal e em todo o texto é colocado como atividade principal para o desenvolvimento econômico do município. Para tanto, todos os elementos necessários para a inserção da atividade devem ser estimulados, conforme objetivos da política do turismo no município:

- I - consolidar a posição do município como principal polo turístico da microrregião do Litoral Norte Alagoano;
- II - desenvolver projetos que visem sustentar fluxos turísticos elevados e constantes, estimulando ações que minimizem os efeitos de sazonalidade;
- III – realizar o desenvolvimento sistêmico do turismo em suas diversas modalidades;
- IV – estabelecer política de desenvolvimento integrado do turismo, articulando-se com os municípios da região Norte de Alagoas e Mata Sul do Estado de Pernambuco;
- V – desenvolver políticas de diversificação de atrativos, objetivando aumentar o índice de permanência do turista no Município;
- VI – criar incentivos fiscais, objetivando a captação de novos investimentos.

Embora o Plano Diretor do município identifique o objetivo de desenvolvimento econômico com base no turismo, não se apontam estratégias para a implementação deste desenvolvimento, como também não se identifica um estudo de capacidade para uso e ocupação do solo para o uso desta atividade e a regulação para o acesso a áreas urbanizadas. As diretrizes estratégicas existentes

²⁷ Lei 10.257, de 10 de julho de 2001

²⁸ Criado pela Lei Municipal Nº 365/2004, em 31 de Dezembro de 2004.

para garantia de tal desenvolvimento aparecem apenas no discurso de forma genérica.

Com alicerce do Plano Diretor de Maragogi, a busca pelo desenvolvimento, com base no turismo, elege áreas específicas que coincidem em grande parte com o recorte espacial adotado por este estudo. Estas áreas estão divididas em Zonas, em que o povoado de São Bento pertence à Zona de Planejamento Urbano de São Bento (ZPU1); a sede municipal está delimitada pela Zona de Planejamento Urbano de Maragogi (ZPU2); Barra Grande e Peroba pertencem respectivamente à Zona de Planejamento Urbano de Barra Grande (ZPU3) e Zona de Planejamento Urbano de Ponta do Mangue/Peroba (ZPU4). Nas ações estratégicas de todas estas zonas são colocados elementos que favorecem o desenvolvimento do turismo. Por exemplo: na ZPU1 “conservar a aparência bucólica”, “desenvolver o artesanato, pequenas indústrias alimentícias, gastronomia”, “consolidação do Festival da Mariscada”; na ZPU2 a “revitalização paisagística”, “incentivo a atividades vinculadas ao comércio e à prestação de serviços”, “arborização urbana”; nas ZPU3 e ZPU4 “instituição do calendário permanente de eventos”, “criar espaços destinados ao lazer”, instituir incentivos fiscais a empreendimentos hoteleiros”, “viabilização de infra-estrutura para captação de investimentos”.

Em algumas partes, o texto se apresenta contraditório no que se propõe. Por exemplo, no Art. 4º, X, estabelece como um dos seus objetivos “prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade” ao mesmo tempo que determina que a ZPU4, representada por Peroba, seja explorada como área para o estímulo da expansão imobiliária, através da incentivo a instalação de empreendimentos e desestímulo ao parcelamento do solo em pequenas glebas, provocando o adensamento populacional, ou seja cria mecanismos que favorecem a especulação em uma área que já sofre forte processo de segregação espacial.

As zonas ZPU1, ZPU2 e ZPU3 estão delimitadas como sendo áreas voltadas às Operações Urbanas Consorciadas²⁹ do município para a melhoria do sistema viário, melhoria e ampliação da infraestrutura urbana, dinamização de áreas visando

²⁹ As Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o transporte coletivo, implantando programas habitacionais e de melhorias de infraestrutura e sistema viário, num determinado perímetro.

à geração de empregos e a implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano. O Plano Diretor busca em muitas de suas partes o atendimento às necessidades do turismo. A mesma ênfase não é dada nas ditas Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS)³⁰. Apesar do Estatuto da Cidade definir em suas diretrizes a necessidade de políticas públicas para mobilidade, transportes, saneamento ambiental, observa-se ausência de diretrizes e/ou instrumentos visando a integração ou meta para a implementação, prazos e orçamento para a realização desses tipos de políticas públicas, uma incoerência no que diz respeito à sua denominação: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

3.4 Maragogi e o processo de desenvolvimento

O atual território de Maragogi fazia parte da área escolhida para a introdução do *plantation* da cana de açúcar no Brasil, e este evento e suas consequências foram responsáveis pela povoação daquele território. A importância da economia açucareira fez do território de Maragogi além de áreas circunvizinhas palco de acontecimentos históricos importantes para o Estado e País, assim como dos habitantes testemunhas ou personagens destes acontecimentos.

Até a década de 1980, as pessoas que habitavam Maragogi eram de certa forma herdeiros destes personagens e/ou testemunhas e estavam a sós com a sua história e adaptados a vida cotidiana que lentamente havia mudado desde os séculos que sucederam a colonização.

Após a década de 1980 a velocidade de mudança passa acelerar, os antigos habitantes não mais isolados passam a obter avanços públicos sociais e econômicos atrelados ao crescimento exponencial de fluxos turísticos, migratórios, especulativo, econômico e midiático. Estes fluxos requerem fixos que vêm em formas de estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, agências de turismo, agências bancárias, estabelecimentos comerciais dos mais diversos, escolas profissionalizantes, postos de saúde, ambulatórios, corpo de bombeiro, postos

³⁰ As Zonas especiais de Interesse Social são porções do território destinadas prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitação de Interesse Social (HIS), incluindo recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local (PDDS, 2004)

policiais, infraestrutura básica – ampliação energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana – para dar suporte.

Estes fixos atendem uma ordem externa que ora favorece antigos habitantes, através de benefícios econômicos e sociais, ora os isola e os afasta da sua condição territorial. Estes fixos obedecem à lógica que seleciona territórios e ignora outros, a lógica do capital. Esta seleção espacial também é uma seleção social, ou seja, aqueles que estão inseridos nas áreas seletas beneficiam-se de todos os avanços obtidos nos últimos 30 anos, como educação, saúde, ampliação da infraestrutura. E estes avanços dão suporte para mantê-los em uma classe social privilegiada ou acende-los social, intelectual, cultural e economicamente. No obstante, os que não estão inseridos na realidade acima, a maioria da população, os resta se adaptar a posições marginais espacial e ocupacionalmente, contexto que tende a permanecer ou piorar pela escassez de oportunidades disponíveis no seu território.

E todo este processo que envolve fixos, fluxos e estruturas gera uma realidade muitas vezes contraditória ao discurso de desenvolvimento. Discurso adotado neste município pelas diversas vozes envolvidas na atividade turística, seja ela pública, seja ela privada. A iniciativa privada na busca de atender os seus interesses acabou sendo a mentora das melhorias obtidas nos últimos anos em Maragogi, ou seja, quando as mudanças requeridas são convergentes ao interesse do capital, ele apresenta a sua face benigna. E esta face tem acarretado melhoria da qualidade de vida para os habitantes que ali estão inseridos no processo de *turistificação*, enquanto outros obtêm melhorias marginais.

4 - CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1 TURISMO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA EM MARAGOGI: AS VOZES DOS MORADORRES ANTIGOS

A sociedade preexistente ao turismo em Maragogi tinha muitas pessoas cuja subsistência estava diretamente ligada à pesca. Os pescadores artesanais locais, assim como outros segmentos da população desse município, encontraram no turismo uma possibilidade de aumento da sua renda ligado ao crescimento na demanda por pescados como resultado das atividades turísticas. O turismo gerou outras oportunidades de geração de renda em Maragogi, o que, segundo os entrevistados deste estudo se traduziu em melhorias na qualidade de vida de parte da população local. O maior rendimento possibilitado pela atividade turística influenciou o desejo dos entrevistados em relação ao desenvolvimento e à permanência do turismo em Maragogi. Este desejo é justificado pela lembrança de um passado de privações, situação mencionada repetidas vezes nos relatos nas três áreas estudadas nesse município. Observa-se tal fenômeno, por exemplo, no relato de um pescador aposentado, da sede municipal de Maragogi:

Naquele tempo, vida de pescador era muito difícil, o pescador não tinha recurso, madrugava para pescar, se tinha muito peixe, mas muito se perdia porque não tinha pra quem vender [...] o turismo foi bom, agora a gente tem muita gente pra vender, os restaurante, pousadas e o próprio turista compra, no verão não tem peixe pra quem quer.

Na percepção desse pescador a atividade turística foi a principal causa do crescimento da demanda de pescado, além de trazer outras oportunidades de renda. Esse contexto, de alguma forma, pode ser entendido como a conquista de uma liberdade substantiva (SEN, 2000), situação a qual, antes, era limitada pela ausência de outras possibilidades de renda.

Percepções semelhantes foram mencionadas por entrevistados do povoado de São Bento, como se pode constatar nos relatos abaixo:

No meu tempo o sustento era na pesca de mariscos ou em algum trabalho na casa de Senhor de Engenho, eu e minha mãe acordávamos três da manhã para levar água para as casas de engenho, nós ficava indo e voltando com os baldes na cabeça. (Ex-marisqueira, 76 anos, moradora do povoado de São Bento)

Eu com sete anos ía para Porto Calvo vender marisco, porque aqui (São Bento) não tinha comprador. Hoje é diferente, tem pra quem vender, e muitas marisqueiras fazem e vendem bolinho de goma, ou por encomenda ou na pista. Na alta temporada a venda é boa, porque há muito trânsito na pista e os turistas param para comprar o bolinho de goma e a bolacha de Maragogi, e o peixe e o marisco que tem é todo vendido também. (Presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Bento)

A ampliação das possibilidades de ocupação e do aumento da renda, comparativamente à realidade anterior ao desenvolvimento do turismo no lugar, reflete-se como melhoria da qualidade de vida, tal como percebido por estes entrevistados. Os integrantes desta sociedade construíram novos circuitos de sobrevivência através do segmento da atividade turística. Esta população se autoempregou na produção de produtos e serviços em pequena escala, embora com baixos níveis de produtividade, com base nos quais obtêm uma pequena renda na informalidade.

As mudanças e as novas oportunidades de ocupação transparece também no relato de uma antiga moradora de Barra Grande, esposa de pescador, que comenta sobre as antigas privações e a situação atual:

Não tinha outro meio de vida que não fosse a pesca, tinha dia de não se ter nada para comer, eu colocava o leite de coco para cozinhar na espera do meu marido trazer o peixe pra eu e meus filhos comermos. Ele no caminho já vinha limpando para quando chegasse em casa já fosse direto para o fogo. [...] Não ter o que comer era comum, meu marido sempre conta que várias vezes roubava bananas para comer outra coisa que não fosse o peixe. [...] Hoje com os veranistas tem pra quem vender e muitos homens ganham um dinheiro e uma morada como caseiro. No veraneio muitas mulheres consegue um *extra* fazendo faxina nas casas ou até nas pousadas.

As melhoras auferidas das falas acima podem ser entendidas como sendo resultado da conquista relativa da liberdade substantiva, que, segundo Sen (2000), pode ser obstruída por problemas de fome e de pobreza endêmicas que têm como principal causa a deficiência de *intitlamento*, situação responsável pelo sofrimento persistente. A partir do momento que se amplia a capacidade de renda ou meio de obtê-la em determinado lugar, pode se configurar uma mudança positiva em uma determinada realidade, situação que parece estar ocorrendo em Maragogi, em parte como consequência do turismo.

Porém, aqueles pescadores que alteram o seu modo vida e adquirem novas atribuições, estão perdendo parte das características histórico-culturais e adquirindo novos costumes e formas de levar a vida na expectativa de melhorias de vida. Esta situação é influenciada, segundo Santos (2006), por símbolos criados pelo discurso

do progresso para a aceitação da nova racionalidade, e que, ao contrário do discurso, tende a desarticular as relações há muito tempo estabelecidas entre os autóctones e o lugar do qual fazem parte.

Além da desarticulação das relações sociais, o turismo nas áreas litorâneas, causada pela intensa especulação imobiliária, contribuiu para transformação do território. Tal situação iniciou-se pela ação dos primeiros veranistas e posteriormente pela instalação de meios de hospedagem. Os empreendimentos turísticos se apropriam paulatinamente de partes seletas do território de Maragogi, seguindo os ditames da reprodução do capital, que, segundo Santos (2006, p. 338), “escolhe alguns lugares e rejeita outros”.

A espacialização dos condomínios horizontais sem o devido planejamento, dentro de modelo excludente, tem contribuído para a transformação da paisagem litorânea de Maragogi, assim como em outros lugares da costa nordestina. Os condomínios de segunda residência, de propriedade particular, podem ser alugados, arrendados ou emprestados para uso particular, entretanto impondo consequências ambientais, sociais e culturais para todo o lugar no qual se localizam. As transformações ambientais e espaciais são particularmente perceptíveis. A planície litorânea antes composta por areais, matas de restinga e coqueirais, hoje ocorre intensa atividade de terraplanagem, criação de loteamentos e obras da construção civil, o que frequentemente expõe os solos à erosão.

A espacialização de segundas residências vem provocando diversas transformações socioespaciais e perdas locacionais para antigos moradores, principalmente na área de Barra Grande e Peroba. A nova dinâmica espacial influenciada pela inserção de casas de veraneio nessa parte de Maragogi inclui a substituição de antigas casas de taipa localizadas à beira-mar, para a inserção dos fixos que fazem parte da atividade turística, principalmente casas de veraneio, como também a implantação de equipamentos e serviços de apoio à atividade turística.

Entretanto, a substituição da antiga localização de moradia não é vista pelos entrevistados como algo necessariamente negativo. O que mais importa, conforme transpareceu nas falas dos entrevistados, é a dimensão material imediata, representada por uma casa melhor, do ponto de vista construtivo, mesmo que a mudança acarrete perdas das condições anteriores de subsistência.

O Presidente da Colônia de Pescadores de Maragogi relata esse tipo de mudança:

Antes do turismo, todo mundo morava nesta rua, ali era a praça que a gente jogava. Todo mundo morava pertinho um do outro. Eu já me mudei duas vezes cada vez para mais longe. E daqui a um tempo me oferecem mais um dinheiro e eu mudo de novo. O veranista chega aqui interessado e diz que este local aqui não é para pescador, e sim para ele.

A sociedade preexistente adaptou-se às mudanças impostas pelo turismo. Para Santos (2006, p. 45), as formas espaciais também obrigam estruturas sociais a se modificarem. A ocupação em um dado sítio depende das necessidades concretas e das características próprias deste sítio. A venda ou a troca de casa de taipa localizada à beira-mar, por uma casa de 'verdade', feita de alvenaria, situada mais distante da orla, foi uma das formas encontradas por antigos residentes de Maragogi, de garantir, pelo menos idealmente, alguma melhora nas suas condições de vida. Isso se refletiu na transferência de antigos moradores para localidades espacial e socialmente periféricas, frequentemente em condições de insalubridade.

Quando perguntado a respeito da possibilidade de compra atualmente de um terreno ou casa à beira-mar, um pescador sorri e diz: "- Impossível". Em Barra Grande, antigos moradores não chegaram nem a receber dinheiro propriamente dito, por suas casas ou terrenos. A transação se deu pela troca de suas antigas casas de taipa por casas de alvenaria localizadas em outro lugar. Foi dessa forma que ocorreu parte das mudanças espaciais na zona costeira de Maragogi, como resultado da sua *turistificação*. O relato de um antigo pescador é ilustrativo de como ocorria essa troca:

Nós tinha o direito da terra pelo tempo que a gente já vivia lá. Quando os veranistas chegaram e viram as nossas condições, eles não diziam nada, construíam uma casa de tijolo e com telhado de verdade em outro lugar e ofereciam em troca da nossa casa de barro na praia. Pra gente tanto faz viver na beira do mar ou na beira do mangue o que importa é ter uma casa. Não íamos conseguir levantar com o trabalho de pescador.

A percepção destes antigos moradores reflete alguma melhoria em suas condições de vida, mesmo que isso reflita um distanciamento objetivo em relação ao seu *locus* de subsistência, ou seja, o ambiente costeiro continental e o mar propriamente dito, onde ficam os seus barcos e no qual a pesca ocorre. A decisão sobre a localização, segundo Manzagol (1985), é motivada predominantemente pela forma como o espaço circundante é percebido mais do que pelo conteúdo real deste espaço. A imagem projetada pelo espaço circundante e os significados atribuídos a esta imagem é que tem o poder de influenciar a decisão.

A 'diluição' do espaço do cotidiano e a quebra identitária preteritamente construída terminam não sendo levadas em consideração diante das melhorias

percebidas, associadas à nova moradia. Esta visão através de apenas um prisma da realidade é explicada por Tuan (1980, p.4) ao argumentar que a percepção é resposta “aos estímulos externos, como atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Neste caso, somente é percebido aquilo que era para aqueles indivíduos os desejos e carências mais íntimos. Tais carências eram representadas pelo necessidade de melhores condições de moradia. A satisfação desta necessidade através superação das deficiências existentes nas casas de taipa - de morar em uma casa que ofereça mais conforto e segurança - traduziu-se como melhoria da qualidade de vida.

A remediação da necessidade de moradia refletiu na adequação ao novo espaço de moradia, Tal situação, segundo Haesbaert (2004), é um mecanismo de sobrevivência empregado pelos hegemonzados diante de relações de forças desiguais. Ou seja, enquanto pessoas da sociedade local, melhor situadas econômica e socialmente, assim como os veranistas, podem comprar terrenos e construir casas de alvenaria, os moradores em piores situações só puderam adquirir tal tipo de moradia pela troca de uma localização socialmente privilegiada para uma área periférica.

Em São Bento, a influência do turismo e a resposta do lugar ao turismo por parte de antigos moradores se deram de forma diversa. Nesse povoado, os donos dos sítios de coqueiros permitiram que moradores construíssem as suas residências no lugar e permanecerem no sítio, como explica um dos entrevistados que mora em São Bento:

A gente chegava pro dono do sítio e pedia para construir uma casa entre um coqueiro e outro, ele olhava, media e dizia que a gente podia levantar a casa. Daí todos homens se reuniam para buscar madeira no mangue ou na mata, fazia o esqueleto, depois preenchia de barro e depois cobria com palha de coqueiro. Era às vezes só dois cômodos, todo mundo dormia junto nas esteiras espalhadas no chão.

A ausência de posse efetiva dos terrenos nos quais os moradores dos sítios construíam suas casas, explica, em parte, o menor poder de apropriação do território pela atividade turística, uma vez que os moradores não podiam trocar suas casas por outras de alvenaria em outro lugar. De forma paralela, e como uma determinação mais ampla, a dominação e controle pelos proprietários locais com poder econômico, extensiva de alguma forma aos moradores dos sítios, dificultou a

apropriação das terras de São Bento pela prática turística. Usando a contribuição de Santos (2006), para fins de análise do contexto desse povoado, pode-se deduzir que a ação local, orientada por uma materialidade herdada, não permitiu que as exigências extralocais ocorressem exatamente como em Barra Grande-Peroba e na sede municipal de Maragogi.

Porém, a lógica que regeu a turistificação no município de Maragogi nas últimas décadas vem modificando. A força das relações sociais de produção do capitalismo faz com que a dinâmica da realidade mude como forma de responder às imposições emergentes. Com frequência, as forças pretéritas que operam localmente, e que determinaram a organização do espaço, perderem a sua hegemonia sobre o lugar e passam a ceder à lógica de forças externas ao lugar. Neste caso as forças desencadeadas pelo processo de *turistificação* dos lugares, o que inclui a especulação imobiliária.

Embora a espacialização da atividade turística venha ocorrendo de formas distintas nas três áreas que formam o recorte espacial deste estudo, a realidade dos pescadores de Barra Grande-Peroba, São Bento e de uma parcela dos pescadores da sede municipal de Maragogi é semelhante. Muitas das residências visitadas como parte deste estudo se encontram aglomeradas em periferias. Em Barra Grande, a própria sede da associação dos pescadores ocupa terreno próximo ao mangue. Em São Bento, antigas marisqueiras vivem às margens da rodovia. Na sede municipal de Maragogi, os pescadores que não resistiram à especulação imobiliária³¹ vivem em moradias aglutinadas em bairros periféricos.

Entretanto, a localização não privilegiada e com alta densidade de ocupação da área, não é percebida como elemento negativo nas falas dos entrevistados. Essa percepção emerge nas entrevistas a despeito do fato de que esta situação cria uma condição marginal. Tanto locacional, por estar em oposição ao centro da tomada de decisões e na concentração de oportunidade e serviços públicos. Marginal, também, no sentido discutido por Quijano (1978), pela falta de consciência sobre a realidade, situação que impossibilita ou dificulta a percepção dos problemas individuais e coletivos da sua sociedade.

³¹ Neste caso, não ter resistido à especulação imobiliária significa ter cedido às propostas de venda de seus terrenos ou de troca de suas casas de taipa localizadas próximas ao mar por casas de alvenaria localizadas em áreas menos privilegiadas.

Afora os problemas relacionados às condições e o lugar de moradia, que emergiram com a mudança de áreas próximas ao mar para áreas insalubres afastadas do mar, são imperceptíveis diante as melhorias substanciais de renda. A referência, pelos entrevistados, a condições melhores de vida, *pós-turistificação*, demonstram que a população adequou-se a uma idealidade de uma vida melhor. Essa adequação provocou um afastamento das condições territoriais anteriores, elemento que contribui para a quebra de relações antigas e para a perda do sentimento de pertença.

Embora a maioria dos atores não tenha a percepção da perda identitária, associada às mudanças espaciais, em muitas falas de antigos moradores depreende-se as perdas ocorridas, conforme seguem:

Antigamente não existia muro, era a casa e o grande terreiro, o vizinho sabia o que era seu, e a gente sabia o que era do vizinho. As galinhas eram criadas soltas e a gente plantava no quintal arroz, fava e milho, tinha que vê cada pé de milho desse tamanho. (Ex-parteira, 82 anos, filha de pescador e moradora da sede municipal de Maragogi)

A casa da gente era solta entre um monte de coqueiros, mas não se tinha medo podia se dormir com tudo aberto que nada acontecia. Era tão vazio aqui, que noite sem lua não dava para ir na casa de ninguém. (Ex-marisqueira, 79 anos e moradora de São Bento)

Aqui nesta orla não existia outra coisa, se não casa de pescador, eu lembro que quando a gente jogava bola ali, era um grande terreno. (Pescador da sede municipal de Maragogi)

Inexistiam limites físicos entre as moradias, os terrenos eram tão amplos que permitiam a criação de animais e o cultivo de alimentos. A perda do território que é a “base do trabalho, das trocas materiais e espirituais da vida” (SANTOS, 2006, p.96) foi inevitável. As novas moradias vêm se *territorializando* em aglomerados residenciais que compõem uma paisagem que denuncia a pobreza e as condições de insalubridade em áreas periféricas. O antigo território passa a apresentar características não mais familiares, mas sim de estranhamento, conforme o comentário de um morador do núcleo urbano de Barra Grande:

As ruas próximas à praia parecem cidades abandonadas na *baixa*, tudo é um breu, não se ouve nada, e até se tornou perigoso andar por lá, com aqueles muros para alguém cometer algo ruim e fugir é muito fácil. O caseiro é importante, casa que não tem caseiro corre o risco do patrão sair e quando voltar não encontrar mais nada, e ninguém viu nem ninguém vê.

Como consequência da sazonalidade da atividade turística no município, com curtas temporadas de veraneio, seguidas por longos períodos de baixa temporada, a presença de condomínios e de residências de veraneio, somada à ausência de uma

população permanente, criou um território do medo e de aversão por parte dos antigos residentes. Haesbaert (2004) argumenta que à medida que o território é dominado ele tende a ser funcionalizado, no caso de Maragogi por uma atividade emergente antes estranha ao município, contexto que tende a reprimir as relações simbólicas preteritamente existentes naquele território, como ocorrera em Barra Grande-Peroba.

No recorte espacial Barra Grande-Peroba, a espacialização das segundas residências e de meios de hospedagem, incluindo *resorts*, criou uma segregação socioespacial que é representada pela expropriação de parte da população de suas antigas áreas de moradia; criação de um sentimento de estranhamento diante o território turístico outrora tido como identitário; e a substituição do trabalho tradicional por trabalhos domésticos. Apesar desta perda, o comparativo com um passado de privações de liberdades substantivas fez que na atualidade inúmeros moradores antigos demonstrassem uma relativa alienação em relação à realidade, atitude orientada pela percepção de melhorias elementares em suas vidas.

Os rendimentos financeiros obtidos com a atividade turística são limitados para o alcance do desenvolvimento se ele não vem acompanhado de um 'pacote' de oportunidades que tenha o potencial de proporcionar uma mudança mais ampla nas condições de vida da população. Sem isso, estas melhorias pontuais não se metamorfoseiam em desenvolvimento. Os rendimentos mínimos proporcionados pela atividade turística na área de estudo para grande parte dos antigos moradores e a percepção distorcida da população sobre a sua realidade demonstram que esta população vem cedendo aos interesses externos, não percebendo que pouco a pouco são alijadas do seu território. A situação de Maragogi mostra que parte da sociedade do lugar, anterior à chegada do turismo, teve duas condições de vida alteradas, com base em regras ditadas por forças externas ao lugar, ordenadoras do processo de turistificação da franja costeira do município de Maragogi.

A percepção dos habitantes é resultado de diversas formas de manipulação engendradas pelo capital, somadas a um contexto de baixa escolaridade à persistência em faixas excluídas da sociedade, elementos que obscurecem a visão da realidade destes moradores. Segundo Castilho (2000), a falta de elementos que oportunizem melhorias substanciais da realidade faz com que estes moradores achem *normal* a sua perda de espaço para outros grupos sociais.

Na sede municipal de Maragogi, o mesmo contexto não se repete. A inserção do turismo e a expansão da dominação turística sobre parcela significativa da cidade e seu entorno ocorrem simultaneamente com a resistência à especulação imobiliária³² de uma parcela de antigos pescadores do lugar. Os que resistiram às ofertas para a venda de suas propriedades (terrenos e/ou casas) criaram laços e um diálogo com os novos atores, o que possibilitou a captação de parte dos efeitos positivos proporcionados pela atividade turística, em níveis econômicos e sociais superiores aos benefícios marginais obtidos pelos antigos moradores de Barra Grande-Peroba. A localização das suas propriedades próxima às novas facilidades e as oportunidades de desenvolvimento criadas pelo turismo concentradas na sede municipal, explicam a conquista de algumas liberdades substantivas obtidas por esses antigos moradores, que se concretizaram na percepção de melhorias socioeconômicas significativas para esta parte dos moradores.

Porém, os residentes da sede municipal, como resultado da proximidade ao eixo turístico, também sofreram efeitos negativos, a saber: contato permanente com pessoas com hábitos distintos e estranhos ao lugar, crescimento do número de pedintes, maior densidade de pessoas nas praias, violência, barulho, congestionamento e poluição causada por lixo e esgoto nas praias. A sede municipal recebe em maior proporção o fluxo de carros e ônibus destinados à prática turística do município. A prefeitura, juntamente com a iniciativa privada, não interessados neste tipo de público, têm buscado mecanismos para coibir esse tipo de fluxo de visitantes. Por exemplo, tem-se adotado a prática da cobrança de taxas municipais relacionadas a veículos coletivos - ônibus - que se destinem a Maragogi aos domingos.

Apesar dos problemas trazidos pelo fluxo excessivo de visitantes, os antigos moradores da sede municipal são os que estão em melhores condições. Ou seja, além de terem mantido a sua condição locacional, estes moradores encontraram na atividade turística como uma nova oportunidade de sobrevivência. Dentre os entrevistados deste grupo, a maioria é composta por donos de estabelecimentos ou equipamentos voltados para o turismo e sobrevivem quase que exclusivamente dessa atividade. Eles reconhecem que ascenderam social e economicamente e isto se refletiu em seus descendentes, que hoje, em parte, atingiram o nível de

³² No sentido explicado na nota de rodapé anterior.

escolaridade superior e/ou herdaram os negócios da família, caracterizando, portanto, benefícios inter-geracionais.

Além das vantagens socioeconômicas obtidas, alguns conseguiram se inserir ativamente na vida política do município. Alguns dos entrevistados obtiveram seus interesses representados na Câmara Municipal, o que demonstra o exercício cidadania e a consequente conquista da liberdade ético-política (SEN, 2000). Olhando para a realidade da sede municipal de Maragogi, pode-se dizer que a atividade turística contribuiu para uma mudança na qualidade de vida de antigos moradores. Estes indivíduos conseguiram se envolver com a atividade turística, o que possibilitou a expressão, até certo ponto, da liberdade e o exercício da cidadania.

O envolvimento de antigos moradores da sede municipal de Maragogi com o turismo, através da exploração da atividade comercialmente, vai ao encontro da proposição de Veiga (2005), o qual defende que o desenvolvimento pode ocorrer quando o crescimento econômico está atrelado a um processo de criação de oportunidades, acesso a bens e serviços - saúde, educação, infraestrutura básica, mercado de trabalho - necessários para o desenvolvimento humano, somados à inclusão de direitos políticos e civis. As melhorias trazidas para o território beneficiaram antigos moradores e desencadeou em um campo de visão mais amplo.

Atualmente, os pescadores, assim como grande parte do restante da população local, anseiam pela chegada da alta temporada, durante a qual eles afirmaram que obtêm benefícios econômicos com base nas atividades turísticas que eles exploram. Porém, os benefícios conseguidos pelos residentes em tela, com base no turismo de "sol e mar"³³, são relativamente minimizados pelo comportamento dos visitantes que ficam em segundas residências, como se pode ver nas duas transcrições abaixo:

O turismo foi muito bom em Maragogi, antes Maragogi não era nada, hoje é conhecida no mundo todo, o problema são os veranistas de Pernambuco, eles alugam casas para cinco pessoas e vem mais de trinta. E trazem tudo colchão, ventilador, comida de fardo, bebida, ficam botando o som alto e ainda esbanjam água e luz, e só deixam o lixo pra gente limpar. Vamos supor alguém aluga uma casa no carnaval, mas quando vai consertar a casa gasta quase a mesma coisa que ganhou. (Ex-pescador da sede municipal de Maragogi)

³³ Nesse caso, o turismo de "sol e mar" é representado pelos turistas que ficam nos meios de hospedagem do município, os quais são vistos pelos entrevistados de forma positiva pois ao se hospedarem no município contribuem para a geração de ocupação e empregos para os residentes.

O melhor período para nós é a alta temporada, a venda (com o artesanato) aumenta, minha filha pega bico como Babá nas pousadas, e meus dois filhos ajudam nas barracas servindo na praia, o problema são os veranistas mal educados que fazem muita bagunça, arruaça e sujeira e afasta os turistas. (Artesã da sede municipal Maragogi)

A existência destas duas tipologias turísticas em Maragogi traz elementos contraditórios na percepção dos residentes sobre o turismo. A segunda residência é altamente criticada pelos efeitos negativos que ela deixa no território. Na visão dos entrevistados, com a exceção da mão de obra demandada pela construção civil, este tipo de turismo não cria empregos, não dinamiza o comércio do lugar, favorece o aumento da especulação imobiliária, inflaciona os preços para a população local, além de deixar para administração pública o lixo produzido durante as temporadas.

Entrevistados reclamaram em diversos momentos sobre problemas causados pelo aumento do custo de vida: moradia, preços praticados no comércio, impostos municipais, entre outros, como se pode constatar nas falas abaixo:

O valor do IPTU é um absurdo, eu mesmo não pago, porque é uma falta de respeito essa casa foi da minha mãe, e antes dela era de graça e agora se tem que pagar um valor desse por algo que é meu. (Moradora da sede municipal de Maragogi, 82 anos, filha e neta de pescador)

Aqui em Maragogi é tudo muito caro, eu vou com o meu marido uma vez por mês fazer a feira do mês em São José da Coroa Grande, eles querem cobrar preço de turista para morador. Aqui se fala nos assentamentos, mas acredite comprar verdura e fruta em Maceió ou Barreiros é mais barato que aqui. (Residente a dez anos em Maragogi, funcionária da prefeitura municipal)

Eu tive muita sorte em alugar uma casa nestas condições, porque os proprietários preferem manter fechados para poderem alugar na alta temporada por valores absurdos. (Residente a três anos, proveniente de São Paulo, trabalha com a atividade de mergulho).

Os imóveis de segunda residência não geram impostos comerciais para o município de Maragogi visto não estarem cadastrados como empresas (estabelecimentos de hospedagem). Na realidade, as segundas residências geram custos para o Estado e para o poder público local, devido à demanda de infraestrutura requerida para atender as necessidades da população flutuante que as ocupam e apenas de forma esporádica. Além disso, o único compromisso das pessoas que comercializam esse tipo de empreendimento é o lucro. Os investimentos do setor imobiliário em Maragogi somente desaceleraram quando o período de baixa estação se aproxima.

Em Maragogi, a atividade turística concentra-se em dois períodos curtos: o mês de julho e o período de férias escolares nos meses em torno do fim do ano. A

população local, que investe ou trabalha com o turismo, busca acumular rendimentos nesses períodos para sobreviver o resto do ano. A aproximação da alta estação gera expectativas positivas relacionadas ao aumento de rendimentos pela população local, como captado nas falas abaixo:

No verão todo mundo ganha dinheiro, trabalha nos restaurantes, trabalha nas pousadas, na praia, vende passeio, vende artesanato, muita gente aluga suas casas para veranistas, a cidade fica cheia, tem período que não tem uma só casa vazia em Maragogi. (Morador da sede municipal de Maragogi)

O verão é bom porque os veranistas sempre precisam de algum serviço, uma limpeza, algo para consertar, para limpar. Eu mesmo espero o verão chegar para ganhar algum dinheiro, porque o resto do ano é difícil demais. (Morador do Povoado de Barra Grande)

O turismo se apresenta nestas falas como gerador de rendimento financeiro para os entrevistados, embora se concentre principalmente nos períodos de alta temporada. No restante do ano, o turismo tem sua demanda reduzida sensivelmente, o que se reflete diretamente nos níveis de oferta de oportunidades de ocupação e emprego. Conseqüentemente, com efeitos negativos na renda proporcionada pelas atividades turísticas. Segundo Cruz (2000), a sazonalidade e a dependência econômica relacionada ao turismo são elementos desestruturantes socialmente uma vez que causam a descontinuidade temporária de uma atividade geradora de renda para a população local. No restante do ano, parte da população local, sem a existência de outras alternativas de renda, fica à mercê das dificuldades socioeconômicas estruturais que afetam o município na baixa estação. Ou seja, em um longo período anual, os empregos reduzem-se e a economia do lugar míngua severamente. Como consequência, há uma relativa privação da satisfação das necessidades existenciais de “ter” e “fazer”, apontados por Max-Neff (1998) como elementos que influenciam na qualidade de vida dos indivíduos. Antagonicamente, uma territorialidade de uso efêmero, o turismo, cria uma forte dependência de ocupação pelo em curto período do ano, a alta estação.

A territorialidade sazonal do turismo tende a mascarar antigas territorialidades nas quais se manifestam hábitos, costumes e relações de poder pretéritos, levando ao escamoteamento das perdas que ocorrem nas redes tecidas ao longo da vida dessa sociedade. Por outro lado, a dinamização da economia pela atividade turística tende a criar novas territorialidades, em parte consequência de fluxos migratórios de pessoas que vêm morar em Maragogi.

Parte deste fluxo provém de pessoas da classe média atraídas pela expectativa de encontrar ocupação e renda no âmbito do desenvolvimento turístico. Este contexto foi favorecido pela urbanização e acentuado com a chegada dos primeiros estabelecimentos de hospedagem. Tal situação deu visibilidade a Maragogi em um contexto estadual marcado por problemas sociais e uma economia pouco diversificada.

Segundo o relato de antigos moradores, o núcleo urbano, antes da inserção turística, resumia-se à igreja, prefeitura, praça, escola, um acanhado comércio, alguns serviços públicos. As residências de melhor qualidade eram construídas com a frente voltada para a praça e os fundos para o mar, situação muito diferente da atualidade, quando a valorização turística do lugar com base no turismo de "sol e mar" deu atenção à orla, praia e mar. Antes do início da turistificação, os terrenos à beira-mar eram ocupados quase que exclusivamente por pescadores.

Esta situação começou a mudar com a construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979, que conectou Maragogi aos municípios localizados no seu entorno imediato, mas também a Recife, Maceió e aos demais estados nordestinos, o que levou à atração de fluxos turísticos de diversos estados brasileiros, principalmente Alagoas e Pernambuco.

No que diz respeito ao fluxo migratório de classes sociais desfavorecidas socioeconomicamente para Maragogi, eles são procedentes principalmente de diversas cidades interioranas dos estados de Alagoas e Pernambuco. Quanto ao motivo, a principal explicação dada foi a notícia, difundida por parentes e conhecidos, de que naquele município - Maragogi - havia oportunidades de emprego e o governo estava doando terrenos para moradia. Foram essas as principais motivações mencionadas. Alguns procedem da zona rural do próprio município. Como não conseguem o sustento suficiente na zona rural, se alojam próximos à cidade na expectativa de conseguir algum trabalho ou meio de sobrevivência.

Estes indivíduos, normalmente, sem qualificação profissional para atuar no turismo e sem condições de competir com outros moradores, passam a buscar no trabalho informal mecanismos de sobrevivência, e é a informalidade que serve de portão de entrada para muitos imigrantes em Maragogi. Eles vivem segregados do restante da sociedade maragogiense e constroem juntamente com as estratégias de sobrevivência formas de organização e resistência política. Um exemplo emblemático foi o surgimento da favela "Risca Faca", que segundo o relato de uma

moradora que participa ativamente do Conselho de Saúde, Segurança e Turismo, formou-se com base no processo de segregação de parte da população do município:

Pela pressão do empresariado hoteleiro, para que a prefeitura removesse aquelas famílias, que estavam abalando a imagem turística de Maragogi. A cheia que atingiu os ribeirinhos de São Bento foi o momento oportuno para que a prefeitura fizesse a ação. Na época o terreno doado servia para alojar sessenta famílias, mas foi chegando mais gente e hoje residem mais de quinhentos. Que vivem em péssimas condições de vida. Meninas de doze e treze anos grávidas, crianças brincando no esgoto a céu aberto e os homens consumindo droga e bebidas são cenas comuns.

A “Risca Faca” é uma favela que se desenvolveu em terreno doado pela prefeitura para o atendimento a famílias que foram atingidas pela cheia no rio Salgado, no povoado de São Bento, e para famílias que estavam alojadas às margens da rodovia AL-101, na praia de Camacho, próximo ao Hotel Salinas. Na visão de entrevistados, o surgimento dessa favela e de outras em Maragogi está associado ao aumento da violência, o que transparece no relato de uma ex-marisqueira da área de São Bento:

Antigamente nós dormíamos de porta aberta, todo mundo nas esteiras e não se ouvia falar em roubo, ou estupro. Agora é estupro, é roubo, é prostituição, é droga. Isso tudo começou a ocorrer depois que essa favela ali na mata e a do Risca Faca veio pra cá.

O surgimento de favelas e de bolsões de pobreza é, segundo Rodrigues (2006), uma tendência em cidades turísticas. Este tipo reprodução socioespacial ocorre com frequência em torno de grandes empreendimentos que são percebidos como tendo a capacidade de oferecer empregos. Tal contexto cria expectativas de surgimento de novas oportunidades ocupacionais para a população de excluídos. Vale destacar que esse tipo de formação socioespacial não é exclusivo de territórios turísticos, eles podem surgir em locais nos quais diversas atividades econômicas se implantam.

Apesar dos entrevistados identificarem aspectos socioeconômicos negativos na Maragogi contemporânea, eles não os associam necessariamente ao turismo. Pelo contrário, esta atividade continua sendo considerada como positiva para o território. Os problemas ocorridos, segundo a fala de alguns, é resultado do progresso trazido pelo turismo, ou seja, eles diluem parte das causas dos problemas associados ao turismo, e dão visibilidade predominante à mudança positiva que o turismo causou na esfera econômica do município, criando novas possibilidades de

ocupação e emprego. Diante destas respostas, cria-se uma lacuna conceitual entre a percepção dos moradores sobre o que viria a ser o desenvolvimento e o significado corrente, que o entende como um fenômeno amplo, que envolve o meio ambiente, a economia e a dimensão social.

Na noção de desenvolvimento adotada no discurso, tanto de setores dominantes como de dominados, ainda é comum a predominância do conceito de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Se a adoção do antigo paradigma como sinônimo de crescimento econômico fosse válida, mesmo assim haveria que se questionar a real relevância do turismo para a economia, porque outros elementos, além do turismo, vêm contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população de Maragogi, tais como os inúmeros programas sociais que vêm favorecendo a maior parte da população do município. Este fator possibilitou um maior intitamento que, de uma forma ou de outra, se refleti no comércio, e influencia de forma significativa na participação do setor de serviços no atual PIB do município.

A influência do turismo no mercado de trabalho e na criação de maiores possibilidades de ocupação são percebidos e demonstrados pelos moradores entrevistados, uma vez que o turismo dinamizou a economia do município de Maragogi e de municípios vizinhos, como Japaratinga. Parte da população aguarda o período da alta temporada para poder ampliar a renda e ter uma ocupação, mesmo que temporária. Tudo isso, a despeito de os melhores salários e rendimentos, de maneira geral, serem conquistados por aqueles que possuem uma maior e melhor qualificação. E são muito poucos os residentes naturais que conseguem alcançar o nível de profissionalização requerido. Boa parte permanece à margem do processo e ocupa postos de trabalho que, muito pouco, contribuem para a mudança substancial da realidade da população local.

A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001) reconhece a predominância de subempregos na atividade turística, os quais pouco contribuem para se alcançar melhorias essenciais – moradia, alimentação, educação de qualidade – e que possibilitem uma significativa mudança da realidade da população hospedeira. Porém, em contextos estaduais ou regionais que passam por crise econômica, as pessoas tendem a apresentar o turismo como responsável pela melhoria significativa das suas condições de vida. É o caso de duas das entrevistadas que ocupam atualmente postos de trabalho no mercado hoteleiro de

Maragogi e, paralelo a isso, são estudantes de instituições de nível superior. Ambas as entrevistadas reconhecem que se não fosse o emprego obtido na atividade turística, elas estariam desempregadas ou teriam saído de Maragogi na busca de emprego em outros lugares.

Este prisma não pode deixar de ser considerado. Antes, os meios de vida nesse município, principalmente para o gênero feminino, se apresentavam de forma bastante limitada, em que pessoas menores de idade abandonavam seus lares em busca de um meio de sobrevivência em outras cidades. O gênero feminino geralmente saía para trabalhar em casas de família e o masculino migrava na busca de oportunidades em outros estados, principalmente São Paulo. O relato de uma pescadora revela esta antiga realidade:

Antes trabalho só na casa de família na cidade, a gente saía pra trabalhar muito nova, às vezes, com doze e treze anos, algumas foram e voltaram, outras até hoje exercem mesma função. [...] Quando a coisa ficou feia aqui, meus dois irmãos foram trabalhar no corte da cana em São Paulo, faz tanto tempo, que um irmão meu foi e até hoje não voltou, parece mentira mas ele nunca viu a minha filha mais velha que já é até mãe.

Nos últimos anos, a inserção da atividade turística no município de Maragogi, somada a projetos sociais oferecidos pelo governo federal, contribuiu para a permanência de muitos jovens nesse município. Esta realidade pode ser comprovada no levantamento das últimas décadas em dados do IBGE (Tabela 6, p.81), que apresenta predominância da faixa etária de 20 a 49 anos em 2010, em relação aos períodos anteriores. Atualmente, muitos jovens têm a possibilidade de frequentar diversos cursos profissionalizantes, muitos dos quais foram viabilizados pelo *trade* turístico. Esse tipo de oferta e a expectativa de emprego vêm fixando a população no território, assim como atraindo outras com este propósito.

Grande parte dessas novas oportunidades surgiu com o turismo, mesmo o turismo de “sol e mar”. Apesar da existência de enclaves turísticos formados por grandes empreendimentos impessoais, como é o caso de *resorts*, há também os pequenos e médios empreendimentos, como pousadas e hotéis de menor porte, que empregam com mais facilidade pessoas dos lugares explorados, mesmo com menor nível de preparação para os cargos ofertados. Estes últimos tipos de empreendimentos exercem uma relação mais estreita com o seu entorno, através da contratação e treinamento de mão de obra local e consumo de produtos comercializados localmente. Assim, eles desempenharam papel importante na

geração de muitas das melhorias ocorridas em Maragogi, obviamente concentradas no eixo turístico.

O *trade* turístico de Maragogi, constituído por um grupo de empreendedores envolvidos com a oferta turística, parte deste grupo é representado pela AHMAJA, associação que tem atuado ativamente junto ao poder público solicitando a ampliação dos cursos atuais e a inserção de novos cursos direcionados à qualificação de mão de obra local para atuar na atividade turística, como os oferecidos pelo IFAL e pelo SENAC. Esse tipo de ação tem favorecido o ingresso de jovens do próprio município em cursos profissionalizantes que são relevantes para a inserção de jovens no mercado no trabalho turístico. A melhoria dos níveis de educação vai de encontro às melhorias apontadas nos índices Firjam e IDH. Tal resultado é consequência da ampliação do alcance da educação formal somada à profissionalizante. A ampliação das oportunidades de treinamento abrange pescadores, ex-pescadores e membros das famílias de pescadores, que mesmo não obtendo melhorias econômicas significativas, hoje experimentam um melhor nível de educação através da sua inserção em instituições de ensino do município.

Assim, as políticas públicas da educação somadas a ações da iniciativa privada têm melhorado as oportunidades ocupacionais para a população residente, o que é inegavelmente um ponto positivo. Entretanto, para que o desenvolvimento possa ocorrer de forma mais abrangente outros elementos devem ser considerados, os quais não poderão ser atingidos somente com crescimento econômico. Sachs (2004) argumenta que o processo de desenvolvimento antes de tudo deve priorizar o alargamento da capacidade humana através da ampliação de oportunidades para que o indivíduo possa expandir suas vocações e talentos. Para que isso ocorra, Sachs (2004) sugere a utilização da estratégia do tratamento desigual para os desiguais, ou seja, uma estratégia que busca criar meios para que os desfavorecidos possam crescer intelecto, material, físico e psicologicamente, para que consigam 'ter' e 'obter' igualdade de forças com o restante da sociedade. Outra estratégia sugerida por Sachs (2004) é criar mecanismos de cooperação e associativismo, que são elementos que favorecem a autoestima e criam condições equitativas para a busca por uma melhor qualidade de vida, para as pessoas envolvidas e seus iguais, ou seja, aqueles indivíduos que estão submetidos a condições socioeconômicas semelhantes.

Em Maragogi, existe iniciativas de associativismo que tem se desenvolvido como parte de parcerias entre governo, SEBRAE e atores da iniciativa privada, na figura do Arranjo Produtivo Local (APL) de Turismo Costa dos Corais. Este APL desenvolve ações voltadas para a ampliação da vocação turística de Maragogi e, desta forma aumentar a demanda e a permanência dos turistas que visitam o município. Como parte dos resultados das ações do conjunto das mencionadas forças, tem havido pressões sobre instituições públicas para a conquista de benefícios em diversos setores, tais como segurança, educação, comunicação, infraestrutura e *marketing*. Naturalmente, além de atender os objetivos da oferta turística, tais ações também influenciam positivamente setores da sociedade local.

Um exemplo de *spillover*³⁴ dessas ações em relação a atividades socioeconômicas que ocorrem na destinação Maragogi, a população do povoado de São Bento usufrui uma experiência de associativismo, voltado para o preparo e comercialização de bolo de goma, um produto típico e exclusivo de Maragogi, e que se tornou produto amplamente disseminado no âmbito do turismo nesse município. A associação dos fabricantes do bolo de goma está atrelada à associação de marisqueiras e pescadores de São Bento e foi idealizada pelo SEBRAE, que buscou nas marisqueiras mão de obra para a produção e comercialização padronizada desta iguaria. Muitas ex-marisqueiras abandonaram a antiga ocupação de coleta do molusco para se dedicarem produção e comercialização do bolo de goma. Entretanto, apesar dos esforços do SEBRAE para desenvolver o senso de associativismo nessa comunidade, ainda se verifica que ocorre a busca pelo retorno financeiro imediato, sem maiores preocupações pelo médio ou longo prazo por parte dos moradores. Tem ocorrido conjuntamente a ampla evasão de associados ou a simples substituição da atividade no interior da associação pelo trabalho individual, em suas próprias residências. O senso de coletividade desta sociedade se apresenta de maneira insignificante. Talvez isso se explicado pelas características pretéritas que favoreceram o individualismo em São Bento e não permitiram o desenvolvimento de coesão entre os vários setores que formam a sociedade local (ROCHA, 2002). Esse contexto sociocultural pode funcionar como um limitador frente às oportunidades oferecidas pelo turismo, que às vezes podem ser mais bem aproveitadas através de cooperação entre os interessados.

³⁴ *Spillover* - 'transbordamento' ou consequência de uma ação, que atinge pessoas ou setores do contexto local que não são o foco principal dessa ação.

Outro elemento que parece favorecer o pequeno nível de coesão entre membros da associação dos produtores de bolo de goma é o baixo retorno financeiro propiciado pela atividade. Diante dos altos custos incorridos na fabricação, além do intenso trabalho necessário à comercialização dos bolos de goma, os associados às vezes preferem atuar de forma individual. Estes elementos contextuais fazem crer que a associação para a fabricação do bolo de goma de São Bento muito pouco contribui para a mudança da realidade socioeconômica dos envolvidos. Constata-se que as iniciativas do SEBRAE voltadas ao encorajamento do associativismo entre os fabricantes de bolo de goma ocorrem mais no plano da criação de um produto com apelo turístico do que para criar alternativas sólidas de renda para a população local.

De forma intrigante, parece que o conjunto de benefícios trazidos pelo turismo em Maragogi não contribuiu significativamente para uma melhoria da qualidade de vida da população desse município. Embora, se constata que a despeito dos entrevistados perceberem o turismo em geral de forma positiva. Porém, observa-se que a renda em Maragogi, demonstrada pelo conjunto formado - pela venda de produtos locais, pela mão de obra empregada em várias atividades e pelos aluguéis obtidos, assim como pelo aumento na prestação de serviços, entre outros - contribuem para melhorias na qualidade de vida de pessoas da classe média que se formou com base no turismo.

Essa conclusão se apoia em dados do IBGE (2010) sobre a renda (Tabela 7, p.83). Eles demonstram que em mais de 90% dos domicílios a população vive com até um salário mínimo, ou seja, apenas uma parcela da população consegue fugir desta realidade altamente limitadora e obter ganhos monetários superiores. Ao passo que o Firjam e IDH-M obtiveram crescimento no que concerne a educação e saúde, o mesmo não ocorreu no que se refere à renda. Parte desta realidade é explicada pela crescente migração de uma população pobre que busca em Maragogi um meio de sobrevivência por meio do turismo ou do conjunto das suas outras atividades socioeconômicas. Contudo, o município não tem conseguido ofertar ocupação e emprego para a grande massa de excluídos locais. Ressalte-se ainda que o mercado de trabalho associado ao turismo não é uniforme. Ele é composto por vários tipos de ocupações, com remuneração diferenciada de acordo com a função, o que acaba gerando uma hierarquia socioocupacional, com um relativo pequeno número de pessoas obtendo salários um pouco melhores e a vasta maioria

das pessoas contratadas pelos equipamentos turísticos recebendo salários ou pagamentos inferiores.

De certa forma, as melhorias de qualidade de vida percebidas pelos entrevistados apresentam limitações, apesar da afirmativa que suas vidas estão em melhores condições. As limitações estão ligadas a tipologia da segunda residência, em que os rendimentos baixos e sem direitos presentes nos empregos formais. Obviamente, há casos pontuais em que determinadas pessoas exercem profissões que oferecem melhores ganhos e possibilitam oportunidades de mudanças sociais, econômicas e até mesmo intelectuais. Com base na experiência proporcionada pelo turismo para pessoas que antecederam o turismo.

Verifica-se que tem havido melhorias infraestruturais no espaço litorâneo de Maragogi, ligadas ou influenciadas pelas atividades turísticas. Porém essa infraestrutura concentra-se próximo à sede municipal de Maragogi, nas áreas diretamente sob a influência do turismo. Assim, tem havido pouco benefícios diretos da infraestrutura para as pessoas que moram longe do eixo turístico, priorizando, portanto, os interesses do capital. Por exemplo, o limiar entre o lugar do capital e o lugar direto da moradia de grande parte da sociedade local forma o eixo divisor da existência e da não existência das melhorias proporcionadas pelo turismo. Tal contexto demonstra quanto o poder público é ao mesmo tempo parceiro do mercado e negligente em relação aos interesses dos munícipes que mais necessitam de seus serviços. Pois para que o turismo, ou a sua influência, mais amplamente falando, pudesse trazer benefícios para a massa da população teria que o poder público local adotar estratégias para que as infraestruturas criadas se estendessem a outras partes do território desse município, e não exclusivamente para incentivar o crescimento do turismo.

A *turistificação* e os processos a ela associados trouxeram inovações técnicas e culturais para a região, ampliação da infraestrutura urbana, dilatação do setor terciário, desenvolvimento da construção civil, das comunicações, alteração nos hábitos de consumo e nos costumes. Porém, também, expandiu a pobreza, a degradação de ecossistemas naturais e está sendo responsável pelo aumento da marginalização socioeconômica e espacial de grande parte das populações tradicionais e migrantes de baixa renda, pois não possibilitou a substituição dos antigos mecanismos de sobrevivência por novas oportunidades de emprego, de

moradia e de acesso a serviços e bens de consumo para parte significativa da população local.

As pessoas vivem onde elas podem morar e isso é determinado em geral pelo nível dos seus rendimentos. As condições onde as pessoas vivem depende do acesso aos serviços e produtos oferecidos de forma coletiva. Ou seja, nem todos os sujeitos usufruem da cidade de Maragogi de forma minimamente equitativa, uma vez que as elites e dirigentes têm o poder de selecionar os lugares a serem privilegiados pelo Estado com a criação e/ou melhoria de infraestrutura e de serviços para o atendimento de seu interesse. Enquanto isto, as partes do território que não têm importância para o mercado permanecem negligenciadas pelo Estado. A partir dessas considerações, observa-se que não são todos os sujeitos que usufruem dos benefícios gerados, em Maragogi, nas últimas décadas. Uma vez que nem todos ocupam os espaços que desejam, mas sim os espaços que sua renda permite ocupar, dada a situação de distribuição da renda e em relação à distribuição dos bens coletivos.

Diante da realidade estudada, que apresenta diversos problemas decorrentes da atividade turística, questiona-se a aplicação do conceito de desenvolvimento ao que vem ocorrendo no município de Maragogi sob a influência do turismo. A cultura técnica, material e política dominante, representada pelos indivíduos relacionados ao turismo que vieram para Maragogi, inclinam a impor os interesses particulares aos das comunidades tradicionais do município. Moradores locais conseguem se inserir nas atividades turísticas com base quase exclusiva nas oportunidades de ocupação e emprego de menor rendimento criadas pela atividade turística. A atual realidade do lugar tende a ser vista como *normal* e *moderna* pelos entrevistados. A dimensão econômica predomina na percepção destes habitantes como o principal responsável pelo desenvolvimento, com base no qual reconhecem ter havido melhorias na sua qualidade de vida. Segundo Santos (2006, p.64), “as ações são cada vez mais precisas, e, também, mais cegas, porque são obedientes a um objeto alheio.” Alguns sujeitos pensam que estão agindo de acordo com sua própria vontade, que suas ações estão sendo delineadas por eles mesmos, mas, na verdade, são as estratégias de produção e consumo que vêm guiando em grande parte a forma pela qual eles orientam as suas vidas.

Sendo assim, necessita-se efetuar uma leitura entre a percepção da realidade e a própria realidade. Segundo Buarque (1993), a qualidade de vida está associada

à busca das satisfações das necessidades humanas. Max-Neff (1998) considera necessidades humanas a satisfação de elementos distintos, e que estes elementos variam de indivíduo para indivíduo assim como de uma sociedade para outra. Diante disso, entende-se que a necessidade de grande parte da população preexistente era de uma melhor moradia com a disponibilidade de infraestrutura de energia e água. Quando essas necessidades foram atendidas, elas se refletiram em suas vidas como melhoria, segundo a percepção deles. Ao mesmo tempo, parece que outros elementos que faziam parte das condições anteriores deixaram de ser consideradas como necessários.

Assim, tanto a percepção sobre o desenvolvimento de uma forma mais ampla, como a qualidade de vida, de forma mais restrita em Maragogi, mostra-se distorcida. Eles levam em consideração predominantemente as condições de moradia, sem atentar para outros bens materiais que necessariamente precisam estar ao alcance das pessoas nos lugares, além das dimensões imateriais. Segundo Furtado (1998), para que ocorra a qualidade de vida é necessário que exista também a realização das potencialidades humanas e da capacidade das pessoas levarem a vida que desejam, o que somente pode ser afluída no indivíduo quando suas necessidades materiais (acesso a bens básicos de alimentação, abrigo, educação, saúde e etc) e sociais (exercício da cidadania através das relações do indivíduo consigo mesmo, com seu grupo social e com o meio-ambiente) estão presentes na sua realidade. Tal proposição também se alinha com o pensamento de Sen (2000) sobre a conquista de todas as dimensões da liberdade.

Ao se levar em consideração os pressupostos do desenvolvimento apontados por diversos autores (BARBOSA,1996; BUAQUE,1993; MAX-NEFF,1998), que a qualidade de vida está ligada à busca de satisfação dos anseios e carências mais íntimas dos indivíduos, e que estes estão em constante processo de modificação, então diante das respostas apresentadas algumas considerações se mostram necessárias, no caso de Maragogi. O turismo se apresenta para os entrevistados como um forte responsável pela mudança operada na realidade local. Mesmo não ocorrendo de maneira igualitária e equitativa, tem colaborado de alguma forma com mecanismos que possibilitam o desenvolvimento social e humano, bem como a consequente melhoria da qualidade de vida dos residentes de Maragogi.

Os inúmeros prismas mostrados sobre a mesma realidade por diferentes indivíduos, e diante das argumentações positivas sobre a suposta contribuição

turística que teria havido para o desenvolvimento local em Maragogi e a consequente melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes, podem ser explicados pela supervalorização dada à dimensão econômica, que reforça a idealidade do mito de desenvolvimento atrelado à turistificação pelos entrevistados. E esta percepção comunicada pelos moradores locais parece ser uma construção ideológica. Tendo vivido privações materiais sérias no passado, os respondentes supervalorizam algumas contribuições que teriam sido proporcionadas pela atividade turística, e que teria contribuído de alguma forma para a melhoria da sua qualidade de vida.

Merece também análise os dois tipos de turismo que predominam em Maragogi, cada um com causas e consequências distintas na dinâmica da atividade e nas condições de vida da população.

O turismo de segunda residência foi o tipo pioneiro de turismo em Maragogi, que embora ocorra em toda a área litorânea, é nas praias de Barra Grande-Peroba que ele predomina. As atividades de veraneio têm contribuído para uma maior segregação socioespacial e também é responsável pelos principais problemas apontados pela população residente: atrai uma população temporária que faz uso de prática turísticas que embora contribuam para alguma melhoria das condições de vida da população, principalmente por meio de geração de ocupação, sobretudo na alta temporada, também gera problemas.

O baixo nível de qualificação exigido para que pessoas exerçam atividades remuneradas nas casas dos veranistas, faz com que a população permaneça nas atuais condições e não busque qualificação para ocupar melhores postos de trabalho na atividade turística, sem falar que esse tipo de turismo contribui muito pouco para as divisas do município, uma vez que as compras são realizadas em grande parte nos lugares de onde os veranistas procedem, e poucos impostos são gerados pelos veranistas no lugar. Constata-se ainda que o espaço litorâneo sofreu descaracterização, apesar de se tratar de área “protegida” por diversas leis. Os beneficiários dos melhores lotes não residem na região e as ações desenvolvidas em área significativa do município são unicamente para o atendimento a uma experiência sazonal e particular.

A proporção de efeitos negativos desse tipo de turismo, econômicos, sociais ou espaciais, ultrapassa os efeitos positivos e a sua relação com o desenvolvimento, seja ele no paradigma clássico ou no emergente. Apesar disso, o Plano Diretor de

Desenvolvimento Sustentável de Maragogi estimula o tipo de espacialização que predomina atualmente sob a influência do turismo, o que é um contrassenso.

O outro tipo de turismo que ocorre em Maragogi, o turismo de "sol e mar", é reconhecido pelos entrevistados como sendo o 'verdadeiro' turismo. Nesse caso, a lógica que guia a percepção dos entrevistados é que os visitantes atraídos pelo turismo de "sol e mar" - turismo de massa - fazem uso de estabelecimentos de hospedagem e dos demais serviços direcionados à atividade, como passeios de barco, restaurantes e bares, teria uma influência importante sobre o lugar e a vida dos residentes. As intervenções turísticas no território são feitas para atender as exigências dos visitantes de curto prazo - dias -, que se hospedam nos *resorts*, hotéis e pousadas de município, gerando efeitos positivos sobre a economia local.

Em uma tentativa de interpretação da percepção dos entrevistados, esse tipo de turismo seria caminho melhor para o almejado desenvolvimento, visto que ele ainda é constituído de pequenos e médios estabelecimentos que possuem uma estreita relação com o seu entorno. Neste estudo observou-se que os sujeitos representantes da iniciativa privada têm interesse em desenvolver e atrair investimentos para o lugar, além de empreenderem na capacitação da população residente para que ela esteja apta a atuar no mercado de trabalho local. Eles buscam também exercer relações com os diversos moradores e de participarem de atividades junto à comunidade, principalmente a mais carente. Por exemplo, indivíduos ligados ao setor, detentores de um maior esclarecimento social, buscaram influenciar o poder público para que houvesse melhorias nos meios de comunicação, segurança e infraestrutura local, além de terem contribuído financeiramente para o alcance de parte de tais melhorias. A dialética entre o privado e o público, com efeitos positivos locais de cunho coletivo, demonstra que os efeitos desta atividade não se mostram o tempo todo como opostos, pelo contrário, muitos dos interesses do capital privado local se apresentam convergentes com interesses da população local. Obviamente, não se pode desconsiderar que as melhorias ocorridas atendem prioritariamente os seus próprios interesses setoriais, mas há uma espécie de *spillover* dos efeitos de suas ações o que terminou por ajudar a atender de alguma forma interesses das comunidades locais.

Levando-se em consideração os comentários feitos pelos entrevistados, assim como a realidade social e econômica de Maragogi, há indícios de que tenha havido avanços em diversas áreas, principalmente no que concerne a educação e

saúde. Estes elementos vêm contribuindo para uma maior inserção social por parte da população local, porém não ficou claro nesse estudo - o que é uma limitação - até que ponto tal melhora teria a ver com o desenvolvimento do turismo nesse município, uma vez que de alguma forma eles estão relacionados também a avanços que foram proporcionados por políticas públicas federais ao longo da última década. O turismo teria aparecido, na percepção dos entrevistados, como solução para problemas econômicos enfrentados pelo município. Como se percebe, o pensamento da população local está baseado no paradigma de desenvolvimento clássico, no progresso obtido somente pelo viés econômico, ou seja, priorizando as oportunidades de renda e desconsiderando as dimensões sociocultural e ambiental.

Apesar das políticas públicas apontarem como necessário a inclusão de diversos aspectos socioculturais e ambientais no conceito de desenvolvimento, em Maragogi o turismo de segunda residência e o turismo de "sol e mar" apresentam limitações no seu potencial de aporte de tais aspectos. O turismo de segunda residência não está associado a mecanismos protetores e reguladores dos seus efeitos no entorno dos empreendimentos. E o turismo de "sol e mar", embora busque melhorias em áreas próximas ao eixo do território turístico, além de ter uma maior relação com o seu entorno através da contratação de mão de obra local e adequação às políticas federais. Ele os faz, principalmente, para o atendimento dos seus próprios interesses. Tal iniciativa visa o acesso a recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo para o desenvolvimento turístico de regiões que atendem os requisitos exigidos para o recebimento de tais recursos. Dentre os requisitos, o cuidado com o meio ambiente favorece a melhorias no território turístico que vão ao encontro de interesses da sociedade local.

O turismo de "sol e mar" encontra-se em expansão em Maragogi, assim como a oferta ou construção de segundas residências, que a cada estação influi na mudança da paisagem e continua deslocando a população que não tem posse de terra para aglomerados cada vez mais populosos e em condições precárias.

Como fica claro neste estudo, tanto o turismo de segunda residência quanto o turismo de "sol e mar" criam algumas oportunidades de ocupação e renda para a população de Maragogi, em um Estado no qual não tem havido grandes alternativas econômicas. Ao mesmo tempo, as atividades ligadas a esses dois tipos de turismo têm causado uma série de efeitos para a população local, algo que não ocorre apenas nesse município, mas em todos os países subdesenvolvidos. Por isso, a

própria OMT, percebendo a perda de atratividade de regiões receptoras, tem encorajado a adoção nas destinações ao redor do mundo dos princípios do desenvolvimento turístico sustentável, que seria aquele que “atende as necessidades dos turistas atuais e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro” (OMT, 1993, p.22).

O uso e a ocupação do solo associados à turistificação em Maragogi, têm se constituído no maior problema associado ao turismo nesse município. Parte da população que antecedeu o turismo em Maragogi tem sido vítima da especulação imobiliária, que expulsa a população nativa do seu hábitat. Uma das formas de se enfrentar tais problemas seria a adoção de um planejamento turístico integrado com o Plano Diretor e que tal instrumento busque atender os anseios da população e garanta as suas necessidades futuras. O planejamento integrado passa pela intersectoriedade, uma abordagem que busca integrar o turismo às demais atividades de um município. Não há como somente políticas públicas voltadas para o turismo resolver todos os problemas que impedem o desenvolvimento. O turismo precisa estar articulado com áreas da saúde, saneamento básico, educação, meio ambiente, cultura, etc.

Paradoxalmente, apesar de o governo e a iniciativa privada de Maragogi falarem sobre a importância do desenvolvimento sustentável, o Plano Diretor, que deveria ser o instrumento regularizador do uso e ocupação do solo e limitante da especulação imobiliária, está servindo de base para estímulo à continuação da espacialização da segunda residência. O Plano Diretor do município privilegia o interesse do capital, estimulando a ocupação de determinadas áreas, o que tem levado ao afastamento de parte da população pretérita destas áreas, que vão ocupar áreas marginais, em condições insalubres. Este contexto leva a crer que a formulação do Plano Diretor não foi submetida efetivamente à aprovação da população ou ela está totalmente alheia às deliberações ocorridas para a sua aprovação.

CONCLUSÃO

Muitos municípios da zona costeira nordestina, dotados de características naturais de grande beleza cênica, adotaram o turismo como uma alternativa de desenvolvimento. Esta iniciativa tem sido alimentada com base na perspectiva de crescimento econômico, tanto pelo poder público como pelo setor privado. Em conformidade com esta expectativa, estudos apontam que a atividade turística possibilitou o crescimento econômico, ampliou o mercado de trabalho, atraiu infraestrutura básica, urbanística e turística para as regiões costeiras e repercutiu em alguma melhoria na qualificação profissional das populações locais. Entretanto, o turismo vem transformando o espaço de uma condição e meio das relações sociais em espaço da mercadoria, massificando culturas e atendendo interesses exógenos em detrimento dos habitantes.

Antes do turismo se desenvolver em Maragogi, a população desse município apresentava sérias privações econômicas e sociais, causadas pelo restrito acesso à renda e ao trabalho justo. Tal realidade era consequência do isolamento geográfico existente, escasso acesso a bens e serviços básicos e ainda pela localização às margens de um sistema social com características excludentes.

O turismo inseriu-se neste município a partir da pavimentação da rodovia AL-101 Norte, em 1979, atraindo para o município outras oportunidades de renda, além de serviços e equipamentos urbanos. Convergente a isso o alargamento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura ampliaram a oferta de bens e serviços básicos necessários à vida. Essas mudanças fizeram com que a população preexistente 'enxergasse' o turismo de forma positiva, além de considerá-lo o responsável por diversas melhorias. A perspectiva pelos efeitos positivos da atividade levou a população estudada a descartar os efeitos negativos também trazidos.

Na década de 1990 as mudanças territoriais urbanas tornaram-se mais evidentes pela concentração de investimentos públicos para melhorias urbanas e o aumento de serviços e equipamentos básicos. Tais avanços, seguindo uma lógica que se repetiu em outros municípios litorâneos do Nordeste, foram resultados do fomento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística

e de uma forte pressão dos empreendedores locais. Em Maragogi, isso desencadeou na quase duplicação da quantidade de domicílios localizados na zona urbana, de 938 para 1791, entre a década de 1980 e 1990 (IBGE 1980; 1991); e ainda, no aumento de estabelecimentos de hospedagem que até o ano de 1989 contavam com apenas sete empreendimentos credenciados, em 1996 este número subiu para 23, e em 2000 para 38 estabelecimentos de hospedagem (PDITS, 2010).

Ao longo desses 30 anos, Maragogi passou por um rápido processo de urbanização, acompanhado de elementos segregadores para a população preexistente e de uma deterioração ambiental, urbana e paisagística. Esse contexto juntamente com os dados documentais, do período de 1980 a 2010, se mostram desconexos em relação à percepção da população sobre a realidade.

Em Barra Grande e Peroba, condomínios de luxo levaram a população que habitava próxima ao mar a se deslocar para áreas afastadas da condição territorial de sobrevivência, submetendo em alguns casos a situação de insalubridade. Esses condomínios continuam a exigir benefícios urbanos, na forma de infraestruturas, para a sua continuada espacialização. Como consequência, cultura, valores e costumes outrora existentes nas tradicionais sociedades pesqueiras estão paulatinamente sendo submergidos para dar lugar à reprodução segregadora e desigual das segundas residências e empreendimentos hoteleiros.

Na sede municipal de Maragogi ocorreu uma ampliação exponencial de imóveis autoconstruídos em desarmonia com a antiga paisagem, o que denuncia a inexistência de controle e planejamento urbano. Além disso, o aumento de infraestrutura básica foi insuficiente para o atendimento da crescente demanda populacional residente e temporária. Outro problema causado pelo turismo é uso seletivo do território, ou seja, concentra-se na sede municipal, principal núcleo urbano e turístico de Maragogi, a maior parte dos equipamentos e serviços básicos necessários para toda população residente. Consequentemente, e também como resultado da falta de controle do processo de urbanização, a proximidade das 'oportunidades' de empregos e ocupação levou ao surgimento de diversas áreas com características de *favelização* no núcleo urbano e no seu entorno.

No distrito de São Bento, as transformações são menos evidentes. Porém, a expectativa de renda pela venda de produtos típicos tem acarretado a aglomeração de residências às margens da rodovia, devido ao fluxo de pessoas e veículos, incluindo o fluxo de turistas e demais tipos de visitantes que transitam por ela.

Quanto à paisagem bucólica e o espaço rarefeitamente construído suspeita-se que estejam comprometidos. Os inúmeros imóveis em construção denunciam que a anterior resistência dos moradores locais em vender suas casas e terrenos ao mercado imobiliário está cedendo.

No que diz respeito ao impacto do turismo na renda dos residentes locais, se mostram menos evidentes as discrepâncias entre a realidade visível da turistificação do lugar e a percepção por parte da população de melhorias na sua qualidade de vida. O impacto do turismo no mercado de trabalho é observado pela quantidade de habitantes envolvidos na atividade. Essa sociedade buscou mecanismos para beneficiar-se economicamente a partir dele.

O setor turístico, também, atraiu cursos profissionalizantes que possibilitaram a inserção de muitos habitantes no mercado de trabalho, além de estar contribuindo para uma menor evasão de jovens para outras localidades na busca de emprego. Entretanto dois pontos devem ser ponderados. Primeiro, os melhores postos de trabalho ainda são ocupados pela população exógena, tanto no mercado hoteleiro como em agências de mergulho submarino, que são os serviços que ofertam as melhores remunerações. Segundo, a ocorrência da troca de ocupações tradicionais, por parte da maioria da população residente para sua inserção no exercício de atividades informais e sub-remuneradas, que não exigem um nível alto de qualificação/escolarização. Os ganhos econômicos são mínimos e mascaram formas de exploração do trabalho, elementos que dificultam a existência de melhorias substanciais na qualidade de vida. A população de São Bento que obtém renda da fabricação e venda do bolinho de goma sobrevive, em sua maioria, de políticas assistencialistas, ou seja, a renda do bolo de goma é apenas complementar, não basal para o sustento. Tal contexto demonstra que a população residente pobre não usufrui dos benefícios do turismo, apenas serve como mão de obra subempregada para sustentar a continuidade desta atividade. A desigualdade social ainda existente em Maragogi conflui com o modelo neoliberal adotado pelas políticas públicas do turismo no Brasil.

No que diz respeito à influência do turismo no desenvolvimento local, muito pouco tem contribuído, na atual perspectiva do desenvolvimento que inclui ao mesmo tempo as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Com exceção dos pescadores que resistiram às ofertas para a venda de suas casas e terrenos e que conseguiram alcançar melhorias em todos os parâmetros de suas vidas,

particularmente na sede municipal, o restante da população não conseguiu ganhos significativos com o turismo. Na realidade, o desenvolvimento ainda é superestimado e desencadeia falsas perspectivas frente aos problemas sociais existentes.

Vale destacar a contribuição das políticas públicas sociais para melhorias experimentadas pela população local, como a obtenção de renda pelo defeso, no caso dos pescadores; outras medidas assistencialistas para a população de baixa renda; além da ampliação dos serviços de saúde e educação. Essas melhorias têm contribuído de alguma maneira para o desenvolvimento de Maragogi, embora venha ocorrendo as ampliações de oportunidades de maneira seletiva, acompanhando a mesma lógica da seleção dos espaços.

No que diz respeito à percepção da população autóctone sobre possíveis melhorias na sua qualidade de vida em Maragogi, praticamente todos os entrevistados afirmaram que suas vidas melhoraram e que o turismo foi o principal fator responsável pelas mudanças positivas. Parte desta percepção é resultado da condição de pobreza desta sociedade no passado, às vezes de extrema pobreza em alguns povoados, e da aceitação ideológica do turismo, presente no discurso público-privado e incorporado pela população local.

A realidade social que antecedeu o turismo em Maragogi apresentava muitos problemas e não ofertava grandes possibilidades de desenvolvimento à população. Esse contexto fez com que os entrevistados 'vissem' as poucas mudanças sociais provocadas pelo turismo de forma demasiadamente positiva. Quando o turismo começou a se desenvolver neste município, a população deparou-se com novas possibilidades e oportunidades de ocupação. Este contexto levou os envolvidos a não perceber ou valorizar problemas causados pelo turismo. O que parece importar para os entrevistados é ampliação das possibilidades que mesmo não alcançadas podem ser sonhadas.

O estudo conclui que o turismo representado por duas tipologias turísticas em Maragogi, isto é, o turismo de segunda residência e o turismo de 'sol e mar', selecionaram territórios, geraram exclusão social, afastaram parte da população da sua condição anterior de sobrevivência. Por outro lado, a inserção do turismo, principalmente o de 'sol e mar', criou novos horizontes para os habitantes, possibilitando a ampliação das liberdades instrumentais e substantivas, mesmo levando-se em consideração que os efeitos sociais, econômicos e ambientais obtidos ainda se alinham de alguma forma ao antigo paradigma de desenvolvimento,

como sinônimo de crescimento econômico. Apesar dos problemas existentes na atual Maragogi, os entrevistados sentem-se satisfeitos pelo município ter se tornado um destino turístico e pelas possibilidades trazidas pela atividade, elementos percebidos como melhorias na sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, D. G. da S. *Um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis -PA*. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

AHMAJA – Associação dos Hotéis, Pousadas e Trade Turístico do Litoral Norte de Alagoas. Levantamento do número de apartamentos e leitos dos associados da Ahamaja. 2011. Impresso

ALVES, A. C. *Qualidade de vida e processos sócio-ambientais em Indaiatuba – SP: estudo de caso do bairro Jardim Morada do Sol*. 145f. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003. 145p.

ARAUJO, L.M.; MOURA, F.B.P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. *In: CORIOLANO, L.N.; VASCONCELOS, F.P. (Org. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: Eduece, p. 94-114, 2007.

ARAUJO, L.M. Internacionalização turística de regiões periféricas emergentes: questões centrais para o litoral de Alagoas. *Latitude*, ano 1, nº 1, p. 103-119, 2007.

ARAUJO, L.M. Análise dos *stakeholders* para o turismo sustentável. *Caderno Virtual do Turismo*, vol 8. nº 01, p. 91-99, 2008.

ASSIS, L. F. *A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá – PE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

BADARÓ, R. A. L. *Turismo e direito: convergências*. São Paulo: Senac, 2003.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. *PRODETUR: Ampliando as atividades turísticas do Nordeste*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. *Pólos de turismo*. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Polos/gerados/prodetur_polos_principal.asp. Acesso em 15 de agosto de 2011.

BARBOSA, S. R. C. S. *Qualidade de vida e suas metáforas: uma reflexão sócio-ambiental*. Tese de Doutorado (Doutorado em ciências sociais). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.

BARBOSA, S. R. C. S. Complexidade social, risco e qualidade de vida – dores sentidas, dores vividas. *Cadernos do ICH*, Campinas, 1999: 18-44.

BARBOSA, S. R. C. S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais de Itaipu, RJ. *Ambiente e Sociedade*, vol. VII n.1, jan-jun, Campinas, 2004:

- BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 6.ed Campinas:Papirus, 1995.
- BARRETTO, M *Planejamento e organização em turismo*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BARROS, M. V. *A contribuição da participação sociopolítica para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas*. 2005. 210 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.
- BARROS, N. C. C. *Manual de geografia do turismo: meio-ambiente, cultura e paisagens*. Recife: Universitária UFPE, 1998.
- BECKER, B. K. *Levantamento e avaliação de política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: MMA e Amazônia Legal, 1995.
- BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil, *In.:* YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, L. C. *A questão regional e a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil contemporâneo pela via turística*. Revista Estudos Políticos. N.1, Nov.2010
- BENEVIDES, I. P. Turismo, desenvolvimento e cultura no Ceará. *In: Revista Espaço e geografia*. v.3, n.1, Jan-Jun/2000. p. 191-200
- BENI, M.C. *Análise estrutural do turismo*. 7 ed. São Paulo: Senac, 2002.
- BENI, M.C. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2004.
- BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*, nº. 31, São Paulo, 1993: 05-47.
- BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. *In: Qualidade de vida & riscos ambientais*.
- HERCULANO, S; FREITAS, C. M. de; PORTO,. M. F. de S. (org.) Rio de Janeiro: EDUFF, 2000: 29-47.
- CAMPINO, A. C. C; ARELLANO E. B. Instrumentos de avaliação de qualidade de vida: análise das empresas premiadas. *In*. Congresso de Stress da ISMA-BR, Porto Alegre, 2005.
- CASAL – Companhia de Saneamento Básico de Alagoas. Municípios abastecidos. Disponível em: <http://www.casal.al.gov.br/atuacao/municipios-abastecidos/>. Acesso em : 14 de novembro de 2010.
- CALVENTE, M. D. C. M. H.O impacto do turismo sobre Comunidades de Ilhabela, SP. *In: Geografia: revista do departamento de Geociências, Londrina*, nº 01, Vol 8, 1999.
- CARVALHO, C. P. *Economia solidária: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.
- CASTILHO, C. J. M. de. A turistificação do espaço de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local. *In: Revista Espaço e geografia*. v.3, n.1, Jan-Jun/2000. p. 161-175

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. *In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e geografia: reflexões teóricas e regionais.* São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 94-121

CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento. *In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e geografia: reflexões teóricas e regionais.* São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 77-85

CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto - MG.* 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Maceió, 2005. 220p.

CNM – Confederação Municipal de Municípios. Maragogi. Disponível em: http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp . Acesso em 08 de outubro de 2011.

COOPER, C. *Turismo: Princípios e práticas.* Porto Alegre: Editora Bookman Companhia Ed, 2007.

CORIOLOANO, L. N. *Do local ao global: O turismo litorâneo cearense.* Campinas, SP: Papirus, 1996.

CORIOLOANO, L. N. M.T.; LIMA, LUIZ C. *Turismo e desenvolvimento social sustentável.* Fortaleza: Eduece, 2003.

CORIOLOANO, L. N. M.T.; SILVA, SYLVIO B. M. *Turismo: Prática social e denominação de territórios.* Fortaleza: Eduece, 2006.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In: CORRÊA, R.L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (Org.) Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-47

CRUZ, R. C. A. Política de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil *In: LEMOS, Amalia Ines G. de (org.) Turismo: impactos socioambientais.* São Paulo: Hucitec, 1999. p. 263 -272

CRUZ, R. C. *Política de turismo e território.* São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. C. *Introdução à geografia do turismo.* São Paulo: Roca,2001.

CRUZ, R. C. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M; SILVEIRA, M.L. (Org) América latina:cidade, campo e turismo.*São Paulo: CLACSO, p.337-350, 2006.

DANTAS, E. W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. *In: Mercator - Revista de geografia da UFC.* Ano 01, n.1, 2002. pp.53-60

DATASUS – Departamento de Informática do SUS. Estabelecimentos de saúde do Maragogi. Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=27&VCodMunicipio=270450&NomeEstado=ALAGOAS Acesso em: 22 de setembro de 2011.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.* São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES JUNIOR, M. *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.* Maceió: Edufal, 2006.

EDGEELL, D. L. *Tourism: Government policy*. New York: Van Nostrand, 1990.

Estudo do impacto do turismo nas zonas costeiras: aspectos relacionados com o desenvolvimento Regional. Estudo da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, 2006 Autores : CSIL (Centre for Industrial Studies em parceria com Touring Servizi* http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/studies/coastal_tourism/pt.pdf acesso em [19/07/2011](http://www.google.com/search?q=19/07/2011)

FALCÃO, J. A. G. O turismo internacional e os mecanismo de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A (org). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.p. 62-75.

FERREIRA, L.C; SEIXAS, S.R.C. Intelectuais e cientistas na América Latina: A importância dos temas subjetividade, qualidade de vida e risco. In: *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*. Vol.09, n.27, 2010. Pp.329-353. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682010000300015&script=sci_arttext&tlng=e. Acesso em: 29 de agosto, de 2011.

FIRJAM – Sistema FIRJAM. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2011.

FONSECA, M. A. P. da. *Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade*. Natal: EDUFRN, 2005.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento. Enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. In: *Revista de economia política*. Vol.24, n.4 (96) out-dez 2004. pp.483-486

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIUDICE, P. Região Nordeste. *Almanaque Abril: Enciclopédia de Atualidades*, São Paulo: Editora Abril, 2006.

GONÇALVES, Luzan Beiriz. *Turismo e sustentabilidade cultural no município de Maragogi: um estudo de caso*. 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2001. 135 p.

HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2002

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HENRIQUES, BRITO – *Distração, fruição e evasão: as funções cultural e recreativa na área Metropolitana de Lisboa* In Tenedório , J. A. (org). *Atlas da área metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Area metropolitana de Lisboa, 2003 pp191-207

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 1970 - Alagoas. 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_AL.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 1980 - Alagoas. 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_AL.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 1991 - Alagoas. 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_AL.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 2000 - Alagoas. 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD2000/CD_2000_Caracteristicas%20gerais%20da%20populacao_resultados%20da%20amost ra.pdf. Acesso em: 29 de outubro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 2000 - Alagoas. 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Municipios/ Acesso em: 29 de outubro de 2011.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Cidades@ -Maragogi/Alagoas. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 31 de agosto de 2011.

IMBUZEIRO, P. E. de A. *Construção de uma estratégia coletiva: “tendências” para os Arranjos Produtivos Locais do Turismo de Alagoas*. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009. 129p.

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e regional. Os planos diretores municipais Pós-Estudo da Cidades: baçanço crítico e perspectivas> *Relatório estadual de Alagoas*, 2007.

IRVING, M. de A.; SANCHO, A. *Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social*. Caderno Virtual de Turismo. v.10, n. 3 (2010)

KANITZ, H. G.; TRIGUEIRO, R. P. C.; ARAÚJO, M. A. D. de; *Perspectivas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: avanços ou utopias?*. Turismo em Análise. V.21, n.3, dez. 2010 p. 644-667

KAZTMAN,R. *Seducidos y Abandonados: El asilamiento social de los pobres urbanos*. CEPAL, nº75, 2001.

KATZMAN,R; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privados: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” Aveo.[S.l.s.n], 2007

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, Carson L. *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Elsever, 2000. Tradução: Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos.

LINDOSO, D. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000.

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. Tese de Doutorado (Doutorado em sociologia) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1999.

MARCHENA, M. La reconversión del turismo litoral en El espacio mediterráneo. *Turisme, territori i estratègies de desenvolupament*. Actes de les jornades sobre El turisme em els espais litorals. Girona: Universitat de Girona, 1995, p. 141-143.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamento da metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MASTER ECO-POLIS – Um território desejável: compromisso integrado para a Costa dos Corais. 2010. CD.

MASCARÓ, J. L. *Infra-estrutura urbana*. Porto Alegre: +4 editora, 2005.

MAX-NEFF, M. A. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Mintevideo: Editorial Nordan- comunidad, 1998.

McINTOSH, R; GOELDNER, C; e RITCHIE, J.. TURISMO: Planeación, administración y Perspectivas. LIMUSA: México, 2003.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abrasco: São Paulo/Rio de Janeiro, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário estatístico. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. PNT – *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. 2007.

MOURA, G. J. C. de A. *Da praia ao morro: peculiaridades no processo de segregação sócio-territorial em Ilhabela- SP* 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. 111 p.

NOGUEIRA, C. R. D. Turismo, integração e desenvolvimento regional. *In: Revista Espaço e geografia*. v.3, n.1, Jan-Jun/2000. p. 75-86

OLIVEIRA, F. M. de. *As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa*. Turismo em Análise. v.19, n.2, ago. 2008. p. 177-200

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/cooperative/pub/cooperativas_mudancas_opportunidades_desafios_219.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/emprego_desenvolvimento_299.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2010.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Plano Nacional de Trabalho decente. Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais. Disponível em:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/plano_nacional_302.pdf Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

OMT – Organização Mundial do Turismo, Programa Nacional de Municipalização do Turismo. *Planejamento para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Nível Municipal*. Madri, Espanha, 1994.

PAIVA, M. G. de M. V. Globalização e segmentação: reflexão sobre o mercado de trabalho em turismo no Nordeste *In: LEMOS, Amalia Ines G. de (org.) Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 273 -279

PEARCE, D. *Tourism today: a geographical analysis*. New York: Longman, 1991.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas da desigualdade. Tabelas de ranking do IDH-M. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi, dezembro, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In PEREIRA, Luiz. (Org.) *Populações marginais*. São Paulo: Duas cidades, 1978.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ROCHA, M. E.M. *Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres*. Maceió: Edufal, 2002

RODRIGUES, A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. *In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M; SILVEIRA, M.L. (Org) América latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, p.297-315, 2006.

RUSCHMANN, D. (Org.). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. 1 ed. Barueri: Manole, v. 01, p. 31-44, 2006.

RYKWERT, J. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Tradução: Valter Lellis Siqueira: revisão técnica Sylvia Ficher (texto original 1926)

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: 1972 - 1992 *In: MAIMON, Dália (org.). Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALVÁ T. P. A. Las implicaciones socioculturales del turismo em el mar Mediterráneo *In: LEMOS, Amalia Ines G. de (org.) Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 187 -206

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. de C. A. *Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica*. Caderno Virtual de Turismo. v.3, n. 4 (2003)

SANTOS FILHO, João dos. O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização. *In: Turismo: enfoques teóricos e práticos*. Miguel Bahl (organizador). São Paulo: Rocca, 2003.

SANTOS, M; ELIAS, D. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2 ed. São Paulo: Hlccitec, 1988.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000. Tradução: Laura Teixeira Motta

SEPLANDE – Secretaria Executiva de Planejamento e Desenvolvimento. [sem título]. 2006. Dados cartográficos, color, CD.

SEPLANDE – Secretaria Executiva de Planejamento e Desenvolvimento. Produto Interno Bruto dos Municípios Alagoanos. 2011. Metodologia e nota técnica metodológica, impresso.

SEPLANDE – Secretaria Executiva de Planejamento e Desenvolvimento. Plano de infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009

SETUR/AL – Secretaria Executiva de Turismo. [sem título]. 2011. Fotos color, CD.

SETUR/AL – Secretaria Executiva de Turismo. *Fluxo Turístico na Região Costa dos Corais*. 2010, CD.

SETUR/AL – Secretaria Executiva de Turismo. PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Pólo Costa dos Corais. *Diagnóstico*, Maceió, 2010. CD.

SECRETARIA DE TURISMO DE MARAGOGI. *Meios de Hospedagens de Maragogi*. 2010. Impresso

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 09 de setembro de 2011.

SILVA, M. da G. L. *A imagem da cidade turística: promoção de paisagens e identidades culturais*. Arquitectos, São Paulo, 053, texto especial 263, 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em 08 mar. 2009.

SOARES, C. de S. *Qualidade de vida - realidades e conflitos do turismo na paisagem litorânea: o caso de Saquarema/RJ*. 2009 279 f. Tese de doutorado (Doutorado em ciências humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. 237 p.

SOTRATTI, M. A. *Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico*. 2005. 308 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. 308 p.

TOMAZZONI, E. L.; POSSMAI, A.M.; LOVATEL, R. *Turismo no município de Bento Gonçalves (RS): Análise do desenvolvimento de um destino indutor no Brasil*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v.4, n.2, p.5-30, ago. 2010.

TRIGO, L.G.G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papyrus, 1993.

TUAN, Yi-fu. *Topofolia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (Trad. Livia Oliveira). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

TULIK, Olga. *Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo*. Tese (livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

UNWTO – World tourism Organization. Information Resources & Archives. Disponível em: <http://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww2.unwto.org%2Fen%2Fpress-release%2F2011-04-07%2Fun-comes-together-promote-tourism-development&anno=2>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

UNWTO – World tourism Organization. Information Resources & Archives. Disponível em: <http://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww2.unwto.org%2Fen%2Fpress-release%2F2011-04-07%2Fun-comes-together-promote-tourism-development&anno=2> em: Acesso em: 22 de outubro de 2011.

VEAL, A. J. *Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo*. tradução Guerra, Gleice; Aldrigui, Mariana. São Paulo: ALEPH, 2011.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VELOSO, M. P. *Turismo: simples e eficiente*. São Paulo: Rocca, 2003.

VERAS FILHO, L. *História do turismo em Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1991.

VERÇOSA, E. de G. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 4.ed. Maceió: Edufal, 2006.